BRDFAN, BSB N8. PRO. CSS. 221.1.0.2/135

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

SECRETARIA GERAL

ATO INSTITUCIONAL Nº 2

PROCESSO

DE

MÁRIO GURGEL

MARIO GURGEL

N8. PROCESS 221.2 P.2

MÁRIO GURGEL

N8.PRO.CSS.221.2,p: 3

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº _____

NOME: **G U R G E L - Mário**

OBS: **Deputado Federal - MDB/ES**

14. 11. 68	**-Residências: Brasília/DF - Sq. 405 Bloco 01, ap. 201, fone 42.73.13. Vitória/ES - Edifício Arrumadores, 7º andar, sala 708, fone 2.49.31.** **-É reconhecida a atuação subversiva do epigrafado na área do Estado do Espírito Santo. Mantém ligações com IVONE PEDRINHA DE CARVALHO AMORIM, RAMON DE OLIVEIRA NEVES, FERDINANDO BERREDO DE MENEZES e outros, todos comunistas ativos.** **Infção 368/DR-BA/68 - Ref. P. 400/F. 368** **Infção 28/SDR-ES/68 - Ref. P. 400/F. 368**

SP-DSG. SAv. 0066-E. 66

N8.PRO.CSS.221.2,p.4

IDENTIDADE .....

FILIAÇÃO-PAI .....

MÃE .....

IDADE 12 Jun 1922 ESTADO CIVIL casado

PROFISSÃO Advogado/Professor POSTO OU GRAD. .....

FUNÇÃO .....

NACIONALIDADE bras. NATURAL DE ESPIRITO SANTO

LÊ ..... ESCREVE ..... CERT. RESERVISTA .....

TÍTULO ELEITOR ..... LOCAL TRABALHO .....

ESTUDANTE ..... ESCOLA .....

..... NÍVEL superior

RESIDÊNCIA .....

OUTROS DADOS Dep. Federal p/MDB/ES

.....

FOTO

NOME MÁRIO GURGEL

CIC

HISTÓRICO

- Através o D.O. nº 28, de 10 Fev 69, teve cassado seu mandato eletivo e suspensos seus direitos políticos pelo prazo de 10 anos com base no Ato Institucional nº 5, de 13 Dez 68.

N8-PRO-CSS-221.2,p-5

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 142	2. DATA: 27/1/69
3. NOME: MARIO GURGEL	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Deputado Federal (ESPÍRITO SANTO)	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	

N8.PRO.CSS.221.2,p.6

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Federal pelo MDB/ES.

- Comunista notório.

- Subversivo.

- Iniciou sua vida política na GB, como estudante, tomando parte em agitações de rua na Central do Brasil, junto com HERCULES CORRÊA.

- Foi Prefeito de VITÓRIA-ES e Deputado Estadual no Espírito Santo.

- Liderou greve do povo contra a Companhia Central Brasileira de Força Eletrica (não pagamento de contas - encampação).

- Getulista. Explora temas sôbre a miséria.

- Explorava, politicamente, a própria família. / Obrigava sua mae a morar num barraco de favela, enquanto, ja deputado, desde 1960, levava vida bem mais confortavel. Em epoca de eleições, explorava, demagogicamente, o fato de sua familia morar em barraco.

- Associou-se a OTTO NETO, líder comunista, na exploração da Escola de Pesca Caboclo Bernardes, para onde levou dezenas de crianças apanhadas nas ruas de VITÓRIA-ES.

- Utiliza-se das obras sociais e filantrópicas para plataforma política e pregação marxista.

- Como prefeito de VITÓRIA-ES, mandou realizar / ato publico de aplauso ao Juiz MONJARDIM FILHO, quando este revogou a prisão preventiva de LUIZ CARLOS PRESTES.

- Signatário do apêlo de ESTOCOLMO, pró-paz.

- Escreve no jornal "O DIÁRIO", empregando a dialetica marxista.

- Ligou-se, ostensivamente, antes da Revolução, / aos grupos comunistas atuantes na area sindical do Estado. Defendia publicamente os princípios anarquicos então postos em pratica, em detrimento da Democracia e dos interesses do País.

- No dia 1º de abril de 1964, tomou parte e foi um dos líderes e oradores mais ardorosos, em comício realizado na Praça 8 (centro de VITÓRIA-ES), promovido pelas entidades sindicais / do Estado e pela Frente de Mobilização Popular. Nesse Comício, as FFAA foram execradas e o povo instado a se mobilizar e a pegar em armas / para defender os princípios comunistas. A ele compareceram, todos os líderes comunistas locais. Logo apos esse comício, fez parte da co-

N8.PRO.CSS.221.2,p 7

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

missão que se dirigiu ao Palácio Anchieta e aí se reuniu com o Governador LACERDA DE AGUIAR, a fim de concretizar e estabelecer normas para orientar o povo a combater as FF AA, reimplantar a anarquia e comunizar o País.

- Logo após a Revolução, fêz discursos na Assembléia Legislativa contra os líderes e os princípios revolucionarios.

- Declarou-se publicamente contra a Revolução.

- Fêz parte da Comissão Especial da AL do Estado, que estudou o processo contra o então Governador LACERDA DE AGUIAR e do qual foi relator. Era, compadre e muito amigo do Governador. Seu relatório foi capcioso e, contra as provas apresentadas, aconselhou a absolvição de FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.

- Foi denunciado, após a Revolução, perante a Comissão de Aplicação do Ato Institucional, para fins de cassação de mandato e suspensão de direitos políticos, pela pratica de atos subversivos.

- Fêz parte da Comissão Organizadora de um "Congresso de Defesa da Monasita e do Minerio de Ferro do Espírito Santo."

- Na Câmara Federal, fêz discursos favoráveis aos estudantes, a CHE-GUEVARA, a GETULIO VARGAS e ao jogo de bicho; e contrarios ao Governo, a Revolução de 64, a política de minerios e a política externa do Governo.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1961 - MAI - Foi um dos oradores do ato público de solidariedade a CUBA, realizado em VITÓRIA-ES, no dia 21.

1963 - AGO - Como líder do PTB, enviou telegrama ao Presidente JOÃO GOULART cumprimentando-o pelas reformas de base preconizadas na concentração do dia 23 AGO 63, na Cinelândia.

1964 - ABR - Tomou parte e foi um dos oradores mais exaltados e ardorosos, em comício realizado na Praça 8, no ponto mais central de VITÓRIA-ES. Nesse comício, atacou violentamente as FFAA e, em especial, os Comandos do 3º BC e da E AAAe/ES. O comício citado foi organizado por MARIO GURGEL e líderes sindicais comunistas e teve proposito de mobilizar a classe trabalhadora e o público em geral para pegar em armas, tomar os estabelecimentos militares de VITÓRIA e repor no Governo o Sr JOÃO GOULART.

N8.PRO.CSS.221.2,p.8

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

Êsse comício contou com o comparecimento ostensivo de todos os líderes sindicais de VITÓRIA e tambem do então Governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.
Logo após o comício de 1º de abril 64, fêz parte da comissão que seria o "estado-maior" da resistencia armada contra as FFAA do atual regime. Para tanto, dirigiu-se ao Palacio do Governo onde a citada comissão elaborou planos / para reimplantar a anarquia e a comunisação do País.

- Após a revolução, fêz violentos discursos na AL/ES, contra as novas autoridades, fazendo / profissão de fé e de apoio à política e metodos de governo do Sr JOÃO GOULART, constando tais discursos das atas da AL/ES.

- Foi submetido a Processo de Investigação Sumária pela Comissão de Aplicação do Ato Institucional do Estado do ESPIRITO SANTO, cujos resultados foram submetidos a apreciação do Conselho de Segurança Nacional, a fim de enquadramento nas sanções previstas no artigo 7º do AI-1.

1965 - NOV - Fêz parte, como relator, da Comissão Especial da AL/ES que estudou o processo contra o então governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, seu compadre. Seu relatorio, como era de se esperar, foi capcioso e contrario as provas dos autos, terminando por aconselhar a absolvição do Governador corrupto.

- Explorava politicamente a pobreza de sua família; sendo deputado estadual desde 1960, mantinha sua progenitora em barraco de favela, enquanto se vestia bem e levava vida confortavel.

- Ainda com propósitos demagógicos, compareceu à EE AA/ES e solicitou de seu imediato que dois de seus sobrinhos ali ficassem trabalhando a trôco de comida, como agregados. Ressalte-se / que a Escola de Aprendizes admitia rapazes como agregados a fim de auxiliar as famílias pauperrimas e a eles dava instrução preparando-os para o concurso de admissão a Escola.

- Ligou-se ostensivamente, antes da Revolução, / aos grupos comunistas e as entidades sindicais dominadas pelos comunistas-janguistas. Defendia em praça publica os princípios anarquicos então postos em pratica, solapando a democracia e o bem estar geral.

N8-PRO-CSS-221.2,p-9

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

- Gozava da amizade pessoal de JOÃO GOULART, que o tenha presenteado com terras ao longo da estrada BELÉM-BRASÍLIA. Associou-se ao líder comunista OTTO MEIO na exploração da Escola de Pesca "Caboclo Bernardes", para onde levou dezenas de meninos pobres, a título de obra social. Usava tambem esse tipo de atividade filantrópica como plataforma política e aproveitava-se dessa situação para a difusão de ideologia marxista e inteligente exploração da miseria no reduto da pobreza em VITÓRIA-ES, ou seja na ILHA DO PRINCIPE.

- Tido no ESPIRITO SANTO e, principalmente em VITÓRIA, como demagogo filo-comunista. De fato suas atividades políticas sempre se nortearam pelas diretrizes do Partido Comunista.

1966 -

FEV - Em discurso na AL/ES, atacou violentamente os / militares do 3º BC e as autoridades federais, defendendo o ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.

MAR - Figurou, numa lista organizada pelo 3º BC, entre os elementos perniciosos a Revolução e cujas atividades não resistiriam a uma sindicância, por sumaria que fôsse, no que se relaciona com a falsidade ideologica, fraude, chantagem e corrupção ativa e passiva.

JUL - Teve o seu extrato de prontuário organizado com vistas as sanções do AI-2.

DEZ - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB, com 23.385 votos, na eleição realizada em 15 Nov.

1967 -

AGO - Na sessão da Câmara Federal do dia 11 Ago 67, / propos a regulamentação do "jogo do bicho".

- Por ocasião do Seminário da UNE/ES, definiu os participantes como "pobres estudantes, nem subversivos, nem comunistas, nem adeptos de outra ideologia qualquer".

- No dia 24, ocupou a tribuna da Câmara, fazendo pronunciamento sobre o ex-Presidente GETÚLIO / VARGAS.

OUT - Em discurso na Câmara, declarou-se apologista / de CHE GUEVARA e contrario a Revolução: "CHE / GUEVARA, Senhor Presidente, é o retrato atual / do protesto latino-americano contra a espoliação e contra os desmandos do imperialismo, CHE

N8.PRO.CSS.221.2 fl. 90

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

GUEVARA é a figura que a lenda registrará neste capítulo de vida brasileira para mostrar aqueles que não querem acordar para a realidade de que os povos não suportam mais, não toleram mais, não aceitam mais as tristes condições a que se estão reduzindo nações inteiras". "Não concordo com a Revolução, não a aceito, não a aplaudo, mas sou um cidadão brasileiro, e curvo-me diante da realidade brasileira".

NOV - Participou de encontros, com a bancada do MDB, em prol da FRENTE AMPLA.

1968 -FEV - Na Câmara, sessão do dia 16, criticou os novos / níveis de salário mínimo, considerando-os ridículos e insuficientes para fazer face ao custo de vida enfrentado pelos trabalhadores.

MAR - Pediu, na Câmara, providências do Govêrno Federal contra a apropriação, por estrangeiros, das ricas minas de urânio descobertas em AFONSO CLÁUDIO, no ESPÍRITO SANTO. Disse que enquanto o Govêrno declara que não existem no BRASIL jazidas exploráveis economicamente, cientistas mineiros descobriram na Serra da Moeda uma jazida com teor de 10%, quando o urânio arrancado do minério das minas do CONGO, pelos norte-americanos, varia entre 1 e 2%.

- No dia 6, reuniu-se com outros parlamentares na residência da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, em BRASÍLIA, para tratarem de assuntos referentes a FA e ao BPT. (Bloco Parlamentar Trabalhista)

AGO - Conforme publicado pela Tribuna de Imprensa, declarou:"não podemos continuar com uma casa de representação popular, a dizer "amem" a tudo o que o Govêrno deseja, a justificar os atos do mau Presidente. O Govêrno da República tem de ser fiscalizado e orientado pela Câmara dos Deputados"... "No caso da escravidão dos trabalhadores rurais, / nenhum ato válido pode ser notado, percebido ou visto nesta Casa do Congresso Nacional".

OUT - O CORREIO BRAZILIENSE publicou declarações de sua autoria, dizendo que dezenas de universitários espiritossantenses se encontravam entre os detidos em SP e pedindo "melhor tratamento para o problema que se agrava dia a dia, pois, no tapa, o Govêrno não ganha essa parada e é preciso tranquilizar as famílias brasileiras pois quando um filho se atrasa uma hora, meia-hora, fica-se sem saber se está no colégio, na cadeia, nas ruas, no mato ou no morro. E isto se tem de ser debitado ao Govêrno, porque êle assumiu uma responsabilidade e fez o juramento solene de dar tranquilidade a êste país, de permitir que êle se desenvolvesse e se engrandecesse e fôsse efetivamente uma nação para todos os brasileiros".

NB. PRO. CSS. 221.2, p. 11

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

NOV - Ao comentar, na Câmara, o pronunciamento do Embaixador JOHN TUTHIL, na Escola Superior de Guerra, declarou que "o Governo brasileiro tem o dever de mandar examinar esse discurso, estuda-lo, determinar aos setores / responsaveis da administração que respondam, imediatamente, as críticas e desfazer a impressão desagradavel de que dependemos de admoestações e advertencias de outros povos para a busca de soluções para nossos problemas".

N8.PRO.CSS.221.2,p.12

DOCUMENTAÇÃO ORGANIZADA COM VISTAS À APLICAÇÃO DO ARTIGO 4º DO ATO INSTITUCIONAL Nº 5

DEPUTADO FEDERAL MÁRIO GURGEL

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

B - FICHA INDIVIDUAL

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E DE OUTROS ÓRGÃOS

D - A N E X O S:

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS

2 - INFORMES E INFORMAÇÕES

NB.PRO.CSS.221.2,p.13

DOC "A"

N8.PRO,CSS.221.2,p.14

A - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

N8.PRO.CSS.221.2ip.15

Rio de Janeiro - GB
Em 31 de Janeiro de 1969

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº 65/69

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor MÁRIO GURGEL, Deputado Federal pelo MDB, Seção do Espírito Santo, nos têrmos do Art. 2º, do Ato Complementar nº 39.

2. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando a farta documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e pelos Serviços de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades subversivas desenvolvidas pelo indiciado, através de pronunciamentos e discursos, entrevistas, participação em agitações, bem como de sistemático incitamento às lutas de classes e exploração de preconceitos raciais e contrastes sociais.

Homem de côr e de origem humilde, utiliza-se disso para explorar constantemente os temas sôbre a fome, a miséria e o preconceito racial, para incentivar as lutas de classe, instigando o povo contra o Govêrno e a Revolução.

N8. PRO. CSS. 221. 21, p. 16

Muitos o consideram, apenas, um revoltado mas as suas atitudes e a sua conduta, dentro e fora do Congresso, refletem uma nítida orientação comunista, revelada em suas constantes palavras de louvor e de apoio às figuras de CHE GUEVARA, MAO TSE TUNG e outros, bem como ao regime vigorante na RÚSSIA, na CHINACOM e em CUBA.

3. Como exemplo dessas atividades, destacam-se os trechos abaixo, constantes da documentação anexa:

3.1 DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO OU FORA DÊLE

3.1.1 Discursos pronunciados no Congresso Nacional

Em 25 ABR 67

Defendendo a conveniência do regresso ao Brasil do Sr JOÃO GOULART, declarou:

" Não sabemos porque o Govêrno desta República não deseja, não possibilita, não permite que essas fôrças lideradas pelo Sr JOÃO GOULART, que não são fôrças comunistas, como se pretende dizer, que não são fôrças subversivas, como se pretendeu insinuar à consciência nacional, retornem à convivência do País. O PTB precisa do seu líder que está no exílio e para o qual não se abre nenhuma perspectiva de retôrno ou de boa vontade da parte oficial. "

E mais adiante:

" Os que fizeram as leis, fizeram-nas num cenáculo onde não estavam os trabalhadores; os que praticam a justiça, a praticam sem que o trabalhador participe dêsse mecanismo; e os que administram, o fazem sem a sua participação, quer dos operários, dos camponeses, ou das classes obreiras que efetivamente construíram a grandeza desta Nação. "

N8. Proc. Css. 221.2, p. 17

" Quando morreu a mãe da Sra MARIA TEREZA GOULART , esta veio para a fronteira do Rio Grande e pediu permissão para ingressar no País, a fim de acompanhar os restos mortais de sua genitora. Dizem - e a Última Hora publicou - que o Govêrno determinou ao Exército seguisse o entêrro a fim de impedir que aquela dama brasileira acompanhasse os restos mortais de sua progenitora. "

Em 08 JUN 67

" O Espírito Santo, que por intermédio de suas autoridades deu à revolução salvadora dêste País todo o seu entusiasmo, do qual felizmente não participamos, etc. "

" Fomos sempre um Estado que pleiteou menos da União e que dela muito pouco recebeu, a não ser no Govêrno do Sr JOÃO GOULART, quando a Nação despertou para as possibilidades do Espírito Santo e o Govêrno Federal nos deu todo o maciço apoio. "

Em 16 JUN 67

Falando da prisão de estudantes capixabas, declarou:

" Posso assegurar a essas autoridades tão zelosas de que não se trata de subversivos, nem de comunistas, ou de outra ideologia qualquer - inclusive as autoridades públicas dêste País fazem discriminação de ideologias - não pertencem a nenhuma ideologia extremista nem da direita que é permitida, nem da esquerda que não é permitida.

A classe estudantil é a mesma. Se os homens do Govêrno não estudaram a história, se os militares que se encontram no Govêrno não se recordam dos lances heróicos da História dêste País, ou se mudaram no seu comportamento, na sua mentalidade, é preciso dizer que, felizmente, a classe estudantil não mudou. "

NB. PRO. Css. 221.2, p. 18

Mais adiante, disse que:

" Se não desejam que os estudantes participem das lutas que lhes dizem respeito, que fechem as Universidades, tranquem as escolas deste País, proibam que se estude, e permitam que se volte a uma era negra de idade média, onde apenas aqueles que tenham ôlho na testa possam ser reis.

Os estudantes não se esqueceram de que quando se sente bater no peito heróica pancada, deixa-se a folha dobrada, enquanto se vai morrer."

Em 16 JUN 67

Em discurso, explorando uma suposta miséria do Estado do Espírito Santo, declarou:

" Enquanto os banquetes se sucedem, enquanto os créditos se abrem para estradas que, embora não sejam suntuárias, não são também de natureza tão urgente, deixa-se aquela parcela da população brasileira, um Estado que carreou tantas divisas, que exportou tanto, que ajudou tanto na construção da estabilidade econômica, em certas horas da nação brasileira, entregue à marginalização, ao esquecimento e, sobretudo, quase à penúria. "

Em 21 JUN 67

" Sr Presidente, desejo registrar, com pesar, a prisão do Sr DEMISTOCLIDES BATISTA, homem do meu Estado e que pertenceu ao extinto PTB, e que, em consequência da Revolução de 1964, se tinha homiziado no Uruguai. "

Em 22 JUN 67

" Quer dizer que a Legião Brasileira de Assistência gasta, apenas com administração, um têrço do seu orçamento, ficando dois têrços para aplicação em

N8. PROCSS. 221.2, p. 19

assistência social. Sr Presidente, parece-me gasto demais para administração de uma assistência tão necessária ao Brasil. Vamos interpelar hoje a ilustre Primeira Dama do País, presidente da LBA, no sentido de ver se, pelo menos para beneficiar onde a mortalidade infantil é mais alta e a Legião poderia alterar o seu plano de trabalho. "

Em 15 AGO 67

" Sr Presidente, enquanto Volta Redonda bate o recorde de exportação de ferro e de ferro gusa, enquanto Minas Gerais aplica suas divisas comprando tratores Fiat da Itália; chegamos à conclusão de que, não obstante a imensa riqueza que avistamos, na passagem do ônibus ou do trem, e que os norte-americanos estão fazendo o favor de fotografar para nós, nada temos. Está tudo nas mãos de emprêsas estrangeiras. "

Em 25 AGO 67

" O Govêrno gasta verbas imensas para repressão aos movimentos de protesto contra os abusos e os paradoxos que desvirtuam as suas finalidades. E não há um planejamento, um estudo, uma organização pelo menos, para aproveitar o dinheiro do povo, gasto com obras que não são postas a funcionar a serviço do mesmo povo, pela incúria, pela inépcia e pela falta de capacidade administrativa. "

Em 01 SET 67

Falando sôbre bolsas de estudos, declarou:

" O que se está estebelcendo neste País me parece uma conspiração contra a mocidade pobre. O moço pobre, que requer bolsa de estudo, que se submete às exigências do Govêrno Federal no sentido de obter a possibilidade, o direito de estudar, num País que carece de inteligência, de cultura, de

N8-PRO-CSS-221.2,p.20

moços nas escolas para garantir a sua perpetuidade, para garantir o seu futuro, para assegurar patrimônio cultural que temos em nosso país, vê-se obrigado a abandonar a escola; desiste porque a Nação, que faz recepção, a Nação que faz paradas, a Nação que envia delegações caríssimas ao estrangeiro, lhe diz que falta dinheiro, que faltam verbas para atender àquele limite que ela mesma estabelece para a concessão de bolsas de estudos à mocidade estudantil. "

Em 13 SET 67

Discorrendo sôbre problemas da agricultura capixaba entre outras coisas, disse que:

" O Estado já não tem café, porque o Instituto Brasileiro do Café, na sua sabedoria, mandou erradicá-lo. A imprevidência deixou que carregassem tôda a madeira. A monazita, o Sr LINCOLN GORDON levou, como lastro de navio, para os Estados Unidos."

Como em todos os seus discursos, foge ao assunto para explorar os seus temas prediletos de "fome" e "miséria", em contraste com o "luxo" e "gastos supérfluos" do Govêrno. Assim é que, encerrou o seu discurso, dizendo:

" Fazemos um apêlo ao Sr COSTA E SILVA, fazemos um apêlo a Dona YOLANDA COSTA E SILVA, hoje na presidência da Legião Brasileira de Assistência, fazemos um apêlo à ilustre assistência que foi prestar as homenagens, nos salões resplendentes de luzes e mármores, ao Rei OLAVO V da Noruega, rei de um país em que não morrem crianças de fome, de um país organizado, de um país socialmente ajustado, fazemos um apêlo à consciência cívica da Nação,

N8. PRO. CSS 221.2.00 R/1

para que se encontre uma solução para o problema da mortalidade infantil no Brasil, porque a solução existe, só não se busca encontrá-la. "

Em 15 SET 67

Defendendo a legalização do jôgo no Brasil, declarou o seguinte:

" Quando o Sr FRANCISCO JULIÃO disse, através de carta a DOM VICENTE SCHERER, que a Rússia era o país das crianças; quando o Sr DORTICÓS disse em PUNTA DEL ESTE, ao Ministro americano, que em CUBA não havia analfabetos; quando MAO-TSE-TUNG lançou na CHINA, um país milenar, com seus 700 milhões de habitantes, uma revolução cultural, todo o mundo procurou esconder que sòmente esta seria a fórmula prática para a solução do problema, que tanto o capitalismo brasileiro quanto o americano não conseguem encontrar, pela conveniência de muitos, pelo comodismo, pelo alheamento, pelo medo, sobretudo pelo egoismo exagerado e pelo apêlo aos bens materiais que determinadas classes têm,neste País, e dos quais não desejam abrir mão. "

Em 12 OUT 67

Fazendo, da tribuna da Câmara, o necrológio de CHE GUEVARA, disse:

" ... vi desfilando por alí uma legião de indios maltrapilhos, imundos, os tristes párias desta Nação, que se somam aos milhares de outros párias de tôdas as regiões brasileiras, inclusive na nossa triste unidade federativa, em função dos desmandos, em função da inabilidade e da falta de capacidade técnica do Govêrno, assunto aliás, que já tem sido debatido com veemência, com o patriotismo e com o esclarecimento de V Excia, que nos

N8.Pro.CSS.221.2,p.22

honra como presidente neste instante.

Estas reflexões sombrias, Sr Presidente, me chegam e me atordoam no instante em que estou catalogando para meu arquivo as notícias da imprensa internacional e da imprensa nacional, em tôrno da morte do guerrilheiro CHE GUEVARA.

CHE GUEVARA, Sr Presidente, é o retrato atual do protesto latino-americano contra a espoliação e contra os desmandos do imperialismo. CHE GUEVARA, é a figura que a lenda registrará neste capítulo da vida brasileira, para mostrar àqueles que não querem acordar para a realidade de que os povos não suportam mais, não toleram mais, não aceitam mais as tristes condições a que estão reduzindo nações inteiras.

E alguem me dizia, ainda ontem neste plenário, que a guerrilha é típica das nações em que os govêrnos militares desejam dirigir, pelo arbítrio, pela prepotência e, sobretudo, pela falta de juridicidade e consentimento popular, às suas populações, às suas nações.

CHE GUEVARA não será uma figura única de guerrilheiro latino-americano; se não mudarem as condições de vida, se não se proporcionar ao povo latino-americano um justo desenvolvimento, uma justa participação na sua riqueza, uma justa marcha para o progresso, teremos de ocupar o continente latino-americano com muitas legiões de boinas-verdes para sufocar, com seu arbítrio e fôrça, o justo protesto da mocidade e daqueles que desejam, efetivamente, condições mais humanas de sobrevivência neste continente. "

N8.PRO.CSS.221.2,p.23

Em 07 NOV 67

Falando sôbre o problema educacional brasileiro, declarou:

" Sr Presidente, agora que nós já fazemos convênios para a aquisição de material de educação com a Rússia Soviética, e agora que nós também apanhamos dela dinheiro emprestado, dinheiro comunista, podemos, em tôrno de problemas sociais, políticos e econômicos, citar essa potência, expressão proibida durante muitos anos, antes que as nossas necessidades nos encaminhassem para entendimentos naquela área.

FRANCISCO JULIÃO um dia, em carta escrita a Dom VICENTE SCHERER, Bispo ou Arcebispo de Pôrto Alegre, disse que, tendo-se encontrado com JOÃO GOULART, em MOSCOU, êste lhe chamara a atenção para o problema da infância na Rússia Soviética e lhe teria dito que ali era o paraíso das crianças. Não é atoa que a Rússia Soviética forma, em média, 125 mil engenheiros por ano.

Vimos depois, CUBA ameaçada de invasão, ameaçada pelas sanções, repudiada por todo o continente americano, desenvolvendo uma ação de alfabetização em massa de tôda a sua população, com centenas e milhares de professores recrutados em tôdas as classes sociais para, nos campos, nos canaviais, nas roças, nas cidades, nos mocambos, em todos os recantos da ilha, procederem a um trabalho, a um levantamento sistemático e à alfabetização geral da sua população. "

Passando a criticar a política educacional do nosso Govêrno, sonega a verdade dizendo:

nº 8 - PRO. CSS. 221.2, p. 24

" Cada Ministro tem o seu programa; cada Ministro tem seus livros a adotar; cada Ministro adquire uma série de novos compêndios. Enquanto isso, a mocidade brasileira continua analfabeta, o analfabetismo aumenta em proporção alarmante, mesmo a despeito do proclamado reconhecimento de que a educação, como disse Miguel Couto, é a base fundamental do progresso de uma nação. "

Em 09 NOV 67

Fêz um veemente discurso de saudação ao 50º aniversário da Revolução Comunista Russa, do qual convém destacar os seguintes tópicos:

" Sr Presidente, o mundo registrou, ontem, em seu calendário de grandes comemorações, o aniversário da Revolução Soviética. Há cincoenta anos, uma mensagem foi entregue à humanidade e as velhas estruturas tradicionais, que comandavam a marcha da sociedade, sofreram o influxo de uma transformação e de uma advertência. Durante êsses 50 anos, a humanidade se tem detido, perplexa, aguardando, observando e estudando as consequências, os efeitos da transformação social que se operou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Embora vivendo esta Nação sob os efeitos de restrições constitucionais, de interpretação personalistas e senhoriais do que seja a lei, a liberdade e o direito, e apesar das ameaças, das intimidações e, muitas vêzes, das acomodações, não poderíamos deixar de fazer, no livro da História da Câmara, o registro das datas memoráveis, das datas que necessitam ser registradas, porque o povo brasileiro participa da luta, dos anseios e da caminhada da humanidade em busca de futuro melhor.

Sinto-me à vontade, como deputado, como criatura

N8.PRO.CSS.221.2i.p.25

e, sobretudo, como cidadão, em transmitir ao povo soviético a nossa saudação, pela data magna que comemora. "

Em 10 NOV 67

Falando sôbre a situação econômica do Espírito Santo, declarou:

" Não entendemos a atual política que se exerce contra o Espírito Santo, desde 1º de abril de 1964. Tínhamos razões de sobra para exaltar o govêrno passado porque, naquela época, o Espírito Santo era olhado como um Estado membro da Federação."

E termina sua série de infundados ataques à política do Govêrno, em relação a seu Estado, disendo:

" Formulamos veemente apêlo à Câmara; formulamos veemente apêlo a todos os deputados, à toda a opinião pública, para que tomem consciência da situação do Espírito Santo, antes que o meu Estado se transforme, também, num foco de rebelião, de insubordinação e, sobretudo, até de subversão porque parece que o govêrno só atenta para os focos de subversão quando existem, como aconteceu no CAPARAÓ, quando mobilizou tôdas as energias e meios para combater aqueles que protestavam contra as injustiças que se processavam no País, contra as intimidações, contra as ameaças com que se procura sufocar a voz livre do povo brasileiro. "

Em 14 NOV 67

Explorando, mais uma vêz, a miséria e apontando um suposto "drama" provocado por uma sêca ao norte do Espírito Santo, disse:

" Estamos cansados, cada dia mais desanimados e, antes que eu comece a pregar aqui os atos de desvario e de desatino, continuarei lendo essas notícias

N8-PRO.CSS.221.2.p.26

e fazendo êsses registros. Seria até bom que o SNI anotasse isto aqui para justificar uma atitude futura. Ninguém aguenta chegar à sua terra e ver os seus conterrâneos deitados nas calçadas, mendigando restos de comida.

Peço a V Excia, Sr Presidente, que no exercício da presidência, transmita ao Sr Presidente da República nossa angústia e nosso apêlo, no sentido de que se lembre que o Espírito Santo é uma unidade da Federação. Só se lembraram disso quando, no CAPARAÓ, começaram a surgir ameaças ao bem-estar e à tranquilidade de alguns felizes que andam aqui por êsses palácios.

Nessa hora, foram levantados mapas, estatísticas, e o Exército mobilizou-se; foi lá para distribuir café, trigo, roupas, brinquedos para as crianças, balas, doces, cocadas, etc. Nessa hora, o Espírito Santo é contado. Queira Deus não haja outros Caparaós."

Em 29 NOV 67

Criticando a suspensão de vestibular na Escola do Serviço Social de Vitória, disse:

" Fechar-se uma escola no instante em que se preparam tantos planos para melhorar as cadeias do Brasil; fechar-se uma escola no instante em que se planejam novas penitenciárias no Brasil; no instante em que as condições sociais, em que as condições econômicas, em que as condições políticas determinam um alarme-geral na consciência pública desta Nação, constitui um crime inominável. "

Em 18 JAN 68

Saudando, no limiar do Ano Nôvo, o Congresso "que ainda funciona", declarou:

NB. PRO. CSS 221.2, p. 27

" Sejam também, Sr Presidente, nossas palávras de advertência,não só à Nação Brasileira mas ao próprio Presidente da República que, deixando a sede do Govêrno e a que, transitóriamente, ocupa na Guanabara, e utilizando uma política tradicional, recolhe-se a Petrópolis, enquanto a Nação ferve de boatos. Esta, evidentemente, não é uma ocasião para veranear; esta é uma ocasião para vigilância. A Nação inteira, os escalões internos da vida pública brasileira fervilham de boatos em tôrno de transformações violentas ou pacíficas na vida pública brasileira, e o Sr Presidente da República se hospeda em Petrópolis; não se reúne extraordinàriamente para apreciar êstes fatos. "

E voltando ao seu assunto habitual de"fome e misé - ria", declarou:

" Esta Nação terá problemas seríssimos, pois apenas se preocupa com o comunismo, com a comunização, com problemas tolos.

Enquanto a Itália, a França e outros países cuidam de preparar o seu futuro, para que não tenham problemas graves, nós brasileiros nos reunimos num Congresso para alardear mêdo de meia dúzia de comunistas, que nenhum meio têm de realizar algo válido contra a segurança desta Nação, guardada por canhões, por aviões, por navios armados, com um esquema de segurança que transcende qualquer coisa semelhante em tôda a sua História. Precisamos eliminar o problema da fome. Se não querem ouvir falar em comunismo, acabem com a miséria, com os desajustamentos, sobretudo com os privilégios, de que se valem muitos homens no Brasil para recolher às suas burras fartas a maior parte do trabalho de todos,e com isso se constituirem em donos de

N8.PRO.CSS 221.2,p.28

uma Nação, cujos verdadeiros donos estão morrendo à fome, nas ruas de tôdas as nossas cidades."

Em 09 MAR 68

Comentando a possibilidade do retôrno do Sr JOÃO GOULART ao Brasil, declarou:

" Nós somos daqueles a quem a Revolução não exigiu o direito de quebrar os laços de amizade, admiração e gratidão pelo ex-presidente JOÃO GOULART. Alijado do PTB, na ocasião em que decidi acompanhar o Sr JANIO QUADROS e FERNANDO FERRARI, dentro da filosofia trabalhista mas num movimento de rebeldia contra o PTB; expulso do meu partido, voltei ao mesmo a convite e por chamado do Presidente JOÃO GOULART. "

Em 15 JUL 68

Falando sôbre a guerra do Vietnam, disse:

" O Govêrno Brasileiro está no dever de manifestar aos Estados Unidos o seu desejo e a sua esperança de que se encontre uma solução para o problema do Vietnam.

Que se deixe àquele país o direito de resolver os seus problemas internos, de seguir a ideologia que quizer, de instalar o govêrno que desejar, desde que isso não afete às nações vizinhas ou a outras nações.

Que o Brasil, que está tão pressuroso em ir para SÃO DOMINGOS fazer eleições e reforçar a atitude de outras nações nos conselhos internacionais, diga, através da OEA, através dos seus representantes sulamericanos, liderando êsses países, do seu temor de que essa guerra venha prejudicar a paz mundial e aniquilar a civilização atual.

N8 PRO. CSS. 221.2, p. 29

Sr Presidente, o Govêrno Brasileiro vai mandar ao Vietnam dez oficiais do Exército, como observadores. Observar o que? Observar se o noticiário da imprensa é verdadeiro? Observar se as fotografias que causam espanto, que causam horror, que causam vergonha, são verdadeiras? "

" A atitude do Govêrno Brasileiro, que tem uma grande responsabilidade nesta parte do mundo, que é indubitàvelmente o líder deste continente, devia ser muito mais máscula, muito mais decisiva, muito mais afirmativa no sentido de, solidário como tem sido com os Estados Unidos da América, nas causas justas e injustas, advertir sèriamente aquele govêrno, como fêz o Presidente JOÃO GOULART na questão dos foguetes de CUBA."

Em 27 AGO 68

Criticando o corte de verbas para o ensino industrial, declarou:

" Fruto das suspeitas do Govêrno, a classe pobre não tem possibilidade quase nunca de mandar um grande contingente à Universidade, que é filha dileta da administração. Raramente um elemento pobre consegue chegar à Universidade; apenas os homens mais bem aquinhoados da sorte e que pertencem às esferas que gozam da contemplação, do amor e do carinho do govêrno, chegam ao ensino superior.

No entanto, o Govêrno, preocupado com o desenvolvimento do comunismo, não vacina a Nação, não determina a seus órgãos específicos que tomem providências imediatas e oportunas para impedir que o próprio govêrno tenha de aumentar as cadeias, o número de brasileiros impressionado com a proversão,

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 30

hoje o grande hobby do Govêrno Revolucionário".

Sr Presidente, a Câmara dos Deputados é a casa dos representantes do povo. Se esta casa não exercer pressão sôbre o Govêrno, que é apenas mandatário, para que atenda às exigências mínimas da vida nacional, tanto a Câmara como o Govêrno, estarão traindo o povo. "

Em 29 AGO 68

Comentando uma mensagem do Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo, declarou:

" O Govêrno Federal não precisa dar satisfação de seus atos a ninguém, porque é forte, é dono do País, tem uma banca de 300 deputados que garantem seus atos. Êle sufoca a Nação com suas decisões, arbitrárias ou não, nosso povo as tem de engolir. Numa Câmara destas, efetivamente, basta de fazer apêlos; é preciso fazer advertências ao Govêrno. Depois, não vimos apelar ao Sr Presidente da República, mas sim advirtí-lo de que, como parte integrante, histórica, política e socialmente da comunidade brasileira, exigimos respeito e um tratamento correto, equânime e sério da República. Repito: não estamos aqui para pedir favor de uma nação que tanto recebeu do povo do Espírito Santo. "

Em 12 SET 68

Mais uma vez explorando o tema de miséria, declarou, a respeito de menores abandonados:

" O Govêrno deveria aparecer mais como govêrno sério, equilibrado. Então o Sr COSTA E SILVA deveria pedir ao Sr GAMA E SILVA que apresentasse um relatório sôbre as providências tomadas pelo Ministério da Justiça quanto ao problema do menor.

N8. Pro. CSS. 221.2, p. 31

Que o Govêrno colha esta lição, se recolha à sua insignificância, diante da grandeza do desafio que a ocorrência na "Vivenda da Luz" lhe oferece, pois veio mostrar que são os mandatários deste País, hoje e ontem, que fabricam as células da subversão e do inconformismo. São êles, na sua impassividade, na sua sua frieza, na sua indiferença e na sua acomodação, que fabricam os comunistas, que amedrontam a êles e ameaçam os filhos desta Nação."

Em 10 OUT 68

Congratulando-se com os bancários capixabas que obtiveram aumento de salários, disse:

" Fala-se, diàriamente, em combater o comunismo neste País. Êsse comunismo, Sr Presidente, é o grito do trabalhador por mais um pedaço de pão; é o grito do injustiçado por mais um pouco de justiça; é o brado e o protesto do marginalizado pelo direito à participação na vida de sua comunidade, na construção do seu destino, na elaboração do futuro das gerações que vêm aí. Isso é comunismo para êles.

O que é democracia para determinadas áreas é o silêncio, é o conformismo, é a manutenção dos privilégios odiosos que êles, enquistados em todos os setores da vida pública desta Nação, da Presidência da República aos mais baixos escalões da vida administrativa, seguram com mão de ferro, não deixando que haja uma justa participação de todos os homens, de tôdas as mulheres, de todos os brasileiros na elaboração do grande edifício da paz social e do futuro desta Nação.

Uma nação que faz a sua independência, que proclamou a sua República, que se destacou nos mais

NB. PROCESS. 221.2, p. 32

altos tribunais do mundo, defendendo teses que se constituiram em grandes páginas do Direito Universal, uma Nação destas, Sr Presidente, intimida seus trabalhadores com a lei que foi criada para protegê-los; intimida-os com as Fôrças Armadas, criadas e mantidas com o dinheiro do povo, para garantir a ordem, para defender a integridade da Pátria e, sobretudo, para servir ao verdadeiro interêsse da paz social. "

Em 18 OUT 68

Falando sôbre problemas referentes a agitações estudantis, declarou:

" Tivemos conhecimento da prisão de universitários nossos que teriam participado daquele congresso que o govêrno paulista e o Govêrno Federal reprimiram, realizando algumas centenas de prisões.

No "tapa" o govêrno não ganha essa parada. Nem o Sr COSTA E SILVA nem todos os instrumentos de repressão que o govêrno possa inventar, serão capazes de reprimir uma situação que desafia, não a fôrça mas a inteligência, a compreensão e, sobretudo, a capacidade das instituições, de sentirem e auferirem, efetivamente, o que se estaria passando no meio universitário.

No Brasil, a coisa ainda se encontra no âmbito Universitário. As reivindicações são claras. Elas estão expostas nos boletins, nas paredes, nos muros, nos comícios e nas ruas. A mocidade não pede privilégios. Os universitários não pedem emprêgo e não solicitam sinecuras do Govêrno.

São êsses moços e moças que estão, hoje, enfrentando a repressão policial de um govêrno que quer ser conservador à fôrça, que quer copiar métodos

N8. Pro. CSS. 221.2.n.33

conservadores - não se sabe de quem ou impostos por quem - e deseja reprimir os sonhos, os ideais, as esperanças da juventude, à custa de pauladas, de borrachadas, de gás lacrimogêneo, de "brucutus", de "tatus", de todas as formas que os povos inteligentes inventaram para dominar colônias e, sobretudo, para manter os regimes de escravatura que estabeleceram em algumas nações.

Apresentam-se estatísticas mentirosas que são publicadas e oferecidas pelo govêrno para seus comunicados oficiais, com a maior euforia que sentimos manifestada nas áreas oficiais."

Em 19 OUT 68

Comentando uma intimação recebida por um padre capixaba para ir depor no DOPS, disse:

" O Padre ALVARO REGAZZE dizia na carta que não hastearia a Bandeira no dia 7 de setembro e não faria desfile, porque, naquele momento, se solidarizava com a dor dos trabalhadores que tanto contribuem para a grandeza de seus país."

Em 25 OUT 68

Criticando o Govêrno pela prisão da atriz comunista VANJA ORICO, quando participava de uma agitação de rua na Guanabara, assim terminou seu discurso:

" Protestamos da tribuna da Câmara dos Deputados, porque o que se viu ali praticado contra uma mãe brasileira, uma artista brasileira, toca as raias do inqualificável, do inadmissível e do intolerável. "

Em 26 OUT 68

Falando sôbre o salário profissional dos motoristas declarou:

N8.PRO.CSS.221.2.p.34

" Ninguém mais, neste país, sabe o que é efetivo direito e o que é abuso, o que é protesto e o que é subversão. Ninguém sabe o que é democracia nem o que é comunismo. "

Em 30 OUT 68

Comentando a concessão, pelo S T M, de um habeas-corpus a um líder sindical comunista, o principal agitador da PETROBRÁS e da FEMAPE, órgão ilegal e subversivo, declarou:

" Pelo simples fato de isso não agradar a determinados escalões sociais, deste País, escalões que dominam a lei, escalões que pretendem dominar a justiça, escalões que dominam a administração pública em todos os seus setores, pelo simples fato de isso causar uma remota ameaça ao poderio econômico desses escalões, então, utiliza-se o Exército, ou o Exército deixa-se utilizar em nome desses supostos interêsses, dessas supostas ameaças, de ameaça de um líder trabalhador, no exercício de sua função específica.

Cessem êsses abusos, cessem essas interferências, cessem essas invasões de jurisdição e veremos que essa hostilidade aparente, essa separação psicológica deixará de existir. Não há notícia de nenhum civil que tivesse sido detido pelo simples fato de pretender dar instrução militar, ou de querer dirigir quartel, ou de desejar arrogar-se em autoridade em assuntos de segurança nacional."

Em 31 OUT 68

Criticando uma Portaria sôbre aumento salarial dos marítimos, declarou:

" Protestamos, Sr Presidente, - precisamos passar,

N8.Mo.C65.221.2,p.35

nesta Câmara, das lamúrias e apêlos para os protestos - contra essas afirmações do Govêrno, de que trabalha para o homem, para o seu engrandecimento e para o prestígio do trabalho honesto; que combate a corrupção, a miséria, a mendicância, o atraso. Ao contrário, delongam-se as medidas ansiosamente esperadas pelas classes assalariadas. O trabalhador aguardou que a Revolução se convencesse de que êle não era subversivo. A revolução cassou quase tôdas as conquistas dos marítimos e dos portuários.

Em 1º NOV 68

Criticando a Companhia Vale do Rio Doce e atacando os seus dirigentes, disse:

" Sàbiamente, através de reivindicações, de convenções, de lutas, de greves, de movimentos paredistas, obtendo algumas prerrogativas, melhorando a condição social da sua área e preparando, por certo, um lastro, um destino melhor para sua família. Mas a outra classe não queria. Tranquilamente assentada nos altos conselhos, entre o mate gelado, os ventiladores, os tapetes, a iluminação fluorescente, essa classe é que estabelecia o que era certo e o que era errado.

Veio 1964 e consagrou a vontade da classe dominante. "

E acrescenta, mais adiante:

" porque se valem de um movimento revolucionário, para negar o direito de sobreviver a quem trabalha? Sr Presidente, isto é convidar para o comunismo, para a subversão, para a rebelião. Utilizar a lei para negar ao homem que trabalha, ao desgraçado que, da manhã à noite, trabalha, enquanto os técnicos estão na televisão, suas famílias nas

N8.PRO.CSS.221.2.p.36

piscinas, nos seus apartamentos com ar condicionado; negar aos trabalhadores que suam, que lutam, o direito de sobreviver ou, pelo menos, de viver; isto, Sr Presidente, redunda em rebelião, em insubordinação. Força-se o homem a conseguir, de qualquer maneira, o que se nega em função da lei."

Em 05 NOV 68

Passando a explorar nôvo tema, a discriminação racial no Brasil, declarou:

" As cadeias, os presídios e tôdas as formas de aviltamento da pessoa humana estão quase que, totalmente, preenchidos pelos moços, moças e mulheres da raça negra. Não encontram êles oportunidade de participar da diplomacia brasileira, não encontram oportunidades de acesso aos ginásios e às universidades, não encontram meios válidos a fim de disputarem decente, legal e juridicamente as oportunidades imensas que se abrem neste país para os seus filhos. Sentimos que nos jardins de infância, nas escolas primárias, nos ginásios, nos cursos científicos, nas universidades, nos escalões superiores das Fôrças Armadas, na diplomacia brasileira, nas escolas, enfim, onde se exige o acesso de pessoas que possuam arte e cultura, o negro está quase a zero, porque não lhe dão a oportunidade de participar, igualmente, do progresso e do avanço da civilização neste país ."

Em 07 NOV 68

Voltando a explorar o preconceito racial, insiste em sua propaganda subliminar de incitamento à violência e a subversão, nesses têrmos:

" No entanto, a realidade é tão flagrante, tão chocante, tão alarmante que, mesmo a despeito de

N8.PRO.C55.221.2,p.37

contrariar êsses setores, temos de abordar o preconceito, temos de debatê-lo, temos de trazê-lo à plena consciência da nação brasileira, para que ela decida, no retrato do seu próprio panorama, se é necessário ou não tomar providências mais enérgicas, antes que os ventos da rebeldia, da violência, da insubordinação e, sobretudo, da inconformação ameacem arrepiar a sensibilidade deste país e, sobretudo, a sua própria segurança social. "

Em 09 NOV 68

Protestando contra a intervenção do Ministério do Trabalho em um sindicato, no Espírito Santo, disse:

" Sr Presidente, não somos revolucionários. Aceitamos a Revolução como um fato consumado e, tanto quanto possível, lutaremos para minar as suas fôrças naqueles aspectos que não se coadunam com a consciência democrática deste País."

Em 12 NOV 68

Analizando um artigo de jornal em que o Embaixador dos Estados Unidos, Sr JOHN TUTHILL, fala sôbre o poder econômico, declarou o seguinte:

" Sr Presidente, é uma espécie de pito no govêrno brasileiro, que está no dever de determinar aos seus ministros, em cada setor competente, uma explicação ao público brasileiro que lê essas notícias e ao público sul-americano que também as lerá, sôbre os carões que o Embaixador dos Estados Unidos passou no govêrno brasileiro e na sua equipe administrativa, em tôrno dos problemas que dizem respeito apenas à economia interna de uma nação soberana.

Parecemos uma nação-colônia ouvindo a orientação, as censuras, as advertências de um senhor, de um dono."

N8-PRO-CSS-221.2,p-38

Em 13 NOV 68

Mais uma vez explorando a miséria e acusando os ricos, salientando os contrastes sociais, declarou:

" Mas quem viu todo o luxo, toda a ostentação com que o Govêrno recebeu a Tainha Elizabeth II - e ainda rumorejam por aí que, só num banquete, gastaram 250 milhões - uma nação que não tem remédios, nem mesmo pílulas verminóticas, numa nação que em plena Capital da República tem um hospital de tuberculosos com 24 leitos apenas e onde os doentes fazem filas na porta do cemitério, e não na porta do hospital.

Chego à conclusão de que o Embaixador americano, do país que nos fornece dólares, tem razões para advirtir o govêrno, admoestá-lo quanto ao problema do homem brasileiro. Não falamos na mendicância, não falamos da afronta que constitui êsse espetáculo degradante, em plena Capital do País, onde se investiu verbas excessivas no plantio de grama, onde se levantam bandeirolas, e se fazem recepções suntuosas nos hotéis, nos palácios, nas residências das altas autoridades, enquanto os desgraçados brasileiros, chegados naqueles ônibus cobertos de poeira, ficam deitados, famílias inteiras, no páteo da Estação Rodoviária.

Essas mulheres, meninos e trabalhadores vieram fugindo da miséria e da fome das regiões abandonadas do País e cairam neste cemitério cheio de mármores, cheio de luzes, cheio de grama, cheio de ciprestes, onde o govêrno, por sua cegueira e por sua inadaptação à realidade brasileira, pretende matar e enterrar as esperanças desse País e enterrar, sobretudo, a resistência física e moral dos brasileiros, num dos momentos mais dramáticos de sua vida. "

N8. PRD. CSS. 221.2, p. 39

Em 14 NOV 68

Abordando e explorando, mais uma vez, o problema da "fome", declarou:

" JOSUÉ DE CASTRO, que foi deputado nesta Casa, e que focalizou êsse tema com a veemência, com a consciência e, sobretudo, com a eficiência que êle precisa ser tratado, teve seu mandato cassado pela revolução, sob a alegação de que sua atividade política andava pelas raias da subversão.

Se o govêrno não apresentar uma solução, o Nordeste se transformará num nôvo Vietnam, diz o Padre CRESPO. Isso foi em Junho de 1968, afirmativa de quem vive na região e se preocupa com seus problemas. O que se precisa e dar terra ao trabalhador, é dar assistência ao operário. Em Pernambuco, patrícios nossos, por nós representados nesta Casa, estão comendo restos de comida e fôlhas.

Esta Nação vai acordar um dia no clima do Vietnam. Sr Presidente, nessa hora, no momento desse sacrifício, todos bateremos no peito e cobriremos de cinzas as nossas cabeças. "

Continuando a sonegar a verdade e a atacar o Govêrno e as Fôrças Armadas, disse mais o seguinte:

" No glorioso Estado de Pernambuco - que no momento não dispõe aqui de um seu representante, para atestar se é ou não verídica essa afirmativa - hoje, até o IV Exército interfere em favor do patrão colocando sargentos à disposição dos usineiros para vistoriarem, em jipe, tôda a propriedade impedindo o contato do sindicato com seus associados.

Num País em que se coloca as Fôrças Armadas a serviço do propósito de impedir que os trabalhadores

N8. Pro. CSS. 221. 2, p. 40

se associem em sindicatos, para defender seus direitos e combater o egoismo de determinadas entidades maléficas que nele se instalaram, evidentemente nunca se conseguirá reforma agrária, nunca se conseguirá senão as publicações vistosas, recobertas com papel especial, e que o Ministro, èticamente, atenciosamente, cordialmente remete aos deputados, para que êles tenham a ilusão de que , efetivamente, se trabalha nêsse País. "

3.1.2 Discursos pronunciados fora do Congresso

Em MAI 61

Foi um dos oradores de ato público de solidariedade a CUBA, realizado em VITÓRIA-ES, no dia 21 (SNI)

Em 1º ABR 64

Participou e foi um dos oradores mais exaltados e ardorosos, de um comício realizado na Praça 8, no ponto mais central de VITÓRIA-ES. Nesse Comício, atacou violentamente as Fôrças Armadas e, em especial, os comandos do 3º BC e da EsAAMM/ES. O comício foi organizado por MÁRIO GURGEL e líderes sindicais comunistas e teve o propósito de mobilizar a classe trabalhadora e o público em geral para pegar em armas, tomar os estabelecimentos militares de VITÓRIA e repôr no govêrno o Sr JOÃO GOULART. (SNI)

Em ABR 64

Após a Revolução, fez violentos discursos na Assembléia Legislativa do ESPÍRITO SANTO, contra a Revolução e as novas autoridades,fazendo profissão de fé e de apoio à política e métodos de govêrno do Sr JOÃO GOULART, constando tais discursos nos anais da AL/ES. (SNI)

N8. Pro. Css. 221. 2, p. 41

Em FEV 66

Discursou na Assembléia Legislativa do Espírito Santo, atacando violentamente os militares do 3º BC e as autoridades federais, defendendo o ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR. (SNI)

3.2 INQUÉRITOS E SINDICÂNCIAS

3.2.1 Logo após a Revolução de 1964, foi submetido a Processo de Investigação Sumária, pela Comissão Estadual de Aplicação do Ato Institucional nº 1.
Essa Comissão deixou de examinar o seu caso por não ser êle funcionário estadual, enviando o processo à CGI. A CGI determinou que fôssem realizadas investigações, que deixaram de ser feitas por achar a Comissão Estadual não ser atribuição sua e o Governador, então, determinou o arquivamento do processo, por ter expirado o prazo permitido pelo Ato Institucional. Tal processo teve início a 22 MAI 64 e o prazo expirou a 10 OUT 64. (SNI e CENIMAR)

3.2.2 Em março de 1966 foi, novamente, submetido a Processo de Investigação Sumária, por indicação do Comando do 3º BC, tendo sido organizado o seu extrato de prontuário para fins de enquadramento do Ato Institucional nº 2. Mais uma vez deixou de ser cassado pelo Govêrno Federal.

3.3 INFORMES E INFORMAÇÕES

3.3.1 Do Extrato do seu prontuário no SNI constam, entre outras, as seguintes anotações:

- Comunista notório - Subversivo.
- Iniciou sua vida política no RIO, como estudante, tomando parte em agitações de rua na Central do Brasil, junto com HÉRCULES CORRÊA.

N8.PRD.CSS.221.2,p.42

- Liderou greve do povo contra a Companhia Central Brasileira de Fôrça Elétrica.
- Explorava polìticamente a própria família, obrigando sua mãe a morar em um barracão de favela, a pesar de já ser deputado estadual muito bem remunerado.
- Associou-se a OTTO NETO, líder comunista, na exploração da Escola de Pesca Caboclo Bernardes.
- Como Prefeito de VITÓRIA-ES, mandou realizar um ato público de aplauso ao Juiz MONJARDIM FILHO, quando êste revogou a prisão preventiva de LUIZ CARLOS PRESTES.
- Ligou-se, ostensivamente, antes da Revolução, aos grupos comunistas atuantes na área sindical do seu Estado.
- No dia 1º ABR 64, organizou um comício no centro da cidade de VITÓRIA, protestando contra a Revolução e conclamando o povo a pegar em armas para repor no Govêrno o Sr JOÃO GOULART.
- Declarou-se, pùblicamente, contra a revolução.

3.3.2 Em maio de 1961, em um comício em VITÓRIA-ES, discursou em solidariedade a CUBA. (SNI)

3.3.3 Em 27 AGO 63 passou telegrama ao Sr JOÃO GOULART cumprimentando-o pelas reformas de base preconizadas na concentração do dia 24, na Cinelândia.(SNI e CIE)

3.3.4 Em 1º ABR 64 conclamou o povo capixaba, durante comício público, a pegar em armas e reagir contra a Revolução. Após o comício fêz parte de uma comissão que seria o "Estado-Maior" da resistência armada contra as Fôrças Armadas do atual regime. Para tanto, dirigiu-se ao Palácio do Govêrno onde a citada comissão elaborou os planos para reimplantar a anarquia e a comunização do País. (SNI)

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 43

3.3.5 Em junho de 1964 foi feito pelo CIE a seguinte anotação em seu dossier:

" MARIO GURGEL, célebre pelos seus votos de congratulações à CHINA, RÚSSIA e FIDEL , está impune na Assembléia, seus discursos ainda não foram publicados, mas fala-se em rasgar os anais que estão com as publicações atrazadas para deixá-lo impune. Porque não verificar através das notas dos jornais e taquigráficas ? (Doc 72, P58/64,do CIE).

3.3.6 Do Sumário de Informações ESPÍRITO SANTO, de 13 JUN 65, do CIE, constam, entre outras, as seguintes observações:

- Elementos destacados na conturbação do Estado:Dep MARIO GURGEL-Comunista.

3.3.7 Em novembro de 1965 fêz parte, como relator, da Comissão Especial da AL/ES que estudou o processo contra o então governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, seu compadre. Seu relatório, como era de se esperar, foi capcioso e contrário às provas dos autos, terminando por aconselhar a absolvição do governador corrupto. (SNI e CENIMAR)

3.3.8 Em novembro de 1965, o SNI anotou o seguinte em seu prontuário:

" Explorava, polìticamente, a pobreza de sua família; sendo deputado estadual desde 1960, mantinha sua progenitora em barraco de favela, enquanto se vestia bem e levava vida confortável.

Ainda com propósitos demagógicos, compareceu à EsAAMM/ES e solicitou de seu Imediato que dois de seus sobrinhos ali ficassem trabalhando a trôco de comida, como agregados. Ressalte-se que a Escola de Aprendizes admitia rapazes como agregados,a fim de auxiliar as famílias paupérrimas, e a êles

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 44

dava instrução, preparando-os para o concurso de admissão à Escola. "

3.3.9 Do Informe nº 2.180/CENIMAR, de 10 DEZ 65, extrai - se o seguinte:

" MARIO GURGEL - Deputado pelo PTB, juntou-se com OTTO NETO para exploração da Escola de Pesca Cabo clo Bernardes. Colocaram lá crianças abandonadas de VITÓRIA. Fundaram uma célula comunista que, presume-se, continua ainda em atividade. Escreve artigos no jornal do Governador. "

3.3.10 Da Informação nº 2.285/CENIMAR, de 28 DEZ 65, consta entre outras anotações, a seguinte:

" No entanto, o comunista MARIO GURGEL (Relator da CPI) vem, como esperado, truncando os trabalhos e criticando os militares. "

3.3.11 Em fevereiro de 1966, discursou na AL/ES atacando, violentamente, os militares do 3ºBC e as autorida - des federais, defendendo o ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR. (SNI).

3.3.12 Em março de 1966, figurou numa lista organizada pe- lo 3º BC, entre os elementos perniciosos à Revolu - ção e cujas atividades não resistiriam a uma sindi- cância, por sumária que fôsse, no que se relaciona com a falsidade ideológica, fraude, chantagem e corrupção ativa e passiva. Em consequência, foi sub metido a Processo de Investigação Sumária para fins de enquadramento no Ato Institucional nº 2, não sen do, entretanto, cassado na ocasião.

3.3.13 Em Informe nº 25/66, o Cmt do I Ex relaciona o Depu tado MARIO GURGEL entre elementos que "existem, a- gindo tanto no setor administrativo quanto no polí- tico, cuja vida colide, frontalmente, com os princí pios mestres da Revolução Democrática de 31 MAR 64,

N8. PRO. CSS 221. 2 p. 45

minando as estruturas do arcabouço revolucionário , com reflexos na opinião pública que, perplexa, procura uma explicação para a manutenção de tais elementos no cenário estadual e federal. "

3.3.14 No plenário da AL/ES votou pela absolvição do ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, apesar de tôdas as provas contrárias, propiciando com seu voto que fôsse atingido o "quorum" mínimo de 23 votos suficientes para absolver o acusado.(Informação nº 742/68, do CENIMAR).

3.3.15 Em agôsto de 1967, por ocasião do Congresso da UNE do ESPÍRITO SANTO, definiu os seus participantes como "pobres estudantes, nem subversivos, nem comunistas, nem adeptos de outra ideologia qualquer."(SNI)

3:3.16 Em outubro de 1967, fêz o necrológio de CHE GUEVARA na tribuna da Câmara dos Deputados, classificando-o como "o retrato atual do protesto latino-americano, contra a exploração e contra os desmandos do imperialismo."

3.3.17 Em novembro de 1967, participou de encontros com a bancada do MDB, em pról da Frente Ampla.(SNI)

3.3.18 Em 15 JAN 68, remeteu a outro parlamentar um bilhete (cópia anexa), cujo texto é o seguinte:
" Li o recorte de jornal que me enviou sôbre a opinião de um jornalista americano a respeito de problemas de sexo e divórcio na União Soviética. Leu as percentagens de desajustamentos? Comparou-as com as outras grandes civilizações? Vamos fazer isto? "

3.3.19 No dia 6 MAR 68, reuniu-se com outros parlamentares na residência da deputada LIGIA DOUTEL DE ANDRADE , em BRASÍLIA, para tratarem de assuntos referentes à Frente Ampla e ao Bloco Parlamentar Trabalhista. (SNI).

N8.PRO.CSS.221.2, p.46

3.3.20 Do Informe de 14 NOV 68, do DPF, consta o seguinte:

" O epigrafado e JOSÉ LEÃO BORGES, DARLY SANTOS, HERMÓGENES LIMA DA FONSECA, FERDINANDO BERREDO DE MENEZES, HÉLIO CARLOS MANHÃES, JOSÉ PARENTE FROTA e RAMON DE OLIVEIRA NEVES (êstes últimos são deputados cassados), todos pessoas de reconhecida atuação subversiva, no Estado do ESPÍRITO SANTO, mantinham ligações com IVONE AMORIM.

O epigrafado e os demais acima citados, por vêzes pernoitavam na residência de IVONE, desconhecendo-se se essas estadias tinham a finalidade de evitar serem presos, em decorrência da Revolução de 31 de março de 1964. "

4. Nestas condições, peço vênia sugerir, ouvido o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, na conformidade do Art. 5º, do Ato Complementar nº 39, sejam suspensos os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassado o mandato eletivo federal do senhor MARIO GURGEL, consoante dispõe o Art. 4º, do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos do mais profundo respeito.

Gen Bda JAYME PORTELLA DE MELLO
Secretário-Geral do
CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL

N8. PRO. C55.221.2, p. 47

DOC
"B"

N8. Prd. Css. 221.2, p. 48

B - FICHA INDIVIDUAL

NB. PRO. CSS. 221.2, p. 49

F I C H A I N D I V I D U A L

1) Nome - MÁRIO GURGEL

2) Naturalidade - ESPÍRITO SANTO

3) Data de Nascimento - 12 de junho de 1922

4) Filiação -

5) Profissão - Advogado e Professor

6) Estado Civil - Casado

7) Enderêço - SQ 405, Bloco 1 - Aptº 201 - BRASÍLIA

8) Identidade -

N8-PRD-CSS-221.2,p.50

DOC
"C"

N8.PRD.CSS.221.2,p.51

C - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES E DE OUTROS -ÓRGÃOS

N8.PRO.CSS. 221.2,p.52

1 - INFORMAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

N8. PRO. CSS. 221.2.11.53

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

FICHA INDIVIDUAL

1. Nº 142.	2. DATA: 27/1/69
3. NOME: MARIO GURGEL	
4. FILIAÇÃO:	
5. DATA DE NASCIMENTO:	
6. NACIONALIDADE:	
7. NATURALIDADE:	
8. PROFISSÃO: Deputado Federal (ESPÍRITO SANTO)	
9. ESTADO CIVIL:	
10. INSTRUÇÃO:	
11. RESIDÊNCIA:	

N8. PRO. Css. 221. 2, p. 54

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

12 - EXTRATO DO PRONTUÁRIO

- Deputado Federal pelo MDB/ES.

- Comunista notório.

- Subversivo.

- Iniciou sua vida política na GB, como estudante, tomando parte em agitações de rua na Central do Brasil, junto com HERCULES CORRÊA.

- Foi Prefeito de VITÓRIA-ES e Deputado Estadual no Espírito Santo.

- Liderou greve do povo contra a Companhia Central Brasileira de Força Eletrica (não pagamento de contas - encampação).

- Getulista. Explora temas sôbre a miséria.

- Explorava, politicamente, a própria família. / Obrigava sua mae a morar num barraco de favela, enquanto, já deputado, desde 1960, levava vida bem mais confortavel. Em epoca de eleições, explorava, demagogicamente, o fato de sua familia morar em barraco.

- Associou-se a OTTO NETO, líder comunista, na exploração da Escola de Pesca Caboclo Bernardes, para onde levou dezenas de crianças apanhadas nas ruas de VITÓRIA-ES.

- Utiliza-se das obras sociais e filantrópicas para plataforma política e pregação marxista.

- Como prefeito de VITÓRIA-ES, mandou realizar / ato publico de aplauso ao Juiz MONJARDIM FILHO, quando este revogou a prisão preventiva de LUIZ CARLOS PRESTES.

- Signatário do apêlo de ESTOCOLMO, pró-paz.

- Escreve no jornal "O DIÁRIO", empregando a dialetica marxista.

- Ligou-se, ostensivamente, antes da Revolução,/ aos grupos comunistas atuantes na area sindical do Estado. Defendia publicamente os princípios anarquicos então postos em pratica, em detrimento da Democracia e dos interesses do País.

- No dia 1º de abril de 1964, tomou parte e foi um dos líderes e oradores mais ardorosos, em comício realizado na Praça 8 (centro de VITÓRIA-ES), promovido pelas entidades sindicais / do Estado e pela Frente de Mobilização Popular. Nesse Comício, as FFAA foram execradas e o povo instado a se mobilizar e a pegar em armas / para defender os princípios comunistas. A êle compareceram, todos os líderes comunistas locais. Logo apos esse comício, fez parte da co-

N8.PRO.CSS.221.2,p.55

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES - AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

missão que se dirigiu ao Palácio Anchieta e aí se reuniu com o Governador LACERDA DE AGUIAR, a fim de concretizar e estabelecer normas para orientar o povo a combater as FF AA, reimplantar a anarquia e comunizar o País.

- Logo após a Revolução, fêz discursos na Assembléia Legislativa contra os líderes e os princípios revolucionários.

- Declarou-se publicamente contra a Revolução.

- Fêz parte da Comissão Especial da AL do Estado, que estudou o processo contra o então Governador LACERDA DE AGUIAR e do qual foi relator. Era, compadre e muito amigo do Governador. Seu relatório foi capcioso e, contra as provas apresentadas, aconselhou a absolvição de FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.

- Foi denunciado, após a Revolução, perante a Comissão de Aplicação do Ato Institucional, para fins de cassação de mandato e suspensão de direitos políticos, pela prática de atos subversivos.

- Fêz parte da Comissão Organizadora de um "Congresso de Defesa da Monasita e do Minério de Ferro do Espírito Santo".

- Na Câmara Federal, fêz discursos favoráveis aos estudantes, a CUBA-GUEVARA, a GETÚLIO VARGAS e ao jogo do bicho; e contrários ao Governo, a Revolução de 64, a política de minérios e a política externa do Governo.

13 - HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

1961 - MAI - Foi um dos oradores do ato público de solidariedade à CUBA, realizado em VITÓRIA-ES, no dia 21.

1963 - AGO - Como líder do PTB, enviou telegrama ao Presidente JOÃO GOULART cumprimentando-o pelas reformas de base preconizadas na concentração do dia 23 AGO 63, na Cinelândia.

1964 - ABR - Tomou parte e foi um dos oradores mais exaltados e ardorosos, em comício realizado na Praça 8, no ponto mais central de VITÓRIA-ES. Nesse comício, atacou violentamente as FFAA e, em especial, os Comandos do 3º BC e da E AAAe/ES. O comício citado foi organizado por MARIO GURGEL e líderes sindicais comunistas e teve propósito de mobilizar a classe trabalhadora e o público em geral para pegar em armas, tomar os estabelecimentos militares de VITÓRIA e repôr no Governo o Sr JOÃO GOULART.

NB. PRO. Css. 221.2, p 56

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

Êsse comício contou com o comparecimento ostensivo de todos os líderes sindicais de VITÓRIA e tambem do então Governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.
Logo após o comício de 1º de abril 64, fêz parte da comissão que seria o "estado-maior" da resistencia armada contra as FFAA do atual regime. Para tanto, dirigiu-se ao Palacio do Govêrno onde a citada comissão elaborou planos / para reimplantar a anarquia e a comunização do País.

- Após a revolução, fêz violentos discursos na AL/ES, contra as novas autoridades, fazendo / profissão de fe e de apoio a política e metodos de govêrno do Sr JOÃO GOULART, constando tais discursos das atas da AL/ES.

- Foi submetido a Processo de Investigação Sumária pela Comissão de Aplicação do Ato Institucional do Estado do ESPIRITO SANTO, cujos resultados foram submetidos a apreciação do Conselho de Segurança Nacional, a fim de enquadramento nas sanções previstas no artigo 7º do AI-1.

1965 - NOV - Fêz parte, como relator, da Comissão Especial da AL/ES que estudou o processo contra o então governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, seu compadre. Seu relatório, como era de se esperar, foi capcioso e contrario as provas dos autos, terminando por aconselhar a absolvição do Governador corrupto.

- Explorava politicamente a pobreza de sua família: sendo deputado estadual desde 1960, mantinha sua progenitora em barraco de favela, enquanto se vestia bem e levava vida confortavel.

- Ainda com propósitos demagógicos, compareceu à EE AA/ES e solicitou de seu imediato que dois de seus sobrinhos ali ficassem trabalhando a troco de comida, como agregados. Ressalte-se / que a Escola de Aprendizes admitia rapazes como agregados a fim de auxiliar as famílias pauperrimas e a eles dava instrução preparando-os para o concurso de admissão a Escola.

- Ligou-se ostensivamente, antes da Revolução, / aos grupos comunistas e as entidades sindicais dominadas pelos comunistas-janguistas. Defendia em praça publiça os principios anarquicos então postos em pratica, solapando a democracia e o bem estar geral.

N8. PRO. CSS. 221. 2. p. 57

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

- Gozava da amizade pessoal de JOÃO GOULART, que o teria presenteado com terras ao longo da estrada BELÉM-BRASÍLIA. Associou-se ao líder comunista OTTO NETO na exploração da Escola de Pesca "Caboclo Bernardes", para onde levou dezenas de meninos pobres, a título de obra social. Usava tambem esse tipo de atividade filantrópica como plataforma política e aproveitava-se dessa situação para a difusão de ideologia marxista e inteligente exploração da miseria no reduto da pobreza em VITÓRIA-ES, ou seja na ILHA DO PRINCIPE.

- Tido no ESPIRITO SANTO e, principalmente em VITÓRIA, como demagogo filo-comunista. De fato suas atividades políticas sempre se nortearam pelas diretrizes do Partido Comunista.

1966 -

FEV - Em discurso na AL/ES, atacou violentamente os / militares do 3º BC e as autoridades federais, defendendo o ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.

MAR - Figurou, numa lista organizada pelo 3º BC, entre os elementos perniciosos a Revolução e cujas atividades não resistiriam a uma sindicância, por sumaria que fôsse, no que se relaciona com a falsidade ideologica, fraude, chantagem e corrupção ativa e passiva.

JUL - Teve o seu extrato de prontuário organizado com vistas as sanções do AI-2.

DEZ - Foi eleito Deputado Federal pelo MDB, com 23.385 votos, na eleição realizada em 15 Nov.

1967 -

AGO - Na sessão da Câmara Federal do dia 11 Ago 67, / propos a regulamentação do "jogo do bicho".

- Por ocasião do Seminário da UNE/ES, definiu os participantes como "pobres estudantes, nem subversivos, nem comunistas, nem adeptos de outra ideologia qualquer".

- No dia 24, ocupou a tribuna da Câmara, fazendo pronunciamento sobre o ex-Presidente GETÚLIO / VARGAS.

OUT - Em discurso na Câmara, declarou-se apologista / de CHE GUEVARA e contrario a Revolução: "CHE / GUEVARA, Senhor Presidente, é o retrato atual / do protesto latino-americano contra a espoliação e contra os desmandos do imperialismo, CHE

N8-PRO.CSS.221.2.p.58

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

GUEVARA é a figura que a lenda registrará neste capítulo de vida brasileira para mostrar àqueles que não querem acordar para a realidade de que os povos não suportam mais, não toleram mais, não aceitam mais as tristes condições a que se / estão reduzindo nações inteiras". "Não concordo com a Revolução, não a aceito, não a aplaudo, mas sou um cidadão brasileiro, e curvo-me diante da realidade brasileira".

NOV - Participou de encontros, com a bancada do MDB, em prol da FRENTE AMPLA.

1968 -FEV - Na Câmara, sessão do dia 16, criticou os novos / níveis de salário mínimo, considerando-os ridículos e insuficientes para fazer face ao custo de vida enfrentado pelos trabalhadores.

MAR - Pediu, na Câmara, providências do Govêrno Federal contra a apropriação, por estrangeiros, das ricas minas de urânio descobertas em AFONSO CLAUDIO, no ESPIRITO SANTO. Disse que enquanto o Govêrno declara que não existem no BRASIL jazidas exploráveis econômicamente, cientistas mineiros descobriram na Serra da Moeda uma jazida com teor de 10%, quando o urânio arrancado do minério das minas do CONGO, pelos norte-americanos, varia entre 1 e 2%.

- No dia 6, reuniu-se com outros parlamentares na residência da Dep LIGIA DOUTEL DE ANDRADE, em BRASÍLIA, para tratarem de assuntos referentes a FA e ao BPT. (Bloco Parlamentar Trabalhista)

AGO - Conforme publicado pela Tribuna de Imprensa, declarou:"não podemos continuar com uma casa de representação popular, a dizer"amem"a tudo o que o que o Govêrno deseja, a justificar os atos do mau Presidente. O Govêrno da República tem de ser fiscalizado e orientado pela Câmara dos Deputados"... "No caso da escravidão dos trabalhadores rurais, / nenhum ato válido pode ser notado, percebido ou visto nesta Casa do Congresso Nacional".

OUT - O CORREIO BRAZILIENSE publicou declarações de sua autoria, dizendo que dezenas de universitários espiritossantenses se encontravam entre os detidos em SP e pedindo "melhor tratamento para o problema que se agrava dia a dia, pois, no tapa, o Govêrno não ganha essa parada e é preciso tranquilizar as famílias brasileiras pois quando um filho se atrasa uma hora, meia-hora, fica-se sem saber se está no colégio, na cadeia, nas ruas, no mato ou no morro. E isto tem de ser debitado ao Govêrno, porque êle assumiu uma responsabilidade e fêz o juramento solene de dar tranquilidade a êste país, de permitir que êle se desenvolvesse e se engrandecesse e fôsse efetivamente uma nação para todos os brasileiros".

N8.Prd.Css.221.2,p.59

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Ficha Individual de MARIO GURGEL (Cont.)

NOV - Ao comentar, na Câmara, o pronunciamento do Embaixador JOHN TUTHIL, na Escola Superior de Guerra, declarou que "o Governo brasileiro tem o dever de mandar examinar esse discurso, estuda-lo, determinar aos setores / responsaveis da administração que respondam, imediatamente, as criticas e desfazer a impressao desagradavel de que dependemos de admoestações e advertencias de outros povos para a busca de soluções para nossos problemas".

N8-PRO-C55.221.2,p.60

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PRESIDÊNCIA DA REPÚELICA

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DADOS PARA ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

COMPLEMENTARES SÔBRE O CIDADÃO

MÁRIO GURGEL

N8 PRO CSS 221 2.0.61

ANEXO Nº 1

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

O Sr MÁRIO GURGEL:

(Comunicação - Sem revisão do orador) - Sr Presidente e Srs Deputados, venho lendo no "Correio da Manhã" uma série de reportagens em tôrno do problema dos escândalos que se estão cavalgando através de um Serviço de Proteção aos Índios, e pals quais se verifica que há muito que fazer, que há muito que atuar, por parte das altas autoridades públicas, neste País. O problema das terras dos índios é um problema que a Nação não tem olhado devidamente; e, hoje mesmo, aqui perto da L-2, uma via que conduz ao centro mais expressivo da Capital Federal, vi, desfilando por ali, uma legião de índios maltrapilhos, imundos, os tristes párias desta Nação, que se somam aos milhares de outros párias de tôdas as regiões brasileiras, inclusive da nossa triste unidade federativa, em função dos desmandos, em função da inabilidade e da falta de capacidade técnica do Govêrno, assunto, aliás, que já tem sido debatido com a veemência, com o patriotismo e com o esclarecimento de V. Excia, que nos honra como Presidente neste instante.

Estas reflexões sombrias, Sr Presidente, me chegam e me atordoam no instante em que estou catalogando para meu arquivo as notícias da imprensa internacional e da imprensa nacional em tôrno da - morte do guerrilheiro Che GUEVARA.

Eu estava em BUENOS AIRES, Sr Presidente, no Congresso de Ferrocarrilles, quando circulou pela quarta vez a notícia da morte - dêsse argentino. Eu gostaria que muitos tímidos e muitas pessoas que se omitem a um pronunciamento ou a uma simples apreciação sentissem, nas várias camadas da sociedade argentina, a manifestação de pesar, de consternação, ante o anúncio que o govêrno boliviano, pela quarta vez, fazia da morte de Che GUEVARA.

Che GUEVARA, Sr Presidente, é o retrato atual do protesto latino-americano contra a espoliação e contra os desmandos do imperialismo; Che GUEVARA é a figura que a lenda registrará neste capítulo da vida brasileira para mostrar àqueles que não querem acordar para a realidade de que os povos não suportam mais, não toleram mais, não aceitam mais as tristes condições a que se estão reduzindo nações inteiras.

Nós vimos lá no Uruguai um aspecto de profunda desolação, pela crise econômica em que mergulha aquêle grande país sul-americano. Nós sentimos, pela crônica internacional, através de manifestações dos seus nacionais nos Congressos, a profunda crise, a profunda depressão que aturde, que confunde as nações latino-americanas e em que elas mergulham. Por isso existem, Ches Guevares. E alguém me dizia, ainda ontem neste plenário, que a guerrilha é típica das nações em que os governos militares desejam dirigir, pelo arbítrio, pela prepotência e, sobretudo, pela falta de juridicidade e consentimento popular, as suas populações as suas nações. Che GUEVARA, agora anunciado como -

N8.PRO.CSS.221.2.p-62

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

morto, pode não ter sido efetivamente um grande homem da humanidade. Mas ainda há pouco estávamos lendo no "Correio Braziliense", o depoimento do Presidente boliviano HERNAN SILES ZUAZO, em que dizia, referindo-se à morte dêsse guerrilheiro, que estava morta agora "a figura mais imaculada da juventude revolucionária do mundo".

Essas reflexões, essas ponderações, essas lembranças, êsses exemplos, devem alertar do continente latino-americano e aquêles que supostamente o ajudam, aquêles que desejam o seu desenvolvimento, o seu progresso Che GUEVARA não será uma figura única de guerrilheiro latino-americano se não mudarem as condições de vida, se não se proporcionar ao povo latino-americano um justo desenvolvimento, uma justa participação na sua riqueza, uma justa marcha para o progresso teremos de ocupar o continente latino-americano com muitas legiões de boinas verdes para sufocar, com seu arbítrio e fôrça, o justo protesto da mocidade e daqueles que desejam efetivamente condições mais humanas de sobrevivência neste Continente.

Recordamo-nos dos velhos carnavais pernambucanos, quando, antes ainda da Revolução, eram tais as condições de vida, e ainda - permanecem naquela região, que o próprio irmão do Presidente KENNEDY se deslocou de WASHINGTON para dialogar com aquêles homens que estavam sendo atraídos para as legiões daquelas ligas camponesas fundadas por JULIÃO, dadas as condições miseráveis em que grande parte da população daquela região do Nordeste estava mergulhada.

Faço um apêlo, uma advertência e um pedido ao Sr Presidente da República no sentido de que abra condições de vida nesta Nação para a população, para seus nacionais, para seus patrícios, para aquêles que, diante da Constituição, são tão brasileiros, naturalmente dentro dos escalões de sua capacidade de seu trabalho, a um mínimo - de dignidade como criaturas humanas. Faço a S. Excia. um apêlo em nome dos filhos que tenho. Faço a S. Excia. um apêlo em nome da impotência que tem o poder civil de atuar numa nação como a nossa. Faço a S. Excia. um apêlo, como brasileiro, sobretudo pelo respeito que - me merece aquele que detém, neste instante, a Suprema Magistratura do País. Não concordo com a Revolução, não a aceito, não a aplaudo, mas sou um cidadão brasileiro, e curvo-me diante da realidade brasileira. Precisamos sobretudo evitar que neste País as condições cheguem a tal ponto, que outros Ches Guevaras e outros guerrilheiros ensanguentem o interior brasileiro, através das multidões desesperadas dêste País e tenhamos de confessar então que, sòmente pela repressão, sòmente pela fôrça, sòmente pela emboscada, teremos de usar o nosso Exército - o Exército que os nacionais contam para defesa de sua integridade e para defesa sobretudo da sua paz interior - para matar

N8. PRO. CSS. 221.2,0.63

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

para matar brasileiros, porque êsses brasileiros se levantarão num protesto comandados por nacionais ou por quem quer que seja.

É esta a minha manifestação de hoje, mergulhado nas mais profundas e sombrias meditações em tôrno do fenômeno da morte dêsse líder guerrilheiro, que, em síntese, neste instante, é um símbolo de protesto e de inconformação daqueles que não aceitam as tristes e extremas condições de penúria em que se encontram grandes parcelas do continente latino-americano. (Muito bem).

(Diário do Congresso nº 134, de 12 Out 67 - Seção I)

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 64

ANEXO Nº 3

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
AGÊNCIA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

TELEGRAMA

NUMERO DE EXPEDIÇÃO

Recebido: 3 ...
De
às 11 horas
por

EXP. C. GENERAL TELEG. VITORIA
27-5-63
D.C.T. BRASILIA

INDICAÇÕES DE SERVIÇO TAXADAS E ENDEREÇO

CONGTA ESTD CARTEIRA NR 20
PRESIDENTE JOAO GOULART PALACIO DO
PLANALTO BRASILIA DF

PREÂMBULO 10

G 234 DE VITORIA ES NR 525 4 36 27 920

O preâmbulo contém as seguintes indicações do serviço, espécie do telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER, COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

TEXTO E ASSINATURA

CONGRATULO ME COM O EMINENTE BRASILEIRO PELA AMPLIACAO DO SENTIMENTO REFORMISTA MANIFESTADA ATRAVES DA GRANDIOSA CONCENTRACAO DE 23 NA CINELANDIA GUANABARA PT SAUDACOES DEPUTADO MARIO GURGEL LEADER PTB

P. 7528

Acervo

CT DE 23 ==== CARTEIRA NR 20 ==========

MOD. ...

N8 PRO. CSS.221.2, p.65

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RIO DE JANEIRO

Resumo dos principais pronunciamentos do DEP FED - MDB/ES MÁRIO GURGEL. no Congresso Nacional.

DATA	RESUMO DOS DISCURSOS	DC Nº
05.10.68	Em seu discurso, disse: "os operários da Cia Vale do Rio Doce acabam de obter da Justiça, ou por intermedio de acordos, a aprovação e o cumprimento do dispositivo que lhes garante um salario de salubridade para o exercício de determinadas tarefas. A lei, muito sábia na sua função de preservar a segurança, a integridade física do assalariado, e não permitir que a empresa quase sempre preocupada apenas com o seu lucro, e, sobretudo com o bem estar dos seus diretores e dos funcionarios mais categorizados, a lei, a duras penas, atraves das greves, que a revolução aboliu, atraves dos entendimentos, que hoje são constituidos de uma concessão exagerada pela revolução dominante - porque a revolução dominante apesar de se dizer que foi feita contra a corrupção e a subversão, foi feita por um grupo de privilegiados no País, para garantir de seus privilegios, para garantia da excepcionalidade da sua posição e para uma especie de perenidade e ampliação de suas areas".	174-I
10.10.68	Em seu discurso, disse: "endereço meus cumprimentos calorosos ao Presidente do Sindicato dos Bancarios do ES, Dr Rubem Azevedo, pela sua firmeza, pela sua segurança, pelo seu sentido de liderança e, sobretudo, pelo fato, pouco comum no Brasil, de não se ter intimidado com ameaças, de não se ter deixado intimidar com os arreganhos daqueles que montados no Poder e ao lado do Poder, argüiram até a contribuição e a participação dos poderes armados que a Nação mantem para garantia da ordem, e não para sufocação dos direitos, argüiram-na como ameaça envolvendo o nome das FFAA e dos Serviços Secretos do Govêrno para sufocar o direito dos que trabalham efetivamente neste País, enquanto os malandros, os boas-vidas estão aí, afrontando com sua impunidade aqueles que efetivamente contribuem para manter de pé a Nação e a garantia do seu nome, da sua tradição e, sobretudo, do seu prestígio diante dos estrangeiros".	177-I

N8.PRO.CSS.221.2,p.66

2 - INFORMAÇÃO DE OUTROS ÓRGÃOS

2.1 - Como Deputado Estadual, é célebre pelos seus votos de congratulações à CHINA, RÚSSIA e FIDEL. (CIE-JUN 64).

2.2 - Comunista notório, associou-se a OTTO NETO, membro registrado do PCB, para exploração da Escola de Pesca Caboclo Bernardes. Fundaram uma célula comunista (CENIMAR - DEZ 65).

2.3 - Como relator da CPI da AL/ES que julga o ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, vem truncando os trabalhos e criticando os militares;(CENIMAR-DEZ65)

2.4 - Faz parte de um grupo de elementos que, desde a Revolução de 64, vêm minando as estruturas do arcabouço revolucionário, com reflexo negativo na opinião pública. (Cmt I Ex - FEV 66).

2.5 - Em pronunciamentos na tribuna da Câmara dos Deputados exaltou o 50º aniversário da Revolução Russa e fêz o necrológio de CHE GUEVARA.(CIE/ADF,OUT 67).

2.6 - Faz parte de um grupo de reconhecida ação subversiva no Estado do Espírito Santo, que mantinham ligações com a comunista IVONE AMORIM.(DPF-NOV 68).

NB. PRO CSS. 221. 2, p. 67

DOC
"D"

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 68

D - A N E X O S

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS

2 - INFORMES E INFORMAÇÕES

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 69

ANEXO 1

N8.ORD.CSS.221.2 vp. 70

1 - DISCURSOS PRONUNCIADOS NO CONGRESSO

1.1 - 25.04.67 - Defende a volta de JOÃO GOULART para o Brasil.

1.2 - 08.06.67 - Elogia o govêrno JOÃO GOULART e ataca o atual.

1.3 - 16.06.67 - Defende as agitações estudantis.

1.4 - 16.06.67 - Critica a política do Govêrno em relação ao ESPÍRITO SANTO.

1.5 - 21.06.67 - Protesta contra a prisão do agitador comunista DEMISTOCLIDES BATISTA.

1.6 - 22.06.67 - Critica a LBA.

1.7 - 15.08.67 - Ataca os Estados Unidos.

1.8 - 25.08.67 - Acusa o Govêrno de incapacidade administrativa.

1.9 - 01.09.67 - Explora a pobreza e critica a concessão de bolsas de estudo.

1.10 - 13.09.67 - Problemas de agricultura e pecuária no Espírito Santo.

1.11 - 15.09.67 - Defende a legalização do jôgo e elogia FIDEL e MAO TSE TUNG.

1.12 - 12.10.67 - Faz o necrológio elogioso de CHUE GUEVARA.

1.13 - 07.11.67 - Aplaude a Educação da Rússia Soviética.

1.14 - 09.11.67 - Faz veemente alocução de aplausos ao 50º aniversário da Revolução Russa.

1.15 - 10.11.67 - Fomenta a subversão do povo do Espírito Santo.

1.16 - 14.11.67 - Critica o Govêrno e o Exército.

1.17 - 29.11.67 - Critica o govêrno pela suspensão de vestibular em uma Escola Superior Capixaba.

1.18 - 18.01.68 - Explora a fome e a miséria em favor de luta de classes.

1.19 - 09.03.68 - Defende o ex-presidente JOÃO GOULART e pede sua volta.

1.20 - 15.07.68 - Ataques ao Govêrno e à guerra do Vietnam.

1.21 - 27.08.68 - Ataca o Govêrno pelo corte de verbas no ensino industrial.

Continua..

N8.PRO.CSS.221.2,p.71

1.22 - 29.08.68 - Ataca o Govêrno alegando pressão em Sindicatos.

1.23 - 12.09.68 - Explora a miséria e a fome ameaçando o Govêrno.

1.24 - 10.10.68 - Congratula-se com os bancários e critica a Revolução.

1.25 - 18.10.68 - Defende as agitações estudantis e protesta contra prisões de estudantes.

1.26 - 19.10.68 - Defende um padre que atacou a revolução e o 7 de setembro.

1.27 - 25.10.68 - Protesta contra a prisão da atriz VANJA ORICO.

1.28 - 26.10.68 - Ataca o Govêrno e a Revolução.

1.29 - 30.10.68 - Defende agitador comunista da PETROBRÁS.

1.30 - 31.10.68 - Protesta contra a política salarial do Govêrno.

1.31 - 01.11.68 - Explora a fome e a miséria dos trabalhadores da Cia Vale do Rio Doce.

1.32 - 05.11.68 - Explora o preconceito racial.

1.33 - 07.11.68 - Explora a discriminação racial que diz existir no Brasil.

1.34 - 09.11.68 - Ataca a Revolução.

1.35 - 12.11.68 - Ataca o Govêrno acêrca de declarações do Embaixador Americano.

1.36 - 13.11.68 - Explora a miséria e critica o luxo e gastos do Govêrno.

1.37 - 14.11.68 - Explora o problema da fome, que diz assolar o País.

ANEXO N.º 1.1.

N8.PRO.CSS.221.2.10.72

(orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelo que estamos vendo, pelo que a Nação está observando, temos um panorama nacional em que a Revolução, deflagrada entre março e abril de 1964, se encontra no seu período máximo de consolidação.

Esta Casa, pelos homens do MDB e da ARENA, da UDN, do PSP, do PSD e até alguns do PTB, tem dado ao governante atual as mais largas provas de sua admiração, e aberto, contínua e crescentemente, um crédito de confiança a S. Exª pelos rumos que vem imprimindo à República.

O Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, depois de entendimentos, através de emissários seus, com o poder central da República, retorna ao País sob um clima de profunda euforia, de absoluta aceitação tácita por parte da Revolução, e esta em conversações preliminares com o Sr. Carlos Lacerda e com as fôrças do PSD, da UDN, do PSP, para composição do que se chama aqui "frente ampla".

No entanto, os homens do PTB, que representam o operariado urbano, que tomaram a responsabilidade, nos momentos mais difíceis desta Nação, de conduzir a luta do trabalhador do campo, das classes mais inquietas, mais sofridas, mais humilhadas desta Nação, os homens do PTB, com a sua liderança no exílio, não sabem não têm meios, não dispõem sequer da opção de aplaudir a situação remanescente ou então lançar-se nos braços da Frente Ampla, que concentra fôrças não homogêneas, nem condizentes com os ideais petebistas.

Sr. Presidente, o Sr. Costa e Silva sente que tem nas mãos os instrumentos de garantia da sua revolução,

268

maior do qual fala parte, sabe perfeitamente que dispõe de um serviço de informações à altura de garantir a paz e a tranqüilidade da revolução. Possui uma boa equipe — e isto tem sido dito aqui — uma das melhores que se poderia encontrar num Govêrno. Dispõe das fôrças Armadas unidas em tôrno de seus chefes, conforme a declaração do Ministro do Exército, em recente proclamação, no dia de Tiradentes.

Sr. Presidente, trata-se de um grupo de brasileiros contra o qual não foi até hoje apurada nenhuma prova concreta de subversão que vedasse a entrega dêste País a fôrças estrangeiras — e os IPMs em todos os setores da vida pública brasileira chegaram à conclusão de que realmente corrupção administrativa tenha havido mais grave, no seu conjunto e nos anos a fora, do que essa da alta do dólar, que deu à Nação, segundo os técnicos do próprio Govêrno, prejuízo em sua dívida externa de fôrça de um trilhão ou mais de cruzeiros, sem qualquer convulsão, sem alarme, sem precipitação ou alvoroço nos meios oficiais. Não sabemos por que o Govêrno desta República não deseja, não possibilita, não permite que essas fôrças lideradas pelo Sr. João Goulart, que não são fôrças comunistas, como se pretendeu dizer, que não são fôrças subversivas, como se pretendeu insinuar à consciência nacional, retornem à convivência do País. O PTB precisa do seu líder, que está no exílio e para o qual não se abre nenhuma perspectiva de retôrno ou de boa vontade da parte dêste. Não sabemos por que essa democracia, defendida e elogiada por tantos, e que deveria ter um só aspecto, uma só faceta, não permite a manifestação de um grupo que deseja apenas participar dos instrumentos do bem comum, negando-lhe o direito de partilhar com a sua filosofia, com a sua quota de trabalho, com sua contribuição efetiva na vida dêste País. Que o trabalhismo não é comunismo a Câmara, o Tribunal de Justiça e o Govêrno o sabem. Que o trabalhismo não é subversão da ordem, é evidente. Basta que se passe os olhos na política mundial, onde o trabalhismo tem assento nas nações mais conservadoras, produzindo salutares transformações na vida econômica e social dos povos.

Sr. Presidente, não vamos apelar, como se costuma fazer nesta Casa; não vamos elogiar nenhum governante, o que se está transformando, nesta Casa, numa espécie de credo. Vamos apenas pedir ao Presidente da República que governe esta nação, já que foi dado um crédito de confiança, tanto pelas fôrças que o apoiaram, como, tàcitamente, pelas fôrças que aceitaram a revolução sem rebeldia, sem sublevação da ordem, sem protestos, sem ofensa pessoal a qualquer dos governantes e a seu grupo. E que se abra neste País um clima capaz de permitir a volta de João Goulart e dos líderes trabalhistas desta Nação para que êles possam participar do nosso desenvolvimento, aplicando sua filosofia, que é humanista, social e, aceita, bem aceita, nas nações mais conservadoras do mundo.

Sr. Presidente, não se pode entender uma democracia onde a uns é dado o direito de retornar, a outros a faculdade de se manifestar, a outros são entregues quase todos os mecanismos da administração pública, enquanto as classes trabalhadoras têm que se valer de concessões, da bondade, do espírito de caridade quase dos homens que mandam nesta Nação, dos homens que fazem as leis e a Justiça. Os que fizeram as leis, fizeram-nas num cenáculo onde não estavam os trabalhadores; os que praticam a Justiça, a praticam sem que o trabalhador participe dêsse

dos operários dos campos e das cidades que estivessem em condições de lutar pela grandeza desta Nação.

Sr. Presidente, sem liderança, sem líderes, sem comando não há progresso, não há efetiva democracia. Não há real participação do organismo democrático de cada povo.

Entretanto, Sr. Presidente, os que forem os perigos que existem, é preciso dizer ao Govêrno que não se pode arrastar uma coletividade de trabalhadores, de operários, de lavradores, de gente que constitui a base da Nação sem participação numa ou noutra medida, a não ser a força, a violência, pela não concessão de um direito ou outro, ou de uma ou outra liberdade democrática ao povo.

Assim sendo, Sr. Presidente, julgamos que o Govêrno age com a maior urgência, com a maior diligência para que as portas estejam abertas para a volta daqueles brasileiros que se encontram no exílio. Que mal haverá, que perigo haverá, que ameaça à segurança política e social advirá para o regime político democrático e social brasileiro através do julgamento dos atos praticados através das comissões especialmente estabelecidas pelo poder civil, e não pelo arbítrio, e muito menos pelos ditadores.

Quando morreu a mãe do Sr. Leonel Brizola, Dona Maria Teresa Goulart, êste veio até a fronteira do Rio Grande do Sul, pois não pôde ir mais longe para acompanhar os restos mortais de sua genitora. Ele mesmo — e não o Govêrno — publicou que o Govêrno deveria ao Exército seguisse o enterro, a fim de impedir que aquela dama brasileira acompanhasse os restos mortais de sua progenitora. Hoje, no Brasil, estrangeiro tentando de 70 milhões de brasileiros um período de completa destruição de certas parcelas do pensamento humano, é solicitado para julgar pelos seus crimes os supostos crimes a Nação está perplexa, está dividida, sem saber o que pensar, sem saber o que julgar, quando as telas brasileiras são expostas mundialmente bondosas, excessivamente sorridentes, e não se deseja cabuetar um homem que ligou seu nome aos mais negros períodos mais negros da História do julgamento dos povos que é sempre cego e humilhou.

Pois bem Sr. Presidente, pergunta-se que para os brasileiros há ausência, tanta comissão, tanto arbítrio de legalidade e de humanismo como para os estrangeiros que aqui chegam e que não se quer entregar à justiça estrangeira, com medo de sofrerem punições pelos seus crimes? (Muito bem.)

CONGRESSISTA: MÁRIO GURGEL
PROJETO Nº
Nº
DC de 25/4/67 CD-SE-CN Pg 1625
DO Nº / de / /
CÂMARA
SENADO

N8.PRO.CSS-221.2/1973

ANEXO N.º 1.2.1

...idades dos vários municípios, atualmente pela...ncorrência nacional muito...conquista nos...ltimos...volução de 31 de março, teve um...ecido do...ransformação das...ápidas que...nham grande parte dos...ensos, em...ba...caram, quase com a...total...dade dos seus homens, uma...mentação...ovo Brasil hoje por entre...ópida evolução com problemas...sérios, com problemas graves, que...parque que, e não haver uma...ração, uma...ogidão, nem Brasília...conseguirá...ecuperar sua...opulência.

O Espírito Santo, portanto, atravessa...ríodo modesto e ajustado...lativa apatia para as...autoridades...nais da...ação, principalmente para o Sr. Presidente da República, para o Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido de que...ntuem uma fórmula...ovas de salvar a economia...acional e...Estado, que foi sempre, através dos tempos e da história, uma das...unidades que mais...reservam divisas para os cofres...deste País, que mais...alimentaram o...ercado e a...mandioca do Brasil, e que hoje se vê a braços com uma crise sem precedentes na sua história, por ter seguido, obedecido de maneira absurda e até criminosa as instruções do Instituto Brasileiro do Café. Eis os resultados da erradicação do café exigida quase pelo Sr. Leonidas Bório, ex-Presidente do Instituto Brasileiro do Café e, sobretudo, de acôrdo com as recomendações do Presidente da República, Marechal Castello Branco.

Eis o triste relatório do Governador do Estado ao atual Presidente do IBC, Sr. Horácio Coimbra. Diz o Governador do meu Estado:

> "Infortunadamente, Sr. Presidente, nem mesmo concluída totalmente a primeira fase do programa de erradicação, a situação do meu Estado é descrita nestes dados formidàvelmente terríveis: 1 — Área liberada com a erradicação — 318.115 hectares; 2 — Estatística oficial do IBC para 14 de abril de 1967; 2 — Mão de obra liberada na lavoura, 120 mil pessoas; 3 — Número de pessoas que dependem de mão de obra liberada, 260 mil pessoal; 4 — Valor de investimentos tornados ociosos, Lavoura erradicada, habitações, terreiros, tulhas etc., 35 bilhões de cruzeiros velhos; 5 — Redução de safra — 1 milhão de sacos por ano; 6 — redução de renda, 25 bilhões de cruzeiros velhos por ano; 7 — Redução da receita do Estado, 5 bilhões de cruzeiros velhos por ano."

Sr. Presidente, o Espírito Santo tinha 90% da sua receita baseada no café. Vendíamos no mundo inteiro, mercados que davam preferência a nosso produto e o colocávamos com a maior facilidade.

Fomos sempre um Estado que pleiteou menos da União e que dela muito pouco recebeu, a não ser no Govêrno do Sr. João Goulart quando a Nação despertou para as possibilidades do Espírito Santo, e o Govêrno Federal nos deu todo o maciço apoio. Hoje, nos vemos um Estado mendigante. Estamos com três meses de salários dos funcionários públicos em atraso, com tôdas nossas obras paradas, com tôdas as iniciativas em estagnação. Estamos completamente marginalizados no quadro da Federação. Não somos Nordeste e não temos SUDENE. Não somos Minas e Gerais e não temos os altos conselhos à nossa disposição. Não somos Guanabara, não somos Estado do Rio. Não temos as prerrogativas de feliz dêste País. Somos apenas uma província pequena. Estamos apenas assistindo à passagem diária da imensa riqueza desta faixa, através do Pôrto de Tubarão, através do Pôrto de Minérios, estamos apenas construindo estradas para que por ali transite, a Rio-Bahia, na Vitória-Minas e mais adiante, Belo Horizonte-Rio, tôda a fortuna que passa pelo nosso Estado, sem deixar sequer o menor sinal de sua passagem.

O Presidente do IBC é o Sr. Presidente têm um compromisso com o Espírito Santo. Fomos levados a uma política suicida por determinação das autoridades federais e nós, humildes cidadãos cabe o dever de cobrar o resgate do meu Estado e encontrar solução para o problema que nos criou a União criou. (Muito bem. Palmas.)

CONGRESSISTA: MÁRIO GURGEL
PROJETO Nº
Nº
DC de 8/6/1971 CD-SF-CN Pg 3063
DO Nº / de / /
CÂMARA
SENADO

268

N8. PRD. CSS. 221. 2. p. 74

ANEXO N.º 1.3

CONFERENCIA: MARIO GURGEL

Suplemento Nº

DO de 16/6/67 X 7

DO Nº / de / /

O SR. MARIO GURGEL:

(*Comunicação. Sem revisão do orador*). — Sr. Presidente, o "Jornal do Brasil" de ontem noticiou que se encontram presos na Capital do Estado do Rio, Niterói, cinco estudantes capixabas. Tendo vindo à velha província fluminense, velha e testemunha de tantas e heróicas lutas pela Independência, pela República, pela Abolição dos Escravos, pela Aliança Liberal e até pela Revolução de 31 de março, juntaram-se aos seus colegas do Estado do Rio, na discussão e apreciação de problemas de interêsses da sua classe; foram presos e se mantêm ainda presos incomunicáveis nas velhas prisões da Capital fluminense.

Formulamos apêlo, Sr. Presidente, as autoridades da velha província, à ilustre bancada com assento nesta Casa, aos homens de todos os partidos para que, junto ao seu Governador, junto ao Secretário de Segurança do Estado do Rio, providenciem à liberação dêsses universitários.

Conheço as môças e os rapazes que estão presos. Posso assegurar a essas autoridades tão zelosas, de que não se trata de subversivos, nem de comunistas ou de outra ideologia qualquer — inclusive as autoridades públicas dêste País fazem discriminação de ideologias — não pertencem a nenhuma ideologia extremista, — nem da direita, que é permitido, nem da esquerda, que não é permitido. Êstes estudantes estão discutindo problemas de interêsse de sua classe, inerentes à sua atividade estudantil, ao exercício de sua função de preparar nesta Nação o clima indispensável a que se abram oportunidades para todos. A classe estudantil é a mesma. Se os homens do Govêrno não estudaram a História, se os militares que se encontram no Govêrno não se recordam dos lances heróicos da História dêste País, ou se mudaram no seu comportamento, na sua mentalidade é preciso dizer que felizmente a classe estudantil não mudou.

Essa classe estudantil, Sr. Presidente, que estêve nas praças, nas lutas pela independência, que estêve patrocinando e dirigindo a luta pela abolição da escravatura, que se apresentava com voluntários para tirar das senzalas e da escravidão os negros que iam para os quilombos, para os horizontes da liberdade — arriscando, êsses estudantes, a sua segurança pessoal, o nome de suas famílias, a sua tranqüilidade e a sua liberdade — foram êsses mesmos estudantes que estiveram, depois, na luta pela República, ao lado do Exército ou de certos contingentes do Exército, que estiveram em 1932, em São Paulo, na luta pela Constituição, — o que era também uma subversão — foram êsses mesmos estudantes que se ombrearam com os militares na Revolução de 1930, quando um civil, à testa de um movimento armado, estabeleceu novas normas de comportamento para o País.

Sr. Presidente, o Exército, as autoridades públicas dêste País, homens que também foram estudantes, foram universitários, deveriam respeitar um pouco mais a coragem, o desassombro e o desejo dos universitários de participar da formação do destino dêste País.

Uma das môças prêsas, Maria Eugênia Lúcia, que faz o curso de serviço social, no Espírito Santo, jovem de formação religiosa, pertencente a família exemplar, foi apenas ao Estado do Rio para tomar parte no Congresso Universitário. E as zelosas autoridades daquele Estado, que não vêem os milhares de mendigos que andam pelas ruas das cidades, que não vêem os milhares de miseráveis que desfilam naquela província e os absurdos problemas sociais que ali ocorrem, prendem môças e rapazes estudantes, pelo simples fato de discordarem de um convênio que o Govêrno brasileiro deseja fazer com uma entidade qualquer, e sôbre o qual pedem explicações e esclarecimentos.

Apêlo para as autoridades públicas dêste País, para o Sr. Presidente da República, para o Sr. Ministro da Educação e Cultura: se não desejam que os estudantes participem das lutas que lhes dizem respeito, que fechem as universidades, tranquem as escolas dêste País, proíbam que se estude e permitam que se volte a uma era negra de idade média, onde apenas aquêles que tenham ôlho na testa possam ser reis.

Lamento, Sr. Presidente, ter aqui de dizer isto, e envolver o nome de altas autoridades em incidentes que já se estão tornando rotineiros neste País. Mas é preciso não esquecer que a Constituição que temos hoje, que foi produto da luta desenvolvida em São Paulo, em 1932, tem uma legenda, aquela deixada pelos estudantes da Faculdade de Direito nas arcadas da Escola do Largo do São Francisco: Os estudantes não se esqueceram de que, "quando se sente bater no peito heróica pancada, deixa-se a fôlha dobrada, enquanto se vai morrer." (*Muito bem. Palmas*).

268

N8. PRO. CSS. 221. 2ip-75

ANEXO N.º 1. 4.

Mário Gurgel 3407

SR. MÁRIO GURGEL: 3407

Comunicação — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Senhores Deputados, a Câmara ouviu o discurso que o ilustre Deputado Floriano Rubim, do nosso Estado, fêz ainda há pouco, alertando as autoridades para a necessidade de darem um pouco de atenção aos problemas inquietantes e graves que estão alarmando a opinião pública nacional e sobretudo, ameaçando a estabilidade econômica e a sobrevivência do Espírito Santo. Com a política da erradicação do café, posta em prática pelo Instituto Brasileiro do Café, criou-se uma situação-calamidade dolorosa de cêrca de 120 mil trabalhadores. Estamos com uma população pela casa dos 1.360 mil pessoas, que dependiam do trabalho rural, sobretudo da cultura do café, inteiramente desaparelhada, entregue à sua própria sorte, com o Govêrno do Estado impossibilitado de dar-lhe qualquer socorro. O Espírito Santo está entrando no terceiro mês de atraso de pagamentos. Além da crise no setor rural, sobrevem a crise de natureza administrativa, como conseqüência de não poder o govêrno cumprir seus compromissos nem pagar seu funcionalismo. O próprio IBC, responsável por essa política ominosa, reconhece seu êrro, quando diz o Sr. Presidente Horácio Coimbra:

"que não foi o responsável por essa erradicação, mas que substituído o Sr. Bário, autor dêsse trabalho de marginalização do nosso Estado.

E do mesmo motivo, houve precipitação na erradicação, sem que se reconhecam as condições e as possibilidades das culturas substitutivas, tanto em têrmos de renda para o proprietário rural, como em função do emprêgo e da remuneração da mão-de-obra agrícola".

Diz ainda o Sr. Horácio Coimbra, de forma enfática:

"O caso do Espírito Santo, em particular, é a expressão do drama que precisamos enfrentar com a máxima urgência. O desaparecimento do café em quase todo o Estado produziu problemas econômicos e sociais que, com justa razão, alarmam o Govêrno."

O Sr. Horácio Coimbra concordou, adiantou:

Que até agora, no Espírito Santo, ainda não foi encontrada uma atividade econômica que fôsse capaz de substituir o café como fonte geradora de receita pública, de renda agrícola e de trabalho. Embora sem a mesma dimensão, a situação do Espírito Santo deve ser dividida nos demais Estados cafeeiros, e, no seu equacionamento devemos aplicar todo o esfôrço possível".

É o próprio órgão do Govêrno, Senhor Presidente, encarregado da política econômico-financeira na área do café, que reconhece o dano material, moral, econômico, financeiro, e, sobretudo, social, produzido no pequenino Estado do Espírito Santo pelas próprias autoridades governamentais.

O Espírito Santo não pode, com os seus milhares de pedintes nas ruas, com a sua imensa multidão de meninos mendigando pão pelas cidades, com a sua imensidão de funcionários sem crédito, sem dinheiro, sem possibilidades e sem esperanças, ficar à mercê da lentidão das providências que o Govêrno Federal deseja tomar.

O Espírito Santo está num verdadeiro estado de calamidade pública. As autoridades públicas se reunem, as altas autoridades e os altos conselhos continuam planejando; confessam que causaram prejuízos enormes ao Espírito Santo, e não tomam uma providência imediata, não mandam um socorro urgente, como se o Espírito Santo não fôsse Brasil, como se não pertencesse à Federação.

Enquanto os banquetes se sucedem, enquanto os créditos se abrem para estradas, que, embora não sejam sumárias, não são também de natureza tão urgente, deixa-se aquela parcela da população brasileira, um Estado que carrega tantas divisas, que exportou tanto, que ajudou tanto na construção da estabilidade econômica, certas horas da nação brasileira, entregue à marginalização, ao esquecimento e, sobretudo, quase à penúria.

Desejamos formular um apêlo ao Presidente Costa e Silva — não temos o direito, como homem do MDB de nos dirigir a S. Exª — responsável pelos destinos da Nação brasileira, para que não esqueça que tem compromissos solenes, assumidos nesta Casa, diante de tôda a Nação Brasileira, de ser o Presidente de todos os brasileiros, e que, neste instante, uma parcela desta Nação, uma parcela expressiva dêste País, se encontra à mercê de providências de S. Exª, de sua autoridade. Essas providências, porém, não se fazem sentir com a urgência, com a determinação que tem caracterizado as autoridades governamentais da Revolução, em outras oportunidades.

Somos um Estado pequenino, não temos, efetivamente, a expressão eleitoral, a expressão econômica de determinadas parcelas da Federação, mas somos Brasil.

Lastreamos a História desta Nação com heróis, com soldados, com atitudes sempre em favor da unificação dêste País, do seu progresso, do seu desenvolvimento, do seu crescimento e da sua garantia. Não podemos permanecer como entraves dêste País, à mercê da caridade das autoridades governamentais, à mercê das decisões lentas e, sobretudo, difíceis, no momento em que lutamos com os problemas mais ingentes do nosso Estado.

Esperamos, portanto, que S. Exª, a quem chegam diàriamente, pelas vias de informação que o Govêrno tem, os debates e os pronunciamentos feitos nesta Casa, tome conhecimento das solicitações que os representantes do Espírito Santo estão fazendo nesta Casa, para que o nosso Estado possa, num instante dramático de sua vida, num instante dramático de sua história, sentir que ainda é Brasil, sentir que as altas autoridades públicas dêste País ainda se preocupam com seu destino e com sua sobrevivência.

Formulamos, Sr. Presidente, também apêlo a todos os Deputados nesta Casa. Deputados de Estados ricos e com expressão eleitoral, que comparecem com sua bancada numerosa ao Palácio do Planalto e vêem milagres se realizarem. Temos nesta Casa 8 representantes do Espírito Santo e 3 no Senado. Não temos a expressão dos Estados grandes, que produzem os milagres, mas contamos com a solidariedade dêsses irmãos, no instante em que está em jôgo a própria sobrevivência de uma unidade da Federação. (*Muito bem. Palmas.*)

268

N8.PRO.CSS-221.2.p-76

ANEXO N.º 1.5

O SR. MARIO PIRGEL

Explicação Pessoal — Serviço do Governo — Senhor Presidente, desejo esclarecer, com pesar, a inclusão do nome do Deputado Demistoclides Batista entre os que pertenceram ao extinto Partido Trabalhista Brasileiro e que, em consequência da Revolução de 1964, se tinham homiziado no Uruguai.

Movido pela saudade e disposto, sobretudo, a prestar depoimento aos seus co-estaduanos e a enfrentar a lei inflexível da Revolução, na qual ele esperava, e espera ainda, tenho a certeza, encontrar um espírito absoluto de justiça e imparcialidade quanto à apreciação dos fatos. Demistoclides Batista, ex-Deputado Federal, regressa, espontâneamente do exílio à sua Pátria para submeter-se a julgamento, ou, pelo menos, constatar o que contra êle está sendo argüido.

Tendo sido envolvido, por fôrça das circunstâncias, em vários inquéritos policiais-militares, foram estes, com suas conclusões, encaminhados à Justiça, que vai apreciar o seu comportamento político e social, como cidadão, como autoridade, como Deputado.

O Senhor Batista, conhecido por Batistinha que atuava nas lideranças trabalhistas, ao regressar ao chegar ao Brasil, foi [illegible], segundo diz a imprensa, [illegible] a ponto [illegible]. Foi procurado pela família, pelos advogados e [illegible]-afinal [illegible] confuso, apesar [illegible] uma explicação oficiosa do Gabinete do Senhor Ministro da Guerra, de que êsse cidadão se encontrava preso no Batalhão de Polícia do Exército.

Senhor Presidente, estamos numa revolução. Chefia o Govêrno um Marechal do Exército que, reiteradamente, nesta Casa e em vários pronunciamentos públicos, declara ser desejo de reintegrar êste País no império da lei. Diante do Supremo Tribunal Federal, afirmou S. Ex.ª desejar prestigiar ao máximo a Justiça em nosso País. Esperamos [illegible] pronunciamentos do eminente Presidente da República não sejam vãos e que as autoridades do Exército, [illegible] sua fôrça de atuação, que já está extinta com o império absoluto da lei civil neste País, possa devolver êsse cidadão ao julgamento dos verdadeiros tribunais que têm de apreciar sua conduta, para que não se crie neste País um impedimento a que outros exilados retornem para enfrentar a face da Justiça e receber os castigos que possam merecer, mas também a absolvição a que tenham direito aqueles que, por simples capricho ou simples equívoco, foram envolvidos em questiúnculas de natureza ideológica.

E' o que esperamos de S. Ex.ª, o Senhor Ministro da Guerra: a devolução dos presos à área da Justiça civil, ao Supremo Tribunal Federal, que é o tribunal competente para apreciar os possíveis delitos, que o Senhor Batista haja cometido, uma vez que os inquéritos policiais-militares já [illegible] concluídos e [illegible] baixados à esta ou à Instância da Justiça brasileira.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

NB. PRO. CSS. 221.2, p. 77

ANEXO N.º 1.6.

MÁRIO BURGEL
22-6-67 Pag. 3019

NB.PRO.CSS.221.2.p.78

ANEXO N.º 7.

CONGRESSO NACIONAL
PROJETO DE
DO
DO Nº /69

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, estamos efetivamente no País dos paradoxos. Diz o "Correio da Manhã" do dia nove último:

"Volta Redonda bateu o recorde de vendas de produtos de aço para os mercados exteriores, em julho último, exportando 14.035 toneladas, no valor aproximado de um milhão e duzentos mil dólares. E está, no momento, embarcando 20.000 toneladas de ferro gusa para o Japão, primeiro carregamento de três partidas totalizando 50.000 toneladas que acaba de vender àquele país, numa transação de valor acima de dois milhões de dólares."

Ao mesmo tempo, diz o "Correio da Manhã" da mesma data:

"Apesar de ter suspendido a compra de 500 tratores nacionais, o Govêrno de Minas Gerais prossegue com as negociações para adquirir 300 veículos italianos de marca Fiat, devendo gastar na operação cêrca de 10 milhões de cruzeiros novos, estando a conclusão das negociações na dependência de um pronunciamento da CACEX".

E êste mesmo País, Sr. Presidente, que diz o seguinte registro nesse mesmo jornal:

"Ao procurar atender a uma exigência da Siderurgica italiana Finsider, que como garantia a sua participação no projeto de construção da Usina do Vale do Paraopeba exigia que a Usina possuisse uma boa jazida de minério, o govêrno de Minas Gerais foi surpreendido ao verificar que não possuia uma única tonelada de minério de ferro para garantir o investimento do grupo italiano.

O território mineiro, segundo órgãos oficiais do govêrno, abriga uma reserva superior a ..... 2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões) de toneladas de minério de ferro, que se encontra totalmente em mãos de particulares principalmente de grupos estrangeiros. O govêrno mineiro foi obrigado a rejeitar a proposta da FINSIDER, maior siderúrgica da Itália.

A proposta da FINSIDER para participar no investimento da AÇOMINAS, a usina que o govêrno de Minas pretende construir no Vale do Paraopeba, teve que ser rejeitada porque os técnicos da METAMIG — emprêsa estatal encarregada da politica mineral do Estado de Minas Gerais — concluiram que Minas Gerais não possui uma unica jazida para ser oferecida ao projeto da AÇOMINAS e a exigência dos italianos era categórica."

E êste mesmo País, Sr. Presidente, que admite que a Reuters, emprêsa noticiosa, diga o seguinte:

"O Senador Wayne Morse acusou ontem exércitos de cinco nações latino-americanas, inclusive o Brasil, de tentarem nutrir seu prestígio dos bolsos dos pagadores de impostos norte-americanos."

Diz o Senador:

"Nossa ânsia ao ceder armas a países que não possuem outro uso para elas senão propósitos de prestígio é aparentemente apenas igualada pela ansiedade dos exércitos dêsses países em nutrir seu prestígio dos bolsos dos contribuintes norte-americanos.

Não há nada produtivo em armas. Elas não são criadoras de riquezas."

Posso apenas dizer que êstes programas constituem uma fraude ao contribuinte norte-americano. Pelo menos sôbre poucos que ainda pensam que a ajuda econômica é para o propósito de melhoria econômica."

Sr. Presidente, enquanto Volta Redonda bate o recorde de exportação de ferro e de ferro gusa; enquanto Minas Gerais aplica [illegible] comprando tratores na Fiat, da Itália, chegamos à conclusão de que, não obstante a imensa riqueza que avistamos, na passagem do ônibus ou do trem, e que os norte-americanos estão fazendo o favor de fotografar para nós, nada temos. É tudo nas mãos das emprêsas estrangeiras. O Estado de Minas Gerais, berço dessa riqueza, império dêsse poder, não pode sequer admitir um contrato com uma indústria que aí se deseja instalar, porque não tem do que se valer para explorar a riqueza que está em seu solo, entregue aos particulares. Ao mesmo tempo, um Senador norte americano, democrata, lamenta que o Brasil deva ao seu País 1 bilhão e 600 milhões de dólares, e já tenha recebido 33 milhões de dólares, em crédito — por enquanto, apenas — por compra de armas americanas, nos últimos dois anos.

Este, Sr. Presidente, o retrato da vida brasileira, nestes dias. Esperamos que o brio, o orgulho e o amor à pátria, dos brasileiros que dirigem êste País, e que tanto temem as influências estranhas, as conferências e as manifestações estranhas, façam com que pensem um pouco mais no Brasil e impeçam que noticiários desalentadores como êstes encham as páginas dos nossos jornais. (*Muito bem*)

NB PRO. CSS 221.2 P. 79

CONGRESSISTA: Mário Guabel
PROJETO Nº CÂMARA
Nº SENADO
DC de 25/8/67 / CD-SF-CN Pg 4797
DO Nº / de / /

ANEXO N.º 1.8.

O SR. MÁRIO GUABEL: 268

(*Comunicação. Sem revisão do orador*) — Senhor Presidente, somos, efetivamente, o grande País das contradições. E quando falamos "das contradições", não nos referimos senão ao comportamento que o Poder Público, neste País, estabelece para o funcionamento da República.

Vemos o Senado e a Câmara, as altas repartições federais com fartura, com excesso de luxo, com essa abusiva afronta de conforto para alguns de seus membros.

No entanto, Vila Velha, município que deve ter mais de 100 mil habitantes hoje, construiu, por intermédio da Legião Brasileira de Assistência, um hospital-maternidade, que está há três ou quatro anos pronto para funcionar, mas não dispõe ainda dos recursos mínimos para servir a sua finalidade.

Vila Velha é um grande município. No entanto, vemos, ali, o assustador número de óbitos de mulheres que dão à luz; vemos a falta absoluta de ambulâncias para conduzir, pelo menos, essas mulheres na hora mais sagrada de sua vida, no instante mais discutível de sua existência, para que possam oferecer à Nação mais um filho para enriquecer, talvez, as estatísticas dêste País nesse coeficiente espantoso de mortalidade infantil, de menores que morrem antes de completar um ou dois anos. Por outro lado, vemos Senadores andarem de Aero Willys, com secretárias, verbas à vontade, gasolina à vontade, altas autoridades desafiando o poder desta nação através de esbanjamento excessivo, de seu luxo abusivo, isto num país miserável, pobre. E o Govêrno não se lembra de que é necessário dar condições mínimas de vida ao povo brasileiro; o Govêrno gasta verbas imensas para repressão aos movimentos do protesto contra os abusos e os paradoxos que desvirtuam as suas finalidades. E não há um planejamento, um estudo, uma organização pelo menos, para aproveitar o dinheiro do povo, gasto com obras que não são portas a funcionar a serviço do mesmo povo, pela incúria, pela inépcia e pela falta de capacidade administrativa.

Faremos um apêlo ao Senhor Ministro da Saúde no Senado de que inclua, no Orçamento, pelos meios legalmente permissíveis, uma dotação, uma verba que permita ao Hospital-Maternidade de Vila Velha, lá no Espírito Santo, ser entregue à atividade para a qual foi destinado. Mulheres operárias, mulheres funcionárias, pobres mulheres que a desdita de ter nascido nesta nação coloca na situação de párias, dão à luz nas portas dos hospitais, na rua e não recebem desta nação cristã sequer a consideração para o momento mais grave de sua existência. Mulheres que dão filhos a êste País, que dão o seu trabalho, o seu sacrifício a esta Nação, Sr. Presidente, e que, acima de tudo se conservam fiéis à Pátria.

E' preciso mais consideração do Poder Público para com os brasileiros e menos ostentação, que esta é um insulto à dor e desgraça de tantas famílias humilhadas e angustiadas pela miséria. (*Muito bem.*)

N8. PRD. CSS. 221.2, p 80

CONGRESSISTA: Mario Gurgel
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
DC do 1º / 9 / 671 CD-SF-CN Pg. 774
DO Nº / de / /

ANEXO N.º 1.9.

Bolsas de estudos

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Para uma comunicação — Sem revisão do orador*) Sr. Presidente, V. Exª, na qualidade de Presidente do Congresso Nacional poderia transmitir ao Sr. Presidente da República o pedido que S. Exª instasse junto ao Sr. Ministro da Educação para a solução do problema das bôlsas de estudos.

Milhares de estudantes pobres neste país estão dependendo das gestões do Dr. Paulo de Tarso, Ministro da Educação, que não decide o problema das bôlsas de estudos, obrigando centenas e milhares de alunos pobres a abandonarem a escola.

O que se está estabelecendo neste país me parece uma conspiração contra a mocidade pobre. O moço pobre, que requer bôlsa de estudo, que se submete às exigências do Govêrno Federal no sentido de obter a possibilidade, o direito de estudar num país que carece de inteligência, de cultura, de moços nas escolas para garantir a sua perpetuidade, para garantir o seu futuro, para assegurar patrimônio cultural que temos em nosso país, vê-se obrigado a abandonar a escola: desiste porque a Nação, que faz recepções, a Nação, que paz paradas, a Nação, que envia delegações caricaturais ao estrangeiro lhe diz que falta dinheiro, que faltam verbas para atender àquele limite que ela mesma estabelece para a concessão de bôlsas de estudo à mocidade estudantil.

Constitui isto, repito, uma conspiração contra a própria Nação, e o Congresso Nacional está no direito, pela pessoa do seu ilustre Presidente, de transmitir ao Sr. Presidente da República, Sr. Costa e Silva, a nossa apreensão, a nossa crítica e, sobretudo, a nossa estranheza, porque em assunto tão delicado o que diz tão de perto aos interêsses da segurança nacional e da continuidade histórica de nossa Pátria, não se pode brincar, muito menos transigir. (*Muito bem!*)

NB. PRO. CSS. 221. 2. p. 81

ANEXO N.º N. 10

CONGRESSISTA: Mário Gurgel
PROJETO Nº
Nº
CÂMARA
SENADO
DC de 13/9/62 CD-SF-CN Pg 5349
DO Nº 1 de 1/1/1

Problemas da Produção da Agricultura e Pecuária no Espírito Santo

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, no começo dêste mês compôs a televisão do meu Estado o ilustre Deputado João Calmon. S. Exª trouxe, do Norte do Espírito Santo, alguns fazendeiros e o próprio Prefeito da localidade de São Mateus, Sr. Wilson Gomes, que por sinal está realizando excelente administração.

O Deputado João Calmon analisou vários aspectos da vida econômica do Estado, ilustrando seu trabalho com os resultados da visita que realizou ao Norte do Espírito Santo na presença dos fazendeiros. S. Exª estarreceu a opinião pública da Capital e do interior com a descrição de um fato que atesta a nossa incapacidade de compreender, analisar e solucionar problemas da atualidade brasileira. No interior do Espírito Santo, ou seja, no Norte do Estado, os fazendeiros, na impossibilidade de colocarem o produto obtido nas suas fazendas — leite — estão dando milhares e milhares de litros de leite aos porcos. No entanto, a mortalidade infantil na Capital e no interior é assombrosa diante do quadro que contemplamos em outras nações e em outras capitais.

O Deputado João Calmon formulou apêlo à consciência do Govêrno Federal, no interêsse do Govêrno, da administração pública, no sentido de transformar essa riqueza, essa fartura que está sendo distribuída aos porcos por falta de meios, de aparelhamento. A indústria láctea, a indústria do leite está num regime de retranca: não adquirem o produto. E aquêles fazendeiros que tinham com-

prado gado de
justamente para
tria leiteira, pedindo
os com vista pro
portância. O Est
porco e o insatu
lé, na sua sede
cá-los. A imprensa
carreasse toda a
nazita o ser. Lim
como hasta lá
dos Unidos,
tado à beira do
fazer e se ter
atender a 40 mil
balhavera no café
que se ocupar, e
cias, as prisões
noturnos, as polícias
ce, os bancos
os lares onde
e homens saídos,
anças passam pe
comida da fazen
guns espírito
Sr. presidente,
tece, o Departamento
Criança, respondeu
pelação minha af
ma de moralidade
ces assombrosos
mos, poderia ser,
do e em
resolvido
nolítica do
bélicas de
País, para o com
nutrição e infantil
cio de um
alimentar.
Paz — se
base de
que
Entanto
to empanada
ra de leite
leite tratado,
morreu, mas
na Capital
todo o Estado —
que são aquelas
ções aéreas
manutenção
bretudo, Sr.
vação da
compreensão
palmeira,

Fazendo
Silva, fazendo
Polanha Costa
sidência da
sulência, fazendo
assistência
nagens, nos
luzes
do Norte,
não morrem
País
mente
consciência
se encontra
blema
Brasil,
se busca

Prado Gado de
justamente para
tria leiteira, pedindo
os com vista pro
portância. O Est
porco e o insatu
lé, na sua sede
cá-los. A imprensa
carreasse toda a
nazita o ser. Lim
como hasta lá
dos Unidos,
tado à beira do
fazer e se ter
atender a 40 mil
balhavera no café
que se ocupar, e
cias, as prisões
noturnos, as polícias
ce, os bancos
os lares onde
e homens saídos,
anças passam pe
comida da fazen
guns espírito
Sr. presidente,
tece, o Departamento
Criança, respondeu
pelação minha af
ma de moralidade
ces assombrosos
mos, poderia ser,
do e em
resolvido
nolítica do
bélicas de
País, para o com
nutrição e infantil
cio de um
alimentar.
Paz — se
base de
que
Entanto
to empanada
ra de leite
leite tratado,
morreu, mas
na Capital
todo o Estado —
que são aquelas
ções aéreas
manutenção
bretudo, Sr.
vação da
compreensão
palmeira,

Fazendo
Silva, fazendo
Polanha Costa
sidência da
sulência, fazendo
assistência
nagens, nos
luzes
do Norte,
não morrem
País
mente
consciência
se encontra
blema
Brasil,
se busca

N8.PRD.CSS.221.2ip.82

ANEXO Nº 1.11.

CONGRESSISTA: Mário Piva
PROJETO Nº
Nº
DC de 15/9/62 CD-2F-GM Pg 5449
DO Nº 1 de 1 1
CÂMARA
SENADO

O SR. MÁRIO GURGEL

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, desejo enviar, da tribuna da Câmara, ao Dr. Rinaldo Delamare, Diretor-Geral do Departamento Nacional da Criança a pessoa eminente na Legião Brasileira de Assistência minhas congratulações.

O Sr. *Raul Brasil* — Um dos maiores patriotas do Brasil.

O SR. MÁRIO GURGEL — A loteria popular que o Dr. Rinaldo Delamare propôs à Câmara, através do exame da douta Comissão de Saúde, não constitui, evidentemente, ameaça alguma ao equilíbrio moral da Nação. O que representa ameaça permanente a este Congresso, à tranqüilidade dos Deputados, à segurança das famílias brasileiras é o espetáculo diário da miséria, da fome, do abandono e do desamparo em que estão regredindo milhões de brasileiros, sem que dignem invocar princípios morais para fazer sacrifícios em favor das populações desassistidas.

Buscar uma solução lógica e prática é dever das autoridades públicas.

Na Áustria, na Índia, na Escandinávia, países que moralmente estão acima de todos, através dos séculos e da História, a loteria popular constitui prática tranqüila, honesta e inocente.

Bate-se *pari-passu* neste País a todos interessa. Srs. Presidente, Homens sisudos, graves e compenetrados para anunciarem não que as de *pari-passu* joga-se roleta neste País e joga-se toda; frequentam-se todos os domingos o Jockey Club, transformando-o numa festa de elegância e mundanismo a que só vão reis, presidentes, comunidades ilustres e as elites mais bem aninhadas deste País. Aposta-se o dia inteiro; fortunas se fazem e desfazem nas corridas do Jockey Club. A Loteria Federal está em pleno funcionamento. As rodas o "bicho", o "Mate-se" toda forma de jogo se faz nesta Nação. A moral do País está, no entanto, salva. Na hora em que se propõe uma medida legal, imediatamente pais em nome de princípios morais enfrentam problemas que têm desafiado a sociedade, a inteligência e a tradição do Brasil neste instante, começa-se a invocar princípios morais, princípios de natureza legal, para deter uma providência ou, pelo menos, uma atitude para solução desse problema.

Sr. Presidente se os Deputados ou as autoridades que invocam êsses princípios morais para impedir uma iniciativa que o Govêrno precisa ter a coragem de apresentar à Câmara, entendendo a opinião pública do País desassem um pouco de lado o hipocrisia e a fantasia o Govêrno teria melhores condições de fazer face aos problemas dêste País. Este Govêrno, que tem tomado atitudes drásticas, contra a moral e contra a lei, contra todos os princípios legais e jurídicos, com o silêncio absoluto desta Nação, no instante em que se dispõe a adotar uma medida prática e lógica, se depara com invocações de princípios morais para impedir essa iniciativa.

Recebe o Dr. Rinaldo De Lamare, preside a Legião Brasileira de Assistência entre muitos aplausos, pelo menos pela coragem que demonstra ao abordar êste assunto que tem sido silenciado por conveniência de alguns.

Quando o Sr. Francisco Juliã disse através de carta, a D. Vicente Scherer que a Rússia era o País das crianças; quando o Sr. Dorticós disse, em Punta del Este, ao Ministro americano que em Cuba não havia analfabetos; quando Mao-Tsé Tung baniu na China, um País moderno, com seus setecentos milhões de habitantes, uma revolução cultural, todo mundo procurou esconder que sòmente esta seria

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 83

ANEXO Nº 1.12

CONGRESSISTA: Mario Gurgel
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
DC de 12/10/67 CD-~~2F~~-~~CN~~ Pg 6538
DO Nº / de / /

1) Críticas aos desmandos do SPI relatados pela imprensa;

2) Necrológio ao "Che" Guevara

O SR. MARIO GURGEL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho lendo no "Correio da Manhã" uma série de reportagens em torno do problema dos escândalos que se estão catalogando através de um Serviço de Proteção aos Índios, e pelas quais se verifica que há muito que fazer, que há muito que atuar, por parte das altas autoridades públicas, neste País. O problema das terras dos índios é um problema que a Nação não tem olhado devidamente; e, hoje mesmo, a um perto da L-2, uma via que conduz ao centro mais expressivo da Capital Federal, vi, desfilando por ali, uma legião de índios maltrapilhos, imundos, os tristes párias desta Nação,

NB. PRO. CSS. 221. 2, p. 84

sendo atraídos para as legiões daquelas ligas camponesas fundadas por Julião, dadas às condições miseráveis em que grande parte da população daquela região do Nordeste estava mergulhada.

Faço um apêlo, uma advertência e um pedido ao Sr. Presidente da República no sentido de que abra condições de vida neste Nação para a população, para seus nacionais, para seus patrícios, para aquêles que, diante da Constituição, são tão brasileiros quanto S. Exa. e têm o direito, naturalmente dentro dos escalões de sua capacidade e de seu trabalho, a um mínimo de dignidade como criaturas humanas. Faço a S. Exa. um apêlo em nome dos filhos que tenho. Faço a S. Exa. um apêlo em nome da impotência que tem o poder civil de atuar numa nação como a nossa. Faço a S. Exa. um apêlo, como brasileiro, sobretudo pelo respeito que me merece aquêle que detém, neste instante, a Suprema Magistratura do País. Não concordo com a Revolução, não a aceito, não a aplaudo, mas sou um cidadão brasileiro e curvo-me diante da realidade brasileira. Precisamos sobretudo evitar que neste País as condições cheguem a tal ponto, que outros Che Guevaras e outros guerrilheiros ensanguentem o interior brasileiro, através das multidões desesperadas deste País e tenhamos de confessar então que, sòmente pela repressão, sòmente pela fôrça, somente pela embescada, teremos de usar o nosso Exército — o Exército que os nacionais cantêm para defesa de sua integridade e para defesa sobretudo da sua paz interior — e para matar brasileiros, porque êsses brasileiros se levantarão num protesto, comandados por nacionais ou por quem quer que seja.

E' esta a minha manifestação de hoje, mergulhado nas mais profundas e sombrias meditações em torno do fenômeno da morte dêsse líder guerrilheiro, que, em síntese, neste instante, é um símbolo de protesto e de inconformação daqueles que não aceitam as tristes e extremas condições de penúria em que se encontram grandes parcelas do continente latino-americano. (*Muito bem.*)

N8 PROCESS 221.2.P.85

ANEXO N.º 1.13

DEPUTADO MARIO GURGEL
PROJETO Nº CÂMARA
SENADO
DO 07/12/61 Nº 7296
DE / /

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, agora que nos fazemos convênios para a aquisição de material de educação com a Rússia Soviética e agora que nos samba-canções já apanhamos dela dinheiro emprestado, dinheiro comunista, poderíamos, em têrmo de problemas sociais, políticos e econômicos, valer essa Potência, expressão, proibida durante muitos anos, antes que as normas necessidades nos encaminhassem para entendimentos naquela área.

Francisco Julião um dia, em carta escrita a D. Vicente Scherer, Bispo ou Arcebispo de Pôrto Alegre, dizia que, tendo-se encontrado com João Goulart, êste lhe chamara a atenção para o problema da infância na Rússia Soviética, e lhe havia dito que ali era o paraíso das crianças. Não é à-toa que a Rússia Soviética ferma um médio 120 mil engenheiros por ano.

Nós apreciamos também, Sr. Presidente, logo após a derrota do Japão, o esfôrço que êste fêz para educar a sua geração mais jovem para vencer para sempre do seu território, das suas ilhas, o fantasma sempre ameaçador do analfabetismo. E vimos depois Cuba ameaçada de invasão, ameaçada pelas sanções, repudiada por todo o continente americano, desenvolvendo uma ação de alfabetização em massa de tôda a sua população, com centenas e milhares de professôres recrutados em tôdas as classes sociais para, nos campos, nos canaviais, nas roças, nas cidades, nos mocambos, em todos os recantos da ilha predileta a um trabalho a um levantamento sistemático e à alfabetização geral da sua população.

Em nosso País Sr. Presidente, onde existem tantos técnicos, onde se fazem tantos congressos, onde se realizam tantas convenções, onde se consome nisso uma expressiva parte do dinheiro público, arrancado das mãos sacrificadas de uma população quase faminta, não se passa dos planos e dos projetos. Cada Ministro tem o seu programa; cada Ministro tem seus livros a adotar; cada Ministro admite uma série de novos compêndios. Enquanto isso, a mocidade brasileira continua analfabeta, o analfabetismo aumenta em proporções alarmantes, crescendo a despeito do proclamado reconhecimento de que a educação, como disse Miguel Couto, é a base fundamental do progresso de uma nação.

Aconselhamos o Sr. Ministro e os técnicos do ensino primário a lerem um trabalho modesto, a compulsarem uma moção que ficou sem significação para o brilho e para as atividades do Ministério. Trata-se do "Ensino Primário Dirigido para o Trabalho — Estabelecimento de 5as. e 6as. Séries — Educando para a Vida" — apresentado na III Conferência Nacional de Educação, em Salvador, Bahia, de autoria de Judith Danies Pimentel, professôra do Colégio Estadual do Paraná ex-professôra das Universidades do Brasília e de Goiás, Nicolau Balas Barros, Professor do Colégio Estadual do Paraná, ex-Professor da Universidade de Goiás e Ceyton Cunha, Professor da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Católica do Paraná. Trata-se de uma contribuição da Confederação dos Professôres Primários do Brasil.

O trabalho me foi remetido pela Associação dos Professôres Primários do meu Estado, cuja Presidente, Professôra Lacy Lamêgo Passos, fêz questão fôsse êle registrado nos Anais da Câmara, pelo menos para efeito de conhecimento público, porque, quando se pretende fazer alguma coisa pelos cursos primários neste País, naturalmente vão ser importados os técnicos mais caros e mais renomados das nações educadas e civilizadas, ignorando-se as peculiaridades exatas da Nação brasileira e do momento sócio-econômico que vivemos. Somos o País da imitação, continuamos a ser aquilo que se disse em carta recente da América do Sul, e continuamos a não cuidar dos problemas brasileiros.

Entre outras coisas, recomenda o trabalho os seguintes tópicos para debate:

"I — 4 anos de Curso Primário apenas conferem alguns conhecimentos gerais, insuficientes para as exigências da vida.

II — É reduzida a percentagem de estudantes que atingem os estudos secundários (20%).

III — É dever do Poder Público preparar o cidadão para a vida, conseqüentemente, é dever do Poder Público ampliar a duração do aprendizado primário, no país de mais dois anos)."

É o que se faz na Rússia, nos Estados Unidos, na Áustria, na Alemanha, na França, na Inglaterra. Como na Prússia, na Suécia e como a Dinamarca o procede e como o Afeganistão, como, por exemplo, determinadas áreas da África, que se estão liberlando agora. Pretendemos ficar assim, pois é necessário que o povo brasileiro não tenha luzes para compreender a realidade e conseguir o seu próprio progresso. Continuo a leitura:

"IV — É dever do Poder Público efetivar a determinação da obrigatoriedade da freqüência escolar, no Curso Primário, dos 7 aos 12 anos de idade.

V — É dever do Poder Público exigir a apresentação de diploma de Curso Primário a todos os candidatos a emprêgo público.

VI — É dever do Poder Público exigir dos pais, quando estes devem qualquer ato público, documentos comprobatórios da ma-

UNB. PRO. CSS. 221. 2, p. 86

tricula dos filhos em idade escolar.

VII — É necessário uma reformulação de currículo no ensino elementar, introduzindo nêle mais práticas educativas.

VIII — Todos os estabelecimentos de ensino primário devem dirigir sua atenção para o problema inadiável de preparar o aluno para a vida."

Sr. Presidente, temos a impressão de que a revolução que deve salvar esta Nação ainda não foi que passou. Esta revolução pode ser muito bem intencionada, pode ter argumentos muito válidos, mas ela se perdeu a si mesma, não tem orientação, não tem programa e não sabe o que fazer daquilo que cobrou em energia e liberdade ao povo brasileiro. A revolução tinha tudo para reorganizar a vida nacional e para estabelecer normas definitivas para o progresso brasileiro. Não o fêz.

Acorde, portanto, o Sr. Presidente da República, acordem os membros do seu Gabinete para a realidade brasileira. Uma nação de analfabetos não honra a história ou a tradição, nem se prepara para enfrentar as duras realidades do futuro. O Congresso participa dessa responsabilidade, o Congresso participa das culpas que fizeram desta Nação o que ela é hoje, mas tem o dever, o direito e possibilidades de construir uma nova mentalidade para êste País.

V. Exa., Sr. Presidente, filho das Alterosas, nome que representa tradição e glória na História brasileira, neste instante transmita ao Sr. Ministro da Educação a expectativa que reina em tôda a Nação pelo que se possa fazer do destino da mocidade, com tão precárias condições de ensino, como são as da instrução primária em nosso País. (*Muito bem. Palmas.*)

NB. PRO. CSS. 221.2, p. 87

ANEXO N.º 1.14

O SR MÁRIO GUGEL:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, o mundo ocidental, entre no seu calendário [illegible] comemorações, o aniversário da Revolução Soviética.

Há exigências que, uma vez reconhecidas pela consciência da humanidade e as vezes [illegible] tradicionais, se incorporam [illegible] da sociedade, [illegible] e de uma advertência.

Durante esses cinqüenta anos, a humanidade se tem visto, perplexa, aturdida, observando e estudando as conseqüências, os efeitos da grande experiência social que se operou na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

E, no último conflito, apesar das dificuldades e das barreiras que se levantaram entre dois sistema em choque, a Humanidade sentiu a contribuição da União das Repúblicas Soviéticas na luta contra um inimigo terrível da liberdade, que era o fascismo.

E as forças daquelas que se uniram e passaram a chamar-se Nações Unidas, com a bandeira da União Soviética tremulando no mastro ao lado das demais, conquistaram uma nova etapa na luta contra o imperialismo, contra a prepotência, contra a fôrça e sobretudo contra os inimigos ocultos da humanidade.

Sr. Presidente, a comemoração não é ideológica. Não desejamos aqui fazer a apologia do regime soviético, mas dar o reconhecimento ao registro desta Casa do Congresso, que é Casa do povo brasileiro. Embora vivendo a Nação sob os efeitos de restrições constitucionais, de interpretações personalistas e sombrias do que seja a lei, a liberdade e o direito e, apesar das ameaças, das intimidações e muitas vezes das recomendações, não poderíamos deixar de fazer no livro da história da Câmara o registro das datas memoráveis das datas, que necessitam ser registradas, porque o povo brasileiro participa na luta, dos anseios e da caminhada da Humanidade em busca de futuro melhor.

Diz o "Correio da Manhã", jornal que não milita absolutamente ou tendência de esquerda, jornal independente, órgão que orgulha a imprensa brasileira, no término de seu editorial do dia 7 de novembro:

> "Apesar de tudo, a revolução russa teve e tem uma importância de primeira grandeza neste século e certamente ainda no futuro. Sem ela a revolução anti-colonial não teria o mesmo impulso, os trabalhadores não teriam a fôrça e por muito tempo a miséria que irradiou de Moscou e os alimentou nas suas lutas e os empresários ocidentais não teriam sentido tão bem a necessidade de transformar métodos e concepções na maneira de buscar a justiça social. O Ocidente deve muito à revolução russa ao ter compreendido as suas causas, ao não ter admitido os seus métodos, sabendo por êsse exemplo como avançar no domínio social, sem eliminar a liberdade e desperdiçando tragédias."

Sinto-me à vontade, como Deputado, como criatura humana e, sobretudo, como cidadão, em transmitir ao povo soviético a nossa saudação pela data magna que comemora. Se a comemoração é justa ou não, certa ou não, o problema é do povo soviético. Mas foi um povo que conosco arriscou sua vida, sofreu e pagou altos ônus na defesa da liberdade do mundo e seus soldados se ombrearam com os nossos, nas mesmas trincheiras, pagando o mesmo tributo de sangue, sofrendo as mesmas consequências das oscilações e fraquezas do mundo ocidental que permitiram a Hitler, num determinado momento da História, cobrasse da mocidade de todo Universo aquela alta contribuição de sangue e de vida, que tanto calcinou cidades, que tanto enlutou nações e que tanto engrandeceu a Humanidade.

Perder sentar um povo irmão mundo era que festeje sua data magna, sem indagação de que seja justo ou não para a humanidade no momento que é pelo menos de alta cultura do povo [illegible], pela conhecimento daquilo que [illegible] como seria sua liberdade [illegible] bens.

OLIVEIRA GUGEL MÁRIO GUGEL
PRONTIDÃO
CÂMARA
SENADO
DE [illegible] 1957422
DO N. [illegible]

N8-PRO-CSS-221-2,p-88

ANEXO N.º 1.15.

CONGRESSISTA MÁRIO GURGEL
PROJETO Nº
CÂMARA
SENADO
DO de 10/12/67 Pg 7461
DO Nº de

seus primeiros ensaios em matéria de café — no sentido de que comparecêssemos à Comissão de Economia para conhecer junto ao Presidente do IBC os rumos que o Govêrno está oferecendo à atual política do café.

Temos uma dura experiência nessa matéria, Sr. Presidente. O Espírito Santo, pequenino Estado que tanto contribuiu para a construção desta Pátria, para a sua civilização atual, para o seu renome; o Espírito Santo, que foi um carreador de divisas para o esplendor de certas áreas da vida brasileira, orientado pela política do Govêrno em tôrno do café transformou-se um árido deserto. E fomos encontrar recentemente os nossos conterrâneos desterrados, naquela região de Cafelândia, no Município de Cascavel, no Paraná, levas e levas de famílias amontoadas em caminhões, abandonando o nosso Estado. Enquanto o Nordeste se recupera, enquanto o Nordeste ressuscita, enquanto o Nordeste reaparece para a alta contribuição que novamente dará ao Brasil, o Espírito Santo, marginalizado da assistência oficial, premido pelos Estados poderosos que têm tôda a assistência da terra em função de sua expressão eleitoral, de sua posição econômica, de sua situação política, é apenas um Estado esquecido da União, enteado da atenção oficial. E requeremos, já agora, o patrocínio, a proteção e o amparo dos Estados maiores nossos irmãos no sentido de que o Govêrno abrande sua política de crueldade e sufocação contra o nosso pequenino Estado.

Nada devemos ao Brasil. Tudo temos oferecido a esta Nação. Não estocamos nenhuma saca de café. Não contribuímos para nenhum *deficit* nesta País. Contribuímos apenas com a nossa energia, com nosso trabalho, com nosso sacrifício, o que achamos justo, porque esta é a nossa Nação. Mas não estamos sendo olhados como filhos dêste País, apesar de darmos nossa contribuição honesta e sincera a todos os Governos e em tôdas as ocasiões, para o engrandecimento e crescimento dêste País.

Não entendemos a atual política que se exerce contra o Espírito Santo desde 1º de abril de 1964. Tínhamos razões de sobra para exaltar o Govêrno passado porque, naquela época, o Espírito Santo era olhado como um Estado membro da Federação. A revolução, que tanto clima encontrou no Espírito Santo, que tanto adeptos fez ali, que mobilizou tantas consciências, que transfigurou e transformou tantos adeptos do antigo Govêrno, em apóstolos da nova situação, abandonou ou aquêle Estado, depois de, com todo sacrifício, ter aderido, em massa, e se entregado todo ao espírito nôvo da ordem que surgia. Pois bem o Espírito Santo sofre, agora a crueldade do Govêrno e se vê desamparado da proteção oficial, dos cuidados e das atenções do Govêrno atual.

Formulamos então um apêlo aos Estados grandes, ao Estado de Minas tão beneficiado, tão atendido, tão lembrado pela benemerência do Govêrno; lembramos ao Estado do Rio, que também entra na escala das atenções oficiais, uma entidade tão beneficiada; lembramos a São Paulo e aos demais Estados que socorrem com seu depoimento, com seu testemunho o pequenino Estado do Espírito Santo que já não tem meios sequer de desenvolver no seu progresso e atender às próprias necessidades.

A linguagem do Sr. Horácio Colombo não é igual à linguagem do Sr. Bódio. Mas ficamos alarmados, Sr. Presidente, quando ouvimos daquela tribuna o Sr. Ministro da Indústria e Comércio dizer que, enquanto o Brasil erradicava café — e nós erradicamos 30% da nossa produção — as demais nações da África e da Ásia plantavam café, e que êle, Ministro não determinaria agora um comportamento oficial e econômico em tôrno da erradicação. Fomos nós os sacrificados. Arrancamos o nosso café, eliminamos a nossa produção. Não nos deram nada em compensação. Somente aflições, sòmente angústias, sòmente essa situação de caos e de insolvência para a qual caminha o Espírito Santo.

Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, acreditamos sinceramente que o Govêrno dêste País tem interêsse na manutenção da ordem, e sobretudo não tem a intenção de discriminar entre unidades federativas. Mas, somos um Estado discriminado, somos um Estado esquecido; somos um Estado marginalizado; somos um Estado abandonado pelos podêres públicos desta Nação.

Formulamos veemente apêlo à Câmara; formulamos veemente apêlo a todos os Deputados, a tôda a opinião pública, para que tomem consciência da situação do Espírito Santo, antes que o meu Estado se transforme também num fôco de rebelião, de insubordinação e, sobretudo, até de subversão, porque, parece, que o Govêrno só atenta para os fôcos de subversão, quando existem, como aconteceu no Caparaó, quando mobilizou tôdas as energias e, meios para combater aquêles que protestavam contra as injustiças que se processavam no País, contra as intimidações, contra as ameaças com que se procura sufocar a voz livre do povo brasileiro. (*Muito bem.*)

O SR. MÁRIO GURGEL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente Srs. Deputados, segundo comunicado que nos chegou às mãos, endereçado pelo Presidente da Comissão de Economia, [illegible] desta Casa, hoje, pela manhã, o Sr. Horácio Colmbra, Presidente do Instituto Brasileiro do Café.

Queremos formular um apêlo aos Srs. Deputados dos Estados cafeeiros, — Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Espírito Santo e todos os do Nordeste que estão fazendo

CONGRESSISTA: MARIO GURGEL
PROJETO Nº
Nº
DO de 24/11/67 CD-SSA Pg 7587
DO Nº / de / /

N8.PRO.CSS 221.2.p.89
ANEXO N.º 1.16

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Cumpre esclarecer — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, vou fazer um registro nos Anais da Câmara dos Deputados, com essa mesma esperança com que todos fazemos as nossas reclamações aqui no Legislativo: a tão difícil possibilidade de o Governo Federal se lembrar do Espírito Santo e estender o agasalhamento da economia do seu Estado. É tão remota a possibilidade que semelhança precisão nos nossos dramas, da hipocrisia que se abateu sobre a minha terra, tudo isso é tão remoto, tão distante, Sr. Presidente, que fá-lo-emos pelo dever de ofício, pelo mesmo pelo dever de registrar, fazemos aqui a [ilegible] de registro. Estamos aqui [illegible] cansados, cada dia mais desanimados; e, antes que eu comece a apegar aqui os [illegible] de desvario e de desatino, continuarei lendo estas notícias, e fazendo estes registros. Seria até bom que o SNI anotasse isto aqui para justificar uma atitude futura. Ninguém ousaria chegar à sua terra e ver os seus conterrâneos deitados nas calçadas mendigando pelos de comida.

Hoje, um jornal do meu Estado diz que os donos de pensões modestas deviam regular o horário de atender às pessoas que vêm pedir comida. Para quem está aqui, para quem bem ou mal vai a um restaurante, para quem tem sua família amparada, isso traz desânimo, desespêro e tristeza, que é a explicação para êsse desfile de mortes por doenças cardíacas no meio dos Deputados.

Peço a V. Exa., Sr. Presidente, que, no exercício da Presidência, transmita ao Sr. Presidente da República nossa angústia e nosso apêlo, no sentido de que se lembre de que o Espírito Santo é uma unidade da Federação. Só se lembraram disso quando, no Caparaó, começaram a surgir ameaças ao bem-estar e à tranqüilidade de alguns felizes que andam aqui por êsses palácios.

Nessa hora foram levantadas tabelas, estatísticas, e o Exército mobilizou-se: foi lá distribuir café, trigo, roupa, brinquedos para as crianças, balas, doces, cocadas, etc. Nessa hora, o Espírito Santo é esquecido. Queira Deus não haja outros Caparaós!

Diz aqui o jornal "Gazeta", em sua edição de 28 de outubro:

"O Norte em Desespêro; A Seca Destruiu a Plantação e Ameaça o Gado

.....

Se dentro dos próximos dias Deus não nos mandar chuva, a situação será insustentável e o destino do rebanho do Norte do Estado será imprevisível. Os criadores estão adquirindo ração balanceada para alimentar o gado, que está morrendo de fome — comentou o Dr. Carlyle Passos", pessoa do Dulzo Gianáti, no norte do meu infeliz Estado.

O jornal "Gazeta" diz ainda:

"Os homens do Norte, mais uma vez, apelam para o Govêrno do Estado para que olhe com compreensão para o seu drama e adote um plano de emergência capaz de tirá-los da situação de penúria em que se encontram".

Fica aí o registro, Sr. Presidente, fica aí a queixa, fica aí a mensagem, antes que a noite desça para sempre sôbre o meu Estado e as trevas comecem também a atingir a própria unidade nacional. Ficam aqui os registros, os avisos, as advertências. (*Muito bem.*)

CONGRESSO NACIONAL Mário Gurgel
PROJETO N.
Nº CÂMARA
DC nº 28/4/1971 pg. 1143 SENADO
DO Nº / de / /

SR. MÁRIO GURGEL:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, trago ao conhecimento do Congresso uma nota que consterna profundamente a mocidade estudantil do meu Estado.

"O D.A. "Geny Grijó" órgão oficial dos estudantes do Serviço Social, da Escola de Serviço Social de Vitória — Espírito Santo, vem, mui confiantemente, através de Nota Oficial anexa, identificar V. Exª da grave crise por que atravessa êste estabelecimento de ensino superior.

Outrossim, solicitamos o valioso apoio de V. Exª, expresso mediante a interferência junto ao Magnífico Reitor e demais membros do Conselho Universitário Federal do Espírito Santo, no sentido de que esta Escola de Serviço Social seja federalizada. Em conseqüência dessa federalização este curso poderá ser incluído no Departamento de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, de acôrdo com sua reestruturação.

Considerando a *Não abertura do Vestibular* em 1968 motivos financeiros, solicitamos de V. Exª que esta interferência se estenda também no sentido de que sejam destinadas verbas do Orçamento Federal a esta entidade. Caso tal meio não seja viável, sugerimos que V. Exª interceda com o mesmo objetivo, junto às Instituições ou Entidades Particulares.

Na certeza de contarmos com o empenho e a compreensão de V. Exª para o *Não Fechamento* de uma Escola de Nível Superior, que tanto representa ao desenvolvimento de nosso país, apresentamos os nossos protestos da mais elevada estima e consideração. Saudações Universitárias. A Presidente e Secretário-Geral.

Membros do Conselho Universitário da Universidade Federal do Espírito Santo.

Reitor:

[illegible] de Queiroz Araújo

Faculdade de Direito

[illegible] Martins

[illegible]ord Martins Moreira

Faculdade de Odontologia

[illegible]aldo Cianordelli

[illegible] Luiz Horta Aguirre

Faculdade de Filosofia

Décio Neves Cunha

Nelson Abel de Almeida

Escola Politécnica

Filemon Tavares

Cêphas Rodrigues de Siqueira

Faculdade de Belas Artes

Nórdia de Luna Freire

Jerusa Margarida Gueiros Samú

Faculdade de Ciências Econômicas

Sylvio Crema

João Soares de Melo

Faculdade de Medicina

Afonso Bianco

Thomas Thommasi

Escola de Educação Física

Aloyr de Queiroz Araújo

Emílio Roberto Zanatti

Presidente do D.C.E.:

Carlos Magno Gonzaga Cardoso

Representação Estudantil:

Jorge Augusto Pires Encarnação

Diz a nota:

"O Serviço Social é um processo educativo que visa ao desenvolvimento integral do Homem.

Partindo da Realidade Brasileira, seu conceito pode ser adaptado como uma forma de libertação do Homem Brasileiro (da fome, da falta de habitação, do analfabetismo, da alienação dos problemas políticos e sociais do país através de um processo de conscientização para o autodeterminação."

O D. A. "Geny Grijó", órgão oficial dos alunos da Escola de Serviço Social de Vitória. — Espírito Santo, coloca a reflexão das Autoridades, assim como já vem colocando aos colegas universitários, professôres, estudantes secundaristas e à comunidade em geral os problemas que vêm nos afetando, conseqüentemente à comunidade Capixaba, abrangendo âmbito nacional.

Considerando que a cada dia mais se esclarece a consciência coletiva à respeito da importância do *Serviço Social* no contexto nacional, levamos ao conhecimento de todos a realidade gritando que é:

— *A não Federalização* de uma *Escola de Nível Superior*, que forma técnicos brasileiros para o maior desenvolvimento do país;

— *O Fechamento* gradativo da *Escola de Serviço Social de Vitória, única* no Estado, com a *não abertura de Vestibular* em 1968, por motivos financeiros inclusive.

Daí êste D. A. se confessa perplexo ante tal situação, que contraria as necessidades de uma formação humana integral.

Isto nos leva a constatar a importância do apoio efetivo daquêles que ocupam *Cargos de Responsabilidade* na vida nacional.

Lançamos pois, enérgico protesto contra êsse calamitoso estado de coisas que representa um dos empecilhos ao desenvolvimento do Brasil.

Lutemos juntos pela *não extinção do Vestibular* em 1968.

Lutemos juntos pela *inclusão do curso de Serviço Social no Departamento de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo.*

Sr. Presidente, no momento em que se abrem exposições suntuosas, no momento em que a Nação se inclina para os horizontes do seu próprio desenvolvimento, no instante em que os homens de responsabilidade dêste País traçam normas, buscam esclarecer objetivos e pretendem colocar o País num plano elevado junto às demais nações do Universo, neste instante, numa pequena unidade da Federação, sob a alegação de dificuldades financeiras, nega-se à sua mocidade [illegible] direito de atender às suas inclinações [illegible] e [illegible], fechando uma escola superior, que custou a um grupo de idealistas, a um grupo de sonhadores os mais árduos sacrifícios.

Sr. Presidente, formulamos um veemente apêlo ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo; no instante em que se processa a reestruturação daquela Universidade Federal, no instante em que o Magnífico Reitor retorna dos Estados Unidos da América, aonde foi divulgar o grau de atualização a que se entrega a sua organização universitária, fazemos um apêlo, que entendemos ao Conselho Universitário do Estado do Espírito Santo, às autoridades do Ministério da Educação e Cultura e ao próprio Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que atendam à rogativa dramática, apaixonada dêsse grupo de estudantes de serviço social e, sobretudo, as próprias reivindicações do Espírito Santo, que carece dessa Escola, que tem necessidade dessa Escola. Nós, que vivemos no Espírito Santo, que nos atiramos à vida pública no Espírito Santo, conhecemos a atuação dos assistentes-sociais, que participam da construção de nova mentalidade para nosso Estado e contribuem, desta ou daquela forma, para o engrandecimento do Brasil.

Fechar-se uma escola no instante em que se preparam tantos planos para melhorar as cadeias do Brasil; fechar-se uma escola no instante em que se planejam novas penitenciárias no Brasil, no instante em que as condições sociais, em que as condições econômicas, em que as condições políticas determinam um alarma-geral na consciência pública desta Nação, constitui um crime inominável.

Sr. Presidente, o Congresso brasileiro, atento a tantos problemas de somenos importância, mas que não deixa também de se inclinar sôbre os graves problemas do País, precisa tomar conhecimento da ameaça que paira sôbre uma instituição educacional e peço, por intermédio de V. Exa. pela forma regimental adequada, transmitir o apêlo da mocidade espírito-santense, no sentido de que não se feche essa Escola, que essa Escola seja respeitada, porque muito esfôrço, muitos problemas, os maiores sacrifícios enfrentaram aquelas que, em condições muito adversas, tiveram a ousadia, a audácia de instalá-la na Capital do meu Estado. Estamos ao lado da mocidade da Escola de Serviço Social e pedimos a presença do Congresso neste importante problema da vida universitária do Espírito Santo. (*Muito bem*) (*Palmas.*)

Grupo Geny Grijó — D. Acadêmico do Espírito Santo

ARQUIVO 1.17

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 90

CONGRESSISTA: Mario Gurgel
PROJETO Nº
Nº
DC de 18/01/68 / CD-SF-CN Pg 3-2
DO Nº / de / /

CAMARA
SENADO Nº 8-PRO. CES. 221.2, p. 91

ANEXO N.º 1.18

O SR. MARIO GURGEL:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, sejam as nossas primeiras palavras de congratulações com a Nação por, neste início do ano, têrmos a tranqüilidade cívica de nos reencontrarmos, com a representação nacional no Parlamento que ainda funciona.

Sejam, também, Sr. Presidente, nossas palavras de advertência não só à nação brasileira, mas ao próprio Presidente da República, que, deixando a sede do Govêrno e a que transitòriamente ocupa na Guanabara, e utilizando uma política tradicional, recolhe-se a Petrópolis, enquanto a Nação ferve de boatos. O Sr. Presidente da República, como os demais presidentes desta nação, deve estar atento às circunstâncias que envolvem os fatos políticos dêste país desde a época da proclamação da República. Esta, evidentemente, não é uma ocasião para veranear; esta é uma ocasião para vigilância. A nação inteira, os escalões inteiros da vida pública brasileira fervilham de boatos em tôrno de transformações violentas ou pacíficas na vida pública brasileira, e o Sr. Presidente da República se hospeda em Petrópolis; não se reúne extraordinàriamente para apreciar êstes fatos.

Sr. Presidente, a esta altura, o homem comum do meio da rua, o simples trabalhador comenta fatos que interessam vivamente à segurança nacional e ao funcionamento das instituições democráticas.

Sr. Presidente, feito êste registro, desejo transmitir à Câmara, desta tribuna, a carta que acabo de receber do Espírito Santo, subscrita pelo Sr. Máximo Vieira Varejão.

O Sr. Máximo Vieira Varejão é católico, excelente líder, moço que desenvolve atividades políticas e, neste instante, por delegação do Arcebispo do meu Estado, foi designado Diretor-Administrativo da Campanha do Bem-Estar do Menor, no Espírito Santo. Nós, em nosso Estado, marginalizado das atenções da República, Estado que reflete bem as preocupações do Govêrno democrático dêste país em tôrno da justiça às suas comunidades, nos preocupamos intensamente com o problema do menor. Sentimos que a segurança nacional, que tanto se discute neste país, não se refere, em nenhum sentido, em nenhum aspecto, ao problema das gerações que estão surgindo, esquecidas, abandonadas e desamparadas. Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, São Paulo, Campina Grande, como me diz agora um Deputado que acaba de retornar da Paraíba, são cenários dos mais vergonhosos quanto à nossa incapacidade de preservação do homem brasileiro e, sobretudo, Sr. Presidente, dos altos cuidados que qualquer povo, por mais miserável que seja, tem para com a sua infância. O menor brasileiro está desamparado das atenções nacionais. Fala-se em segurança nacional em têrmos momentâneos de receio de movimentos sectários, de movimentos ideológicos mas não se percebe — a não ser o esfôrço honesto que a Campanha Nacional de Bem-Estar do Menor, dirigida pelo Dr. Mário Altanfeldar, está realizando — uma ação conjunta do Govêrno, no sentido de efetuar qualquer obra válida em tôrno do problema de assistência ao menor desamparado.

Regozijamo-nos com o nosso Estado, porque Máximo Vieira Varejão é um homem cauteloso, equilibrado, que tem desempenhado grandes tarefas através da vida. Congratulamo-nos com o Arcebispo Metropolitano, Dom João Batista da Mota de Albuquerque, que, em momento perigoso para a sua obra catequética, designa para dirigi-la um homem com grande saldo positivo de trabalhos prestados. Congratulamo-nos, sobretudo, com o Espírito Santo, porque Máximo Varejão irá dirigir a Cidade do Garôto, onde prestará grandes benefícios à nossa comunidade.

O trabalho em tôrno do menor abandonado é mais importante do que muitas outras tarefas que se realizam no Brasil. Esta Nação terá problemas seríssimos, pois apenas se preocupa com o comunismo, com a comunização com problemas tolos. Enquanto a Itália, a França e outros países cuidam de preparar o seu futuro, para que não tenham problemas graves, nós, brasileiros, nos reunimos num Congresso para alardear medo de meia dúzia de comunistas, que nenhum meio têm de realizar algo válido contra a segurança desta Nação, guardada por canhões, por aviões, por navios armados, com um esquema de segurança que transcende qualquer coisa semelhante em tôda a sua história. Precisamos eliminar o problema da fome. Se não querem ouvir falar em comunismo, acabem com a miséria, com os desajustamentos sobretudo com os privilégios, de que se valem muitos homens no Brasil para recolher a suas burras fartas a maior parte do trabalho de todos e com isso se constituírem em donos de uma nação, cujos verdadeiros donos estão morrendo à fome, nas ruas de tôdas as nossas cidades. (*Muito bem.*)

OFERECIDO PELO Dep. MÁRIO GURGEL

PROTOCOLO

CÂMARA
SENADO

EM 5 / 5 / 1967

DE

ANEXO Nº 119

O SR. MÁRIO GURGEL:

(Como liderado. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, "Folha de S. Paulo", de 7 do corrente, diz o seguinte:

"Montevidéu, 7 de março de 1967

JANGO PODE VOLTAR AO BRASIL SEM RISCO

Montevidéu (Da Sucursal) — A polícia da Região Militar da vinda ao Brasil do ex-presidente João Goulart, para cumprir o parecido feito familiares em São Paulo, confirmou ontem à noite que o ex-presidente, acompanhado de sua esposa, Senhora Maria Thereza Goulart, e de seus filhos, Denise, Maria Eugênia e João Vicente, poderá regressar ao Brasil sem qualquer risco, pois as autoridades brasileiras

NÃO TEM PRAZO VOLTA

O ex-presidente João Goulart não tem prazo para a Guanabara, pois não foi decretado seu exílio político nem confinamento nas imediações quanto à sua permanência no Brasil, e poderá voltar a Montevidéu.

EXÍLIO SÓ DECRETADO

Nos setores superiores do Ministério da Justiça, admitia-se que o ex-presidente, ao voltar a ser preso em razão de ter decretada sua prisão preventiva, não estaria impedido, entretanto, de exercer sua atividade política."

Ao CRISES CARDÍACAS

Conforme foi noticiado, o Sr. João Goulart informou, através de carta a um amigo da frente ampla, que foi acometido recentemente da nona crise de angina cardíaca por que passou ultimamente. Foi examinado por cinco médicos — um uruguaio e um brasileiro — que lhe aconselharam repouso absoluto e dieta rigorosa e foi proibido de abandonar o cigarro, passando a fumar cachimbo, com parcimônia e moderação.

Recorde-se que em fins de 62 o ex-presidente foi acometido de um enfarte cardíaco em Montevidéu e ficou recolhido a uma cama de oxigênio. Anteriormente, quando de sua viagem oficial ao México, o Sr. João Goulart sofreu uma insuficiência coronária.

ZERBINI NÃO CONFIRMA

O cardiologista Euclides Zerbini declarou à "Folha" que não pode até agora tecer comentários sôbre uma possível consulta ao Sr. João Goulart e disse que ignora os motivos de sua vinda que, se confirmada, atribui ao receio natural e emocional de um enfarte.

O cardiologista revelou ainda que teve consulta anterior.

Sr. Presidente, é uma notícia de jornal, e, segundo da qual as autoridades civis e militares não tiveram o menor conhecimento. Mas, ainda daquele que a Revolução não exigiu o direito de apreciar os laços de amizade, parentesco e gratidão pelo ex-Presidente João Goulart. Homem da maior projeção nacional, político apreciadíssimo em todo o País, quando o Presidente João Goulart, quando em fins de 1963 não pôde ir ao Rio Grande do Sul, para as festas de Natal, e ficou em Brasília, nunca escondeu de ninguém a sua tristeza, a sua consternação e dor demonstrações de sua amizade. Nunca tive problemas que me levassem à presença do Presidente para pedir-lhe favores ou obséquios de natureza pessoal ou doméstica. S. Exª jamais se dirigiu a mim para fazer qualquer oferta desse ou daquele gênero. Lembro-me na ocasião em que deixei acompanhar o Sr. Tancredo Neves e Hermes Lima Fernandes, ambos da filosofia trabalhista mais pura, movimento de oposição contra o PTB; expulso do mesmo, articulou voltar ao mesmo e a convite e por chamado do Presidente João Goulart. Tive de S. Exª as melhores provas de atenção, consideração e consideração e preocupação profundamente, com o cidadão, como amigo e como brasileiro, saber que as nossas autoridades possam colocar as questões ideológicas e políticas acima das tradições de humanidade, de compreensão e de hospitalidade que sempre foram o apanágio desta Nação.

Se o Presidente João Goulart efetivamente precisa vir ao Brasil para cuidar da sua saúde, ele, que não veio defender a sua honra, que não veio defender o seu Govêrno, que não veio pleitear nada pelos seus amigos, pelos seus correligionários, pelos seus seguidores; se êle precisa vir ao seu País, onde trabalhou e exerceu as funções mais elevadas que um cidadão pode se honrar de exercê-las, êle que respeitou a posição do movimento revolucionário, que jamais atacou, lá do exterior, qualquer das autoridades públicas que dirigem êste País após março de 1964, êle que não fez a menor referência desabonadora à Revolução ou a honorabilidade e as intenções daqueles que dirigem esta Nação; tem o direito de ter todas as garantias que lhe forem dadas pelo Govêrno, pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica, que fizeram o movimento de março, com o direito inclusive de vir o direito de pleitear a sua volta ao Brasil. Isto, porém, é uma coisa — e, no caso, especialmente, a situação em que se encontra o ex-Presidente da República.

Não tenho dúvidas que o atual Presidente da República, um governo que tem tradições a defender e que tem sobretudo, tradições nacionais a respeitar, se apraste a esse gesto de alcançar que um brasileiro venha ao seu País para, com a confiança que deposita na justiça brasileira, exercitar o sagrado direito de morrer-se e de requisitar a assistência médica de que se julga carente. Não acredito que as Fôrças Armadas, muitas vêzes chamadas a defender o sagrado direito desta terra e principalmente, as Fôrças Armadas que, nas escolas superiores, nos estabelecimentos militares, têm aprendido a respeitar as nobres e altas tradições brasileiras no que se refere às relações nacionais e, acima de tudo, nas nossas relações até com o inimigo, se oponham a tal passo. Sr. Presidente, que estamos todos a aplaudir um comunicado que não foi feito após a revolução de março de 1964, quando, ao cuidado a senhora Maria Goulart, se dirá, no mínimo infeliz, que a expressão desta País, tendo sido ela quem pediu para voltar ao caráter da sua terra no Rio Grande do Sul, fôra impedida de fazê-lo por uma decisão revolucionária, e que se havia colocado o Exército para acompanhar o ex-Presidente e para prendê-la a ex-primeira dama caso entrasse em território nacional.

Não podemos continuar a oferecer aos nossos exemplos de falta de compreensão humana e sobretudo de solidariedade em momentos muito especiais aos promotores ideológicos as eventuais lutas e fúricas na política nos seus mais indevassáveis incêndios.

Fazemos um apêlo às autoridades federais para que esclareçam a opinião pública acêrca desse assunto.

Nós não temos — os homens que acompanharam o Sr. João Goulart e os homens que não endossaram que não aplaudiram, que não aceitaram o movimento revolucionário, mas que aceitam os fatos como consumados — o direito de interpelar o Govêrno sôbre êste assunto. Mas o Govêrno do Brasil tem o dever de dizer à opinião pública brasileira o que há de fato sôbre essa solicitação de vinda de J. João Goulart par cuidar da sua saúde e qual o seu pensamento a respeito dêsses fatos. (*Muito bem.*)

N8.PRO. CSS 221.2, p 92

DEPUTADO: Mário Gurgel
CÂMARA
SENADO
15/07/68 | OD-DCN Pg 917
Fls. 1 | 1

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação. Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, cresce, no noticiário dos jornais de todo o mundo, a impressão mais assustadora de que o conflito do Vietnã será solucionado através na explosão de bombas atômicas. Lemos nos jornais de Londres a notícia das declarações do Primeiro Ministro Wilson, classificando de para loucura uma tentativa ou um ato dessa natureza.

Os jornais de hoje publicam declarações do Primeiro Ministro da Suécia, advertindo energicamente os Estados Unidos da América do Norte do problema do lançamento de qualquer petardo atômico sobre o Vietnam.

Sr. Presidente, anteontem, 12 de fevereiro o mundo inteiro, comungando dos sentimentos particulares nacionais dos Estados nidos da América, comemorou o aniversário do nascimento de Abraham Lincoln.

Não é crível, não é aceitável, Senhor Presidente, que uma Nação que possui tão grandes tradições, que tem na sua história tão luminosos exemplos, se coloque, neste instante, como alvo da crítica, da imprensa e da opinião mundial, a insistir numa guerra tão absurda, tão incompreensível e tão desumana, bestializando não somente o Sudeste da Ásia, não sòmente um Continente mas toda a Humanidade, que sente que a continuação dessa guerra ameaça a paz mundial e tôdas as conquistas do progresso, tôdas as conquistas da civilização.

Nações como a Inglaterra, mesmo com poderio militar hoje discutível, e como a Suécia, manifestam as suas advertências aos Estados Unidos, num momento em que peiiga a paz mundial, reforçando os apelos que têm sido feitos pelas nações pacíficas e pelo próprio Sumo Pontífice da Igreja Católica Romana, Paulo VI. Achamos que o Brasil se tem colocado em posição de omissão que quase colega às raias da subserviência e do temor. O Govêrno brasileiro, as autoridades, as organizações brasileiras, tomadas de um sentimento de idealismo inexplicável, superior aos seus sentimentos de humanidade, não dão uma palavra sôbre aquilo que a opinião pública nacional classifica de horrendo, dentro dos quadros de violência, de falta de explicação e de sentido para continuação e ampliação dessa guerra. O Govêrno brasileiro está no dever de manifestar aos Estados Unidos o seu desejo e a sua esperança de que se encontre uma solução para o problema do Vietnam. Que se deixe àquele país o direito de resolver seus problemas internos, de seguir a ideologia que quiser, de instalar o govêrno no que desejar, desde que isto não afete as nações vizinhas, ou as outras nações. Que o Govêrno brasileiro transmita à ONU, através de seu Ministro, de seu embaixador, de sua representação, o seu temor a respeito das ameaças que representam a continuação desta guerra para a paz do mundo. Que o Brasil, que está tão pressuroso em ir para São Domingos fazer eleições e reforçar a atitude de outras nações nos conselhos internacionais, diga, através da OEA, através dos seus representantes sul-americanos, liderando êsses os países, do seu temor de que essa guerra venha prejudicar a paz mundial e aniquilar a civilização atual.

Sr. Presidente o Govêrno brasileiro vai mandar ao Vietnam dez oficiais do Exército, como observadores. Observar o quê? Observar se o noticiário da imprensa é verdadeiro? Observar se as fotografias que causam espanto, que causam horror, que causam vergonha, são verdadeiras? Efetivamente, a atitude do Govêrno brasileiro, que tem uma grande responsabilidade nesta parte do mundo, que é, indiscutìvelmente, o líder dêste continente, devia ser muito mais máscula, muito mais decisiva, muito mais afirmativa, no sentido de, solidário como tem sido com os Estados Unidos da América, mas certas justas e injustas, advertir seriamente aquele Govêrno, como fêz o Presidente João Goulart na questão dos foguetes de Cuba, no sentido de que aquela nação americana, tão poderosa, com tantas tradições, assumia o perigoso papel de ameaçar a paz da humanidade por causa de objetivos que ainda não estão explicados. (*Muito bem*)

ANEXO N.º 1.20

Brasil advertir EUA Vietnam apressar

N8.PRO.CSS.221.2,p.93

NB.PRO.CSS.221.21.94

ANEXO N.º 1.21.

O SR. MÁRIO GURGEL:

(Comunicação — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o Govêrno brasileiro, impressionado com a propagação do comunismo no País, tem-se preocupado demasiadamente em aparelhar as Fôrças Armadas e, sobretudo, em demonstrar que o Exército tem condições para reprimir qualquer protesto, qualquer inquietação ou manifestações por parte do povo, na área civil. Mas o povo é sempre convocado para a defesa da Pátria nos momentos perigosos da guerra.

Deveria então o Govêrno desarmar a seus auxiliares, por exemplo, ao Ministro da Justiça, que não faça cortes como o de 50% nas verbas destinadas ao ensino industrial, o que mais diretamente interessa à classe pobre. Fruto das suspeitas do Govêrno, a classe pobre não tem possibilidade quase nunca de mandar um grande contingente à universidade, que é filha dileta da administração. Raramente um elemento pobre consegue chegar à universidade; apenas os homens mais bem aquinhoados da sorte e que pertencem às esferas que gozam da contemplação, do amor e do carinho do Govêrno chegam ao ensino superior.

O corte de 50% das verbas do ensino industrial e a determinação do Ministério da Educação de que os processos existentes não sejam estudados pela Secretaria, caso no futuro haja a liberação dessas verbas, a necessidade de um novo estudo dos processos. Ora essa delonga determinará, efetivamente, sério prejuízo àqueles que carecem do ensino industrial.

É tão comum na terra brasileira, nas Capitais principalmente, ver-se um grande número de moços oriundos das classes mais modestas atirados às calçadas, como vimos ontem em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro anteontem e em Brasília ainda hoje. No entanto, o Govêrno, preocupado com o desenvolvimento do comunismo, não vacina a Nação, não determina a seus órgãos específicos que tomem providências imediatas e oportunas para impedir que o próprio Govêrno tenha de aumentar as cadeias, o número de brasileiro, impressionado com a proversão, hoje o grande *hobby* do Govêrno revolucionário.

Além do corte de 50% das verbas do ensino industrial, Sr. Presidente, o Ministério da Justiça tem de atender ao desvio da verba para construção do presídio de Brasília — e isso às vésperas da festa suntuária que se dará para recepcionar uma rainha estrangeira — presídio que existe na Capital da República e que só agora o Sr. Ministro da Justiça soube que não se constituí senão num pardieiro indigno de animais de carga, indigno dos foros de civilização de qualquer vila brasileira ou sul-americana, prisão que o Ministro da Justiça, confuso, atordoado e surpreendido confessou não conhecer. Por informações de seus assessôres, dos órgãos encarregados da segurança nacional, ou ao menos pela obrigação que cumpre aos responsáveis pela administração pública, não poderia S. Exª desconhecer as condições do presídio de Brasília.

Pois bem, êste Govêrno gasta cêrca de noventa e dois bilhões de cruzeiros novos da construção de um belo palácio de Farô para homenagens, festas de caridade etc.

Todavia, o Sr. Ministro da Justiça determinou que nenhuma verba orçamentária destinada a êsse Ministério seja paga no corrente exercício. Cortou 57% das verbas existentes e adiou o pagamento dos demais 43% para 1970. O pior é que os processos não estão sendo estudados; estão sendo engavetados no Ministério da Justiça. Se por uma questão de pressão do Govêrno, de pressão da ARENA, que é o Partido dono dêste País, de interêsses eleitorais, ou do grupo dominante fôr determinado que o Sr. Ministro da Justiça faça o pagamento dessas verbas ou da quantia liberada, os processos, então, terão de ser estudados; e isto será para fins de 1969, entrando no exercício de 1970.

Não é assim que se combate o comunismo, não é assim que se combate a subversão. Não adianta aparelhar o Exército para reprimir o povo, se o Govêrno não tem sensibilidade para aferir o grau de insatisfação que a sua própria administração cria nos setores mais tolerantes da população civil. Não é assim que se administra uma Nação que se diz democrática, não é assim que se cria ambiente próprio às pesquisas de opinião pública que o Govêrno mandou efetuar, pelas quais teria concluído que 68% de famintos, de desajustados e de inquietos seriam simpatizantes da ação governamental.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados é a Casa dos representantes do povo. Se esta Casa não exercer pressão sôbre o Govêrno, que é apenas mandatário, para que atenda às exigências mínimas da vida nacional, tanto a Câmara como o Govêrno estarão traindo o povo. (*Muito bem.*)

N8 PRO.CSS.221.2, p.95

ANEXO N.º 1.22.

CONGRESSISTA: Mario Gurgel
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
C de 29/3/68 CD ~~CN~~ Pg 5612
O Nº / de / /

Mensagem de apreensão do Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo

SR. MARIO GURGEL:

Comunicação — Sem revisão do [illegible] — Sr. Presidente, devo trazer ao conhecimento desta Nação a [illegible] profunda apreensão que [illegible] do Sr. Laerson Botechia, [illegible] do Sindicato dos Metalúrgicos do Espírito Santo:

"Tendo conhecimento pressão [illegible] economicos pretendem [illegible] industria ferro et aço [illegible] vg vimos protestar [illegible] tal medida por [illegible] ao patrimônio espirito-santense vg nociva aos trabalhadores capixabas et medida severamente criminosa et atentadora [illegible] industria brasileira pt Saudações cordiais pt Laerson A. Botechia Pres. Sind. dos Metalúrgicos do Esp. Santo".

O jornalista Menjardim Cavalcanti, no jornal "O Diário", do dia 17 de agôsto, na sua coluna "Poltrona B", insere o seguinte tópico:

> A Ferro e Aço foi dimensionada, na sua primeira etapa, para produzir cêrca de 300 mil toneladas de perfilados. A matéria-prima da emprêsa sempre veio, porque assim foi dimensionada a sua primeira etapa, dos excedentes da USIMINAS, ACESITA e CSN. A Ferro e Aço sempre laminou tarugos e lingotes produzidos pelas referidas Usinas que, agora, num estranho boicote, negam-se a fornecer à Ferro e Aço a matéria-prima de que carece a emprêsa, para realizar o seu programa de expansão e para manter em atividade os laminadores de Cariacica. E, muito mais grave: boicotam na esfera federal a tentativa da FA importar a sua matéria-prima da Bélgica e da Índia. Estão desejando fechar a Ferro e Aço e contra isto, contra esta falta de brasilidade, o Espírito Santo precisa se levantar a uma só voz. Não se pode contemporizar com um estado de coisas que poderá ser fatal ao desenvolvimento siderúrgico deste Estado eternamente maltratado e marginalizado, apesar de tudo ter feito para ser útil e pouco pesado a economia nacional. Somos uns ilustres esquecidos. Nada temos e tudo que pedimos tem sido sistemàticamente negado. E' uma hora grave, que exige soluções talvez até de certa gravidade e de intensa repercussão nacional.

Sr. Presidente, esta é uma Câmara de apelos. Via de regra, os Deputados vêm à tribuna trazer solicitações ao Govêrno Federal. O Govêrno Federal age, nos dias atuais, "sponte sua". O Govêrno Federal não precisa dar satisfações de seus atos a ninguém, porque é forte, é dono do País, tem uma banca de 300 Deputados que garantem seus atos. Êle sufoca a Nação com suas decisões arbitrárias ou não, nosso povo as tem de engolir. Numa Câmara destas, efetivamente, basta de fazer apelos; é preciso fazer advertência ao Govêrno.

Estamos sendo vítimas no Espírito Santo, de uma hipocrisia do Govêrno Federal, comandada pelo próprio Presidente da República. Não é possível que o Presidente da República descubra, no interior doe Goiás, do Estado do Rio e do próprio Espírito Santo, através do seu Serviço de Informações que é dos melhores, um outro estudante, uma ou outra professôra, um ou outro padre que não comungam com os pontos de vista filosóficos e ideológicos do Govêrno, mas não descubra que uma companhia implantada há mais de vinte anos — suór, lágrimas e esperança de um povo — que tudo deu a esta Nação e dela nada recebeu, está na contingência de arrastar, no espetáculo mais degradante de miséria de uma comunidade, cêrca de 200 mil trabalhadores rurais, atirados à rua pela política nefasta do Sr. Castello Branco, através do seu representante o Diretor do Instituto Brasileiro do Café.

O atual Presidente da República, Sr. Artur da Costa e Silva, foi ao Espírito Santo e, lá, diante de todo o Estado, das suas classes mais representativas, do seu operariado, cercado pelo seu esquema de segurança e pelos seus assessôres mais autorizados, prometeu favores ao Espírito Santo. Não precisamos de favores da República; nãoestamos aqui para pedir benesses a esta Nação porque tudo lhe temos dado. Exigimos do Govêrno tratamento sério, leal, correto. O Sr. Costa e Silva é Presidente dêste País e não Presidente de grupos. Êle foi aleito por êste Congresso para zelar não pelos interêsses de determinados setores, mas, sim, pelos interêsses nacionais. Fazemos parte desta Nação. Não devemos favores à República, repito. Somos o Estado que mais contribuiu, "per capita", para os cofres da Nação, a fim de criar a grandeza suntuária de que se valeram todos os governos e de que se está valendo esta administração.

Exigimos que o Govêrno interpele as indústrias de Minas Gerais no setor do ferro e do aço, para saber por ordem de quem — do Ministro da Indústria do Comércio ou por consentimento do próprio Presidente da República, que não desconhece êste problema — estão tentando arrancar um pedaço do mar do Espírito Santo, pela garganta. Primeiro, arrancaram-nos todos os cafezais, negaram-nos todos os créditos, não nos deram agências do Banco do Brasil no interior e, em seguida, prejudicando a única indústria positiva, implantada à custa do nosso suór à custa do crédito de que sempre gozamos nesta Nação à qual tudo demos, impedem-nos de comprar matéria-primeira no estrangeiro e negam-nos a matéria-prima nacional que está sobrando nas siderurgia. Depois, não vimos apelas ao Sr. Presidente da República, mas, sim, adverti-lo de que, como parte integrante, histórica, política e socialmente, da comunidade brasileira exigimos respeito e um tratamento correto, equânime e sério da República. Repito: não estamos aqui para pedir favor de uma nação que tanto recebeu do povo do espírito Santo. (*Muito bem.*)

N8. PAD. CSS. 221. 2. p. 96

ANEXO N.º 1.23

O SR. MARIO GURGEL

Comunicação — Sem revisão do orador — Senhor Presidente, temos acompanhado, pela imprensa, o noticiário que ardentemente constrange todos os brasileiros ao tomar conhecimento do problema da "Vivenda do Luz", no Estado do Rio de Janeiro. Impressiona ao espírito de cidadãos de escol a internação nesse estabelecimento.

Vimos também pela imprensa que o Governo determinou uma devassa em todos os departamentos e dependências desse estabelecimento, o que julgamos válido. Entretanto, nessa oportunidade, enquanto o Governo ignorava até agora, o que se passava na miséria dos internados, nessas casas de assistência e orfanatos destinados a menores, que a miséria dos tempos atuais tem arrastado, desamparados, ou de enjeitados, ou de abandonados — o que constitui estarrecimento, uma injustiça numa nação cristã, numa nação que se diz democrático — e ignorava até hoje o que se passa nessas instituições, determinadas por todo o Conselho Nacional, permite que o Ministério da Justiça não preste as verbas destinadas às instituições sérias, não retorne a atuação da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, instituição séria do governo e, sobretudo, permite que o Ministério da Justiça corte 50 por cento dos velhos assistencialismo oficial industrial, que atende à juventude e à adolescência pobre e corte os 4% por cento recentemente destinados a essa pública de ensino industrial, sejam transferidos para o ano de 1970.

O Governo gosta de aparecer na vitrina aos conhecimentos como humano, como democrático. Desta aparece mais como governo sério, equilibrado. Então, o Sr. Costa e Silva teria razão ao Senhor Gama e Silva que apresentasse um relatório sobre as providências tomadas pelo Ministério da Justiça quanto ao problema do menor. Neste País, que se dá no luxo de ter em São Paulo, como vimos há alguns anos — e não sei se ainda existe — hotéis para gatos, pensões para cachorros, hotéis para gatos, bolsa para cachorros, cemitérios para gatos cemitérios para cachorros, salmeiro rádico para gatos e para cachorros; um País como este que permite, como vi, ontem, em Belo Horizonte, com o coração confrangido de vergonha, a humilhação de um imenso de pobres meninos atirados à rua... Se uma instituição federal como é a FEBEM, como um bando de ovinos circulados, na manhã fria, e que serão depois numerados e encaminhados para os internatos, então ficarão sem a menor flexibilidade [illegible] julgados de menores que se espalham por esta Nação infeliz, apenas rotulos, sem fiscalização alguma e que ostentam apenas rótulo federal, estadual ou municipal. Foi preciso que a "Vivenda da Luz" com a sua crueldade inominável com sua surpresa tremenda, abalasse um pouco estas corações de pedra que dirigem hoje esta Nação, sem a menor sensibilidade pelas calamidades humanas; foi preciso que a verdade saísse daqui para refletir-se no noticiário estrangeiro, manchando de vergonha as representações diplomáticas deste País, como no caso dos índios, dos estudantes e, agora, dos menores; foi preciso que essa realidade chocante brutal que quase não repercute no Congresso, que quase não atinge os ilustres Deputados e os eminentes Senadores, que não abala a consciência da Justiça deste País, que não faz com que uma pedra caia de cima do edifício da impassividade, da indiferença, do alheamento; foi preciso que isso ocorresse, para que o Governo acordasse e sentisse que não é possível permitir que as representações estrangeiras, que a Rainha Elizabeth que vá pisar os tapetes vermelhos na data da vinda do avião, desfilar entre alamedas de pobres e crianças e pranchetas o desfile da miséria e a magnificência dos palácios do Governo, em Brasília e em outros Estados, não se sintam atordoadas com o espetáculo de desprezo, de insensibilidade, sobretudo de falta de aparelhamento de uma Nação para erradicar a sua triste e dolorosa realidade.

Sr. Presidente, dizia no início. Todas essas instituições desse gênero, não são asilos, não são orfanatos, não são internatos nem patronatos nomes que marcam a existência das crianças pobres deste País. São lenços para os quais se tem requerido insistentemente a presença do Poder Público, para que fiscalize, determine, crie e faça normas condizentes com o que há de mais moderno na vida das nações civilizadas. Ninguém sabe lá, ainda, porque o escândalo estourou, apareceu um cidadão, cujo endereço não declinou acompanhado de um fotógrafo para flagrar a realidade daquelas instituições que perderam a vez política da Oposição.

Temos também menores de rua, orfanatos e drama, a dor e a humilhação de ter dormido nas calçadas deste País. Não podemos nunca esquecer menores, mas mal tratados frias do minha terra, em comparação com o dos nossos próprios filhos, hoje privilegiados nesta nação de privilegiados.

Sr. Presidente, sentimos que essas instituições estão às mesas instituições e distantes de poderem atender aos requisitos mínimos de preparo do menor para enfrentar a vida. Que o Governo colha esta lição se recolha à sua insignificância, diante da grandeza do desafio que a Fundação "Vivenda Luz" lhe oferece, pois veio mostrar que são os marginalizados deste País hoje e ontem que fabricam as células da subversão e do inconformismo. São eles, na sua impassividade, na sua frieza, na sua indiferença e na sua acomodação que fabricam os comunistas que amedrontam a ele e ameaçam os filhos desta Nação. (*Muito bem.*)

N8. PROCSS. 221.2, p. 97

ANEXO N.º 1.24

E não são apenas filhos de operários que estão nos cubículos de São Paulo, da Guanabara, de Belo Horizonte, de Juiz de Fora e com possível tendência para os cubículos do Espírito Santo; são filhos das classes média e alta, mais bem-aquinhoadas famílias dêste País famílias que se caracterizaram por uma postura absolutamente conservadora, alinhando nos partidos conservadores e exigindo um tratamento à altura da sua tradição familiar. São essas mesmas famílias que, hoje, enfrentam não a repressão policial de um Govêrno que quer ser instalador à fôrça, que quer estabelecer conservadores — não os fabricados por quem — e dessa vez reprimir os furiosos, os loucos, as esperanças da juventude à vista de fuzis, de borrachadas, de gás lacrimogêneo, de "geniptus", de tintas, de tôdas as formas que os novos inteligentes inventaram para dominar os coléricos e sobretudo para manter os estabelecimentos de escravidão que estabelecemos em alguns anos.

O Govêrno precisa dizer alguma coisa a fôrma por que está enfrentando um problema que desafia mais a sua inteligência do que a sua fôrça. A mocidade não quer desafiar a fôrça do Govêrno. Os estudantes universitários não estão procurando saber de que meios dispõe o Govêrno para reprimir os seus inventos. Êles querem saber qual a sua inteligência, que tem o Govêrno para solucionar os graves problemas que estão defrontando não só o Govêrno, como a própria Nação. Os pais, desiludidos, mesmo da política, que têm por um dever e por vocação a função de defender a ordem e a tradição e, sobretudo, os seus filhos, mostraram-se contra as depredações, a falta de objetividade, a falta de atenção com referência à realidade brasileira. Esses pais não nas ruas e disse [illegible] o silêncio dão nas ruas, o sinal da atualidade, mas os tempos, o sinal da atualidade, mas de que nem tudo vai bem nesta Nação. Apresentam-se estatísticas maravilhosas que são publicadas e oferecidas pelo Govêrno para seu comunicados oficiais, com a melor euforia que sentimos manifestada nas áreas oficiais.

O Estado do Espírito Santo é paradigmático. A Universidade do Espírito Santo tem uma existência bucólica, em perfeita consonância com a sua paisagem, sem intervenções de natureza policial e repressões. O problema não chegou lá. Se o problema chegou ao Espírito Santo, como já chegou a outras unidades da Federação, a outras cidades, vilas e distritos, é ao Govêrno que compete apurar quem falta a quem deve, não só para com o Govêrno como para com a própria Nação, arrolando as ofensas, as ponderáveis e legítimas razões que estão fazendo dêste País uma nação de apreensões, uma nação de sustos, uma nação em que os lares já não têm tranqüilidade, nem os pais nem as mães. Sou pai e há outros Deputados que são pais; há operários que são pais e todos nós Ministros que são pais e todos nós sabemos que não se dorme mais em paz neste País, nem se tem tranqüilidade para comer. Quando um filho se atrasa uma hora, meia hora, ficase sem saber se êle está no colégio, na cadeia, nas ruas no mato ou morto. E isto se tem de debitar ao Govêrno, porque êle assumiu uma responsabilidade ao fazer o juramento solene de dar tranqüilidade a êste País, de permitir que êle se desenvolvesse e se engrandecesse e fôsse efetivamente uma nação para todos os brasileiros. (*Muito bem.*)

O SR. M. RIO GURGEL:

(Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Deputados, estão chegando ao Espírito Santo notícias referentes a problemas universitários. Tivemos conhecimento de prisão de universitários nossos e que teriam participado daquele congresso que o govêrno paulista e o Govêrno Federal reprimiram, realizando-se a quinze centenas de prisões.

O Espírito Santo, que não tinha problema estava às vésperas de participar do noticiário da imprensa brasileira com a sua quota de notícias, tais que nos causam sérios aborrecimentos. Temos um filho que estuda num colégio pré-universitário e não gostaríamos de expor teses e princípios que o beneficiassem. No entanto, também não gostaríamos de omitir-nos nos mandamentos de um Juízo que é nosso, tendo em vista nosso dever de patriotismo e de cidadão.

Não "tuba" o Govêrno não ganha essa parada. Nem o Sr. Costa e Silva nem todos os instrumentos de repressão que o Govêrno possa inventar serão capazes de reprimir uma situação que desafia não a fôrça mas a inteligência, a compreensão e, sobretudo, a capacidade das instituições de sentir e oferecer efetivamente, o que está passando no meio universitário.

Ontem foi citado aqui pelo Líder do Govêrno o General De Gaulle, na utilização da fôrça para reprimir os impulsos da classe universitária do seu país. A situação da França era diferente. Na França havia uma união universitário, operária e camponesa. Era preciso atender a uma série de reivindicações comuns e, sobretudo, à perspectiva de paralisação total da vida nacional. No Brasil, a coisa ainda se encontra no âmbito universitário. As reivindicações são claras. Elas estão expostas nos boletins, nas paredes, nos muros, nos comícios e nas ruas. A mocidade não pede privilégios. Os universitários não pedem empregos e não solicitam favores do Govêrno. Não pedem que o Govêrno abra mão dos seus privilégios, nem dos privilégios que acha justo conceder a quem deseja. O que os universitários querem é a discussão dos problemas que afligem a classe universitária, na perspectiva de algo perfeitamente compreensível — o dever que terá a classe universitária amanhã, ao assumir responsabilidades na vida dêste País.

DOCUMENTO ... [illegible] Sarael

PROJETO N.º ... CÂMARA

N.º ... SENADO

DC de .../... 7... /...-64 Pg 7041

DO N.º .../... / /

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 98

ANEXO N.º 1.25

O SR. MARIO GURGEL:

(*Comunicação. — Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente e Senhores Deputados, desejo aproveitar esta sessão matutina para enviar as minhas calorosas congratulações à nobre classe bancária do meu Estado, que, ao lado dos seus colegas do Estado do Rio, acaba de obter uma vitória, pálida em face das suas necessidades, mas, de qualquer forma, afirmativa, contra a usura, contra a ganância, contra o egoísmo e contra a falta de compreensão social, de justiça e de solidariedade humana.

Fala-se, diàriamente, em combater o comunismo neste País. Esse comunismo, Sr. Presidente, é o grito do trabalhador por mais um pedaço de pão; é o grito do injustiçado por mais um pouco de justiça; é o brado, é o protesto do marginalizado pelo direito à participação na vida de sua comunidade, na construção do seu destino, na elaboração do futuro das gerações que vêm aí. Isto é comunismo para êles.

O que é democracia para determinadas áreas é o silêncio, é o conformismo, é a manutenção dos privilégios ociosos que êles, enquistados em todos os setores da vida pública desta Nação, da Presidência da República aos mais baixos escalões da vida administrativa, seguram com mão de ferro, não deixando que haja uma justa participação, pelo menos uma proporcional participação de todos os homens, de tôdas as mulheres, de todos os brasileiros na elaboração do grande edifício da paz social e do futuro desta Nação.

Os bancários do Espírito Santo, Senhor Presidente, conhecem perfeitamente a estrutura de suas organizações e sabem o que carreia aquêle Estado e o seu povo, através dos depósitos, através dos negócios, das transações, para o bôlso, para a economia, para a burra dos banqueiros. Êles, que manipulam tôda essa fortuna, todo êsse patrimônio, têm de ir, depois, à mesa do debate e se manifestarem, através da segurança das suas lideranças, ainda existentes por uma permissão nem compreensível para manter, exigir, solicitar — e no fim e êles recorrerem — aquêles restos de direitos constitucionais que ainda permitem que existam no Brasil, e conseguir um pouco menos, um pouco de fome, um pouco menos de humilhação diante da família coberta pela necessidade, arrastados pelas ameaças mais sórdidas, nesta Nação que cresce observando os balanços dos patrimônios que se constroem diàriamente à custa do suor, à custa das lágrimas, à custa do sacrifício do povo.

Endereço meus cumprimentos calorosos ao Presidente do Sindicato dos Bancários do Espírito Santo, Doutor Rubem Azevedo, pela sua firmeza, pela sua segurança, pelo seu sentido de liderança e, sobretudo, pelo fato, pouco comum no Brasil, de não se ter intimidado com ameaças, de

não se ter intimidado [illegible] empresários aquêles que [illegible] Poder e ao lado [illegible] até a contribuição [illegible] dos poderes armados que a Nação mantém para garantia da ordem, e não para sujeição dos direitos, ameaçando-os [illegible] o nome das Fôrças Armadas e dos Serviços Secretos do Govêrno para [illegible] o direito dos que trabalham efetivamente neste País, enquanto os [illegible] estão aí, afrontando [illegible] a fecundidade daqueles que efetivamente contribuem para manter de pé [illegible] do seu nome [illegible] e, sobretudo, do seu [illegible] diante dos estrangeiros. [illegible] quando [illegible] em reivindicação de direitos, a bandeira do comunismo [illegible], a bandeira da [illegible] vêem, sobretudo, [illegible] do desemprêgo, dos processos [illegible] que andam enchendo os tribunais desta Nação, como se aqui estivéssemos agora conhecendo as leis. Uma Nação que fêz a sua independência, que proclamou a sua República, que se destacou nos mais altos tribunais do mundo defendendo teses que se constituíram em grandes páginas do Direito Universal, uma Nação destas, Sr. Presidente, intimida seus trabalhadores com a lei que foi criada para protegê-los, intimida-os com as Fôrças Armadas, criadas e mantidas com o dinheiro do povo para garantir a ordem, para defender a integridade da Pátria e sobretudo para servir ao verdadeiro interêsse da paz social.

A êstes trabalhadores, hoje vitoriosos, embora parcialmente, mas vitoriosos de qualquer forma, as congratulações da Câmara dos Deputados através da minha humilde palavra, mas sobretudo alvoroçada, feliz, por sentir que nesses escalões das classes trabalhadoras ainda existem homens capazes de resistir à intimidação; que existe ainda a mesa dos debates que a lei criou para entendimento entre patrões e empregados, entre o capital e o trabalho, que ainda é possível arrancar uma fatia de pão àqueles que querem pão demais para sua mesa, pão demais para as suas homenagens, pão demais, comida demais para regarem com o vinho da sua impunidade, da sua posição privilegiada, nos banquetes régios que as colunas sociais registram para satisfazer a vaidade doentia de alguns privilegiados, afrontando os milhares de crianças que morrem de fome neste País e que se tem a coragem de citar nesta Câmara, neste Congresso e neste País, na semana que se consagra, quase como uma afronta, à criança brasileira, registrada nos obituários com duas mil e tantas mortes por fome.

Aos bancários do Espírito Santo e do Estado do Rio de Janeiro a minha saudação. Que as outras classes sociais sigam o exemplo dos bancários e se mantenham firmes na defesa dos seus direitos e dos direitos das suas famílias, porque é na mão dos trabalhadores, unidos, evidentemente, ao capital, que está a construção de todo o edifício social que fará do Brasil uma nação líder neste continente, uma nação com possibilidades de se ombrear às demais nações do universo. (*Muito bem.*)

Congratula-se com os Bancários do Espírito Santo — faz comparações de "democracia" e diz que fala-se diàriamente em combater o comunismo neste País

NB. PRO-CSS 281.2.99

ANEXO N.º 1.26,

O SR. MARCO MACIEL:

(Considerando Sem revisão do orador.) — Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Espírito Santo viveu, há poucos dias, uma profunda e inédita manifestação de novidade. Um vigário da cidade de Mariana, Padre [illegible] Mutzenberg de Barbosa, Padre Geraldo Brazil, voltando de visita pastoral por algumas das suas paróquias, [illegible] foram recebidos, com [illegible] vivas e lançamentos de [illegible] sobre [illegible] homens do [illegible].

Será tão alta as lições e tal a [illegible] ação, de sorte [illegible], cuidado e [illegible] ação dêsses trabalhadores que [illegible] Padre, recebendo a visita da paróquia, [illegible] Deputados [illegible] Ignácio Ferreira, do Movimento [illegible] Democrático Brasileiro; Hilário Torloni, da ARENA. A certa altura [illegible] solicitado. O Vigário parece, também, [illegible] aí agora e êsse impulso renovador da Igreja e não se tem notado [illegible] de tensão dessas novas direções [illegible] das [illegible] que o Vaticano [illegible] pelo [illegible] opôs a resistência do Cardeal Ernesto [illegible]. O Padre Ivaldo Rezende, alma [illegible] e amar pelos seus paroquianos e, acreditem, alma [illegible] de revolta diante de injustiças que constituem [illegible] tristeza [illegible] e mesmo sôbre os [illegible] do trabalhador laborioso da [illegible] sobre a lústria. Disse na entrada [illegible] não ha terra o Bandeira no dia [illegible] de setembro e não faria desfile, porque naquele momento, se solidarizava com a sofrer dos trabalhadores que [illegible] contribuem para a grandeza do seu País.

O Padre José Regazzi, Sr. Presidente, não é homem que me [illegible] com a sua simpatia. Não é comunista, não é esquerdista, não tinha sequer tomado parte nas manifestações dessa alvorada, dessa [illegible] que a Igreja Católica lançou ao mundo, removendo a poeira dos séculos em que ela se manteve, como protetora dos grandes privilégios, em que se manteve como Igreja da hierarquia, Igreja da pompa, da suntuosidade, dominando com êsses princípios, mais do que pela fé, as multidões que ela supunha ou pretendia dirigir. O Padre José Regazzi teve de comparecer à Delegacia do DOPS, para prestar seu depoimento e para prestar contas às autoridades do seu gesto e do seu ato. No momento em que esse sacerdote se dirigia para o DOPS, sacerdotes de outras paróquias, irmãs de caridade e o representante de S. Exª Revma. o Arcebispo de Vitória, Dom João Batista da Motta e Albuquerque, que se encontrava enfermo em razão de um acidente automobilístico, compareceram todos à sede da Delegacia, para, perante as autoridades, prestarem assistência ao seu sacerdote, ao seu irmão.

Sr. Presidente não é verdade que se pretenda estabelecer nesta Nação um caos, ofendendo, humilhando e desunindo as Fôrças Armadas. As Fôrças Armadas têm o privilégio da arma, têm o privilégio da hierarquia, têm o privilégio da disciplina, têm o privilégio sobretudo de uma expressão preponderante na vida nacional. A crise não decorre daquilo que se poderia chamar a intenção de dividir as Fôrças Armadas. A crise decorre do abandono e da miséria, do alheamento e da marginalização a que estão atiradas as multidões brasileiras. Evidentemente esta crise tem de encontrar uma explicação e tem constituído um desafio à inteligência, ao bom senso e à compreensão dos governantes. Se vozes isoladas, aqui ou ali, manifestam pontos de vista mais extremados ou menos pensados, isto não significa que pairе sôbre esta Nação a ameaça de qualquer movimento externo, de procedência externa, que vise a quebrar as nossas tradições, que têm sido sempre as de lutar pela liberdade, pelo desenvolvimento pela independência. Essas lutas vêm desde os tempos de Brasil-Colônia, quando a rainha Dona João VI aqui estava e, sentindo a inquietação e o mal-estar que reinava na Colônia, antes de partir para ocupar a sede de seu reino, disse a seu filho: "Põe a corôa sôbre tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela". Depois D. Leopoldina quem, sentindo que Portugal pretendia sufocar os arroubos da colônia nascente, reune, em Portugal o Ministério e manda ao Príncipe as cartas que cariam lugar à Proclamação da Independência. Tivemos depois a Abolição, a República, os acontecimentos dos 30 e tantos outros fatos históricos em que civis e militares Sr. Presidente, sempre se irmanaram numa luta fraterna, gigantesca e indomável, em prol do bem maior, que é a liberdade.

Esse padre Sr. Presidente, vigário de uma paróquia distante — Mariana — minada pela esquistossomose, sem estradas, sem pontes, com uma população que trabalha, que luta, que sua, esquecida pelo Govêrno Federal, para a qual temos pedido a remessa de uma draga para dragar o rio Santa Joana "habitat" do transmissor e razão principal da morte de milhares de trabalhadores daquela região pela esquistossomose — essa draga estava lá e daí veiu porque tinha um simples defeito na bomba de óleo — êsse padre, sentindo a manifestação de desespêro dos seus paroquianos sentindo a impotência da sua ação catequética no espírito daquela gente, tinha de chegar a um momento de desespêro e, como Cristo, chicotear com a sua palavra, com a sua ação, com o seu gesto aquêles que traem também por não ouvir o clamor das multidões, dras clamarão. Muitas dessas verdades tais — diz a Bíblia — que, se não forem proclamadas as próprias pedras claamrão. Muitas dessas verdades não agradam, mas precisam ser ditas. (*Muito bem.*)

CORRESPONDENTE: [illegible] GURGEL
PROJETO N.º
N.º
DC de [illegible] / [illegible]-CF-CN Pg 9564
[illegible] / de / /
CAMARA
SENADO

ANEXO N.º 1.27

N8. PRO. CSS. 221. 2. p. 100

Espancamento de Vanja Orico pela Polícia Militar

[illegible] Sr. MARIO GURGEL:

[illegible] Sr. Presidente, vi estampada [illegible] página do "Correio da Manhã" de hoje, fotografia que [illegible] a Vanja Orico sendo espancada por um soldado da Polícia Militar.

Sr. Presidente, nos compreendemos que a gravidade do momento que estamos vivendo neste País impõe a cada um moderação, equilíbrio e colaboração na busca de soluções justas, pois a degradação deste País não deverá interessar efetivamente a esta Casa, como não interessa a nenhuma autoridade, e muito menos ao povo.

Vanja Orico, Sr. Presidente, é filha de um académico o Sr. Osvaldo Orico, homem que desempenhou em vários países missões diplomáticas de alta relevância. Ela própria, atriz de renome internacional, mega de talento invejável, contribuiu com a sua arte, com o seu trabalho, para a divulgação das coisas desta Nação nos centros culturais mais avançados do mundo. Na Rússia Soviética, nos Estados Unidos, na França, na Alemanha, enfim na América, na Europa, na Ásia, Vanja Orico [illegible] embaixadora da arte e da cultura brasileira, o não merecer de nossas autoridades, e muito menos dos soldados da Polícia Militar, o tratamento que lhe foi [illegible].

É preciso, Sr. Presidente, formular um apelo aos soldados da Polícia Militar em todo o País. É inadmissível que êstes soldados, filhos de [illegible] Nação, que recebem lições de disciplina e que recebem dos seus Comandos orientação no sentido de resguardar a ordem, atentem envergonhando as suas corporações.

[illegible] contra esta violência, Sr. Presidente, porque [illegible] a atriz, conhecemos [illegible] o seu [illegible]. [illegible] que a [illegible] não há de [illegible], [illegible] brasileira, mãe de [illegible] a todos os riscos e a [illegible] dentro dos sertões dêste País [illegible] uma das mais [illegible] cinematográficas [illegible] "O Cangaceiro." [illegible] "O [illegible]" [illegible] filhas brasileiras [illegible] difundir [illegible] brasileira com todo [illegible] do seu talento. Merece ela [illegible] das autoridades as [illegible] as reparações devidas, pela [illegible] do tratamento que [illegible] dispensa do instante em que como [illegible] brasileira [illegible], [illegible] do movimento.

O movimento de que participava pode ser discutível para alguns mas ela que não pode [illegible], que não [illegible] e que tem, sobretudo, compostura, não podia receber de um soldado da Polícia Militar da Guanabara, encarregado da defesa da ordem, da proteção aos cidadãos da segurança da comunidade, tal tratamento.

É preciso Sr. Presidente, que o "Correio da Manhã" e tôda a imprensa brasileira continuem destemidamente no cumprimento de sua missão específica, registrando quadros [illegible] da vida e da atualidade brasileira, porque, através dêste registro, se verá o Govêrno na contingência de [illegible] a amplitude de responsabilidades. O Govêrno quase nunca sabe da autoria dos desmandos, das violências que se praticam contra o povo.

Aí está o registro. Compete às autoridades públicas o reparo dos injustiças que se cometem no País contra brasileiros que num movimento de protesto ou de reivindicações com determinados pontos de vista são representados com [illegible], [illegible] e baderneiros. Mas infeliz da Nação [illegible] de povo que não [illegible] registrar na sua História [illegible] de injustiças, movimentos de protesto e de reivindicações, próprios dos povos que aspiram um lugar ao sol e o seu desenvolvimento.

Protestamos da tribuna da Câmara dos Deputados, porque o que se viu ali praticado contra uma mãe brasileira, uma artista brasileira, uma mulher brasileira, toca as raízes do inqualificável, do inadmissível e do intolerável. (*Muito bem*).

ANEXO N.º 1.28

N8-PAD-CSS.221.2,p.101

Salário profissional do Motorista

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, acabo de receber do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários, anexo do Estado do Espírito Santo, o seguinte ofício:

"Prezado Senhor:

Com o presente solicitamos de V. Exª o especial favor de dá uma rápida tramitação e aprovação ao Projeto de lei nº 715-68 (substitutivo aprovado na Comissão de Legislação Social), resultante da fusão dos projetos apresentados pelos nobres Deputados Floriceno Paixão e Francisco Amaral. Que estabelece o salário profissional para os motoristas, não inferior a 2 vêzes o salário mínimo Regional.

Contribuindo para aprovação dêste Projeto estará V. Exª beneficiando Social e econômicamente a família dêstes trabalhadores que fazem circular a maior parte da riqueza Nacional.

Saudações, *Francisco de Almeida Pinto*, Presidente".

Devo declarar, Sr. Presidente, que a classe de motoristas profissionais presta à Nação e à sociedade um grande serviço. Pela sua própria expressão, esta classe tem direito de pleitear, na elaboração de uma legislação social justa, melhor posição que a atual.

Temos apreciado, em estradas asfaltadas, em todo êste Brasil, por vários caminhos e o que mais seja o esfôrço do motorista profissional, que não é superior a de nenhuma outra classe, mas que representa uma contribuição à integração dêste País, sobretudo solução de problemas vitais para as populações.

Na cidade ou no interior, na zona urbana ou no sertão, a contribuição de trabalho, de operosidade da classe de motoristas [illegible] tem um registro destacado na [illegible] desenvolvimento desta Nação. Por isto, Sr. Presidente, [illegible] nos a V. Exª e à Câmara, através desta tribuna de onde se fala à Nação, seja feita justiça ao motorista profissional, através da rápida tramitação e aprovação do Projeto de lei nº 715-68, resultante da fusão dos projetos apresentados pelos nobres Deputados Floriceno Paixão e Francisco Amaral. Este projeto estabelece para motoristas salário profissional não inferior a duas vêzes o salário mínimo regional.

Outra mensagem, Sr. Presidente, vinda também de áreas trabalhadoras, é o telegrama que recebi no seguinte teor:

"Solicito V. Exª especial obséquio interceder junto Diretor Diário Oficial publicação urgente portaria ministerial 1.171 referente aumento salarial marítimos Pôrto Vitória. Alvimar Paulino Souza e Hécio Vicente Silva".

São os dois signatários membros da Diretoria do Sindicato dos Marítimos.

Está aqui, Sr. Presidente, o apêlo que faço, em nome de duas laboriosas classes, àquelas que detêm responsabilidades e àquelas a que está afeto a solução dêsses problemas parciais, que, somados, se ressaltam nas reivindicações sociais do povo brasileiro. São classes que hoje, estão temerosas até de reclamarem os seus direitos. Ninguém, mais, neste País, sabe o que é efetivo direito e o que é abuso, o que é protesto e o que é subversão. Ninguém sabe o que é democracia nem o que é comunismo. Então, as classes ficam fazendo aquêles apelos lamuriosos aos homens que detêm o destino dêste País, e de uma forma mais corajosa à Câmara. Quando não são dirigidos à área da representação popular, êsses apelos são quase de humildade, são quase súplicas, pois as classes têm receio de que as suas manifestações honestas, que deveriam ser viris, sejam mal interpretadas, decorrendo no prejuízo de suas próprios interêsses. (*Muito bem*).

N8.PRO.CSS.221.2.P 102

ANEXO N.º 1.29

O SR. MARIO SÜMBEL

(Pronunciado) — Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Senhores Deputados, tenho em mãos o jornal "O Globo", que passo a ler:

"O Superior Tribunal Militar concedeu habeas corpus, por unanimidade, ao líder dos trabalhadores de petróleo, Sr. Pedro Pomar, Pedro Ernesto Sumbel, detido pelo Exército — ao fim de março de 1964 — sob a acusação de haver participado de reunião em Belo Horizonte com o objetivo de criar a Federação dos Sindicatos de Petróleo.

Disse o Ministro Peri Bevilacqua, ao justificar sua decisão de não considerar crimes pelos quais o acusam atividades sindicais, pois isso é negar da competência do Ministério do Trabalho. O Sr. Pedro Sampaio, que é também presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Nacionais de Petróleo, estava detido desde o dia 18, ao regressar do Congresso de Contagem, do I Encontro. O pro. Sobral Pinto, na sustentação oral da defesa, declarou que a lider sindical exerceu um direito que o Constituição permite a todo cidadão brasileiro, qual seja o de participar da vida nacional, e que era preciso fosse assim, já que a prisão é um instrumento de intimidação dos trabalhadores, visando a criar a calma de modo entre a classe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se muitas pessoas, inclusive nesta Casa, desejam pedir a razão de uma certa atividade que se noto pelo menos geral de prisão, que é se faça civil e forças militares, para se encontrar uma razão legal, uma explicação mais ou menos lógica, um lider sindical vai participar de uma reunião de trabalhadores para a defesa de sua categoria, e o Exército daquela região diz que a Constituição e a Lei proíbem os sindicalizados, e que aquela reunião é subversiva. Pelo simples fato de isso não agradar a determinados escalões sociais deste País, estados que dominam a lei, escalões que pensam dominar a opinião, escalões que dominam a administração pública em todos os seus setores, pelo simples fato de não gostar uma reunião dessa natureza ou pensar que ela vai prejudicar os seus interesses, dessas ameaças, de ameaça de um líder sindical no exercício de sua função específica.

Ora, Sr. Presidente, foi o próprio Tribunal Superior Militar que concedeu êste *habeas corpus*, por unanimidade, ao líder dos trabalhadores de petróleo, Sr. Pedro Pomar Sampaio Fernandes, detido pelo Exército, sob a alegação, repito-o, de haver participado numa reunião em Belo Horizonte, com o objetivo de fundar a Federação de Trabalhadores de Petróleo. Esta é uma das explicações da fôrça psicológica que se está instalando neste País, com a invasão das áreas locais, com a invasão das áreas de atuação dos líderes civis nomeados na sua competência e no exercício das suas atribuições. Cessem êsses abusos, cessem essas inconveniências, cessem essas invasões de jurisdição e veremos que essa hostilidade aparente, essa somatização psicológica deixará de existir. Não há notícia de nenhum civil que tivesse sido detido pelo simples fato de pretender dar instrução militar, ou de querer dirigir quartel, ou de desejar arrogar-se em autoridade em assuntos de defesa nacional. Isto é que está criando no País êste clima para o qual alguns Deputados solicitam, inclusive do Governo, se possível, a decretação do estado de sítio, emprestando a sua solidariedade a um movimento que deve decepar suas próprias cabeças e que arrancará suas próprias prerrogativas. A Nação não precisa de muitas luminárias; a Nação tem uma experiência estribada na lei, no texto constitucional; não precisa de esclarecidos que venham a criar aqui algumas propícios à ampliação de direitos de outros poderes. Quando muito, se possível, e quando houvesse a compreensão suficiente, deveríamos, isto sim, amparar e defender as prerrogativas tão ameaçadas do próprio Poder Legislativo.

Sr. Presidente, não podia também deixar de consignar aqui uma palavra de respeito, de homenagem e de agradecimento ao funcionalismo desta Casa, ao funcionalismo do Estado do Espírito Santo, ao funcionalismo público brasileiro, pela data quem transcorrida.

Desde o início de minha carreira sou um homem de quem dependido do funcionalismo. A ele devo em todos os escalões em que êle se encontra o algum sucesso que tive na minha vida pública. Casado com servidora pública, que durante 20 e tantos anos exerceu com modéstia, honestidade e eficiência suas funções tenho obrigação de sobra de participar das lutas, de solidarizar-me com os anseios, com as esperanças do funcionalismo público deste País e, tanto quanto possível, não causar-lhe decepções maiores, o de juntar-me a êle em busca de soluções justas e razoáveis para os seus problemas e os de todo o povo brasileiro. (*Muito bem.*)

NB PRO. CSS 221.2.p.103

CONSELHO DE SEGURANÇA
PROJETO Nº CÂMARA
Nº SENADO
DO de / / -CF-CN Pg
DO Nº / de /

O SR. MANO COUTINHO:

(*Comunicação — Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, no começo da semana, recebi um telegrama, nos seguintes têrmos:

"Solicito a V. Exa. especial obséquio interceder junto Diretor *Diário Oficial* publicação integral Portaria Ministerial 1.471, referente ao aumento salarial dos marítimos, no Pôrto de Vitória, Alvaner Pauline de Souza e Hélio Vicente Silva."

Sr. Presidente vim à tribuna e, além de vir à tribuna, tentei comunicar-me com a Imprensa Oficial. Tenho vários e seu titular, entendi-me com o seu substituto e vim a saber que a Portaria Ministerial, assinada pelo Sr. Mário Andreazza no dia 19 do mês próximo, ainda não chegara à Imprensa para publicação. Enquanto isto ocorre, em Vitória encontram-se os trabalhadores marítimos, com a majoração salarial de cêrca de 100%, esperando os benefícios pela Comissão de Revisão Salarial do Departamento de Vias Navegáveis e outros órgãos, ainda não foram cumpridos pela administração do Pôrto de Vitória.

Sr. Presidente, o Governo só recebe do povo críticas. O ambiente dêste país é de intranqüilidade. Nessa publicidade vê-se bombardeamento de negócios, aos gritos diversos contingentes à ânsia de auxílio, e das Forças, os estabilizadores dêste País. Não negamos ao Sr. Presidente da República a impressão que êle possa ter de ser um homem de bem, cercado de boa vontade, indutor no entendimento e pacificação. Admitimos que os setores interessados em proteger o pessoal do Presidente, que cercam os ideais que dêle se devem revelar, não se preocupem com a cobertura à pessoa do Presidente da República e às suas manifestações públicas de pacificação e entendimento, fazendo que os direitos dos brasileiros sejam efetivamente garantidos e assegurados e executadas as decisões possíveis e inadiáveis.

Protestamos, Sr. Presidente — protestamos passar, nesta Câmara, das lamúrias e apelos para os protestos — contra essas afirmações do Governo, de que trabalha para o homem para o seu engrandecimento e para o prestígio do trabalho honesto que combate a corrupção, a imoralidade, a mendicância e o atraso. Ao contrário, delongam-se as medidas ansiosamente esperadas pelas classes assalariadas. O trabalhador aguardou que a revolução se convencesse de que êle não era subversivo. A revolução cassou quase tôdas as conquistas dos marítimos e dos portuários. Os portuários e marítimos aguardaram as decisões legais e administrativas pa-

elementares. Em todo tôrno, a inflação vibra em alta. [illegible] impossível não, [illegible] Aumenta o custo [illegible] e [illegible] se [illegible] ram [illegible] que a [illegible] se convencesse de que a classe trabalhadora não é um aglomerado de comunistas e de subversivos; que são homens que trabalham e constituem para a grandeza dêste País, tanto quanto os empresários fazem no Brasil. A Classe trabalhadora [illegible] efetivamente, a máquina que a administração manipula para o engrandecimento dêste País.

Por que então, Sr. Presidente, esta dificuldade, êstes entraves, êstes empecilhos ao cumprimento de decisões imediatas para a classe trabalhadora?

O Sr. Ministro Mário Andreazza, efetivamente, parece-nos um homem aberto ao diálogo e demonstra a exata compreensão de ser o titular de um cargo público. Não é uma dama, não é uma entidade. S. Exa. é, apenas, o detentor de um cargo público, no exercício de funções que lhe são atribuídas pelo País, pela Constituição, não fazendo favores nem benesses. Cumpre êle o seu dever no exercício da função que a Lei lhe atribui e na confiança que a administração lhe oferece.

Assim, através de sua assessoria nesta Câmara, peço ao Sr. Ministro Mário Andreazza que determine o envio imediato daquela portaria ministerial à Imprensa oficial para publicação.

Aos trabalhadores de determinados escalões não pode faltar 20, 60 ou 90 dias de espera para receber o aumento. Não para o pequeno trabalhador, para o seu filho e para a sua esposa, para esse desgraçado que tem enfrentado com bravura o seu sacrifício [illegible] atribuição para o reerguimento dos interêsses nacionais e progresso brasileira, a êle faz muita falta, precisa um abono imediato. A Nação tem de se voltar para êle.

Reiteramos nosso protesto contra essa injustiça, contra essa delonga injustificável.

Peço, ao ensejo, oportunidade, para aludir-me com a classe dos comerciários, que amanhã há o seu dia. Como todos os dias neste País, é dia de angústias, dia de esperanças, dia de decepções, dia de crenças, mas, sobretudo, mais um dia de confiança ativa de trabalhador para a grandeza de uma Pátria que tem estabelecido escolas para tudo, que tem especialistas para tudo, que tem especialidades preferenciais para tudo, mas tem relegado essa classe que a riqueza de si mesma, que luta, à educação, ao conhecimento e ao aprimoramento na conquista dos bens mais primários para a sobrevivência de cada grupo de cada família, de cada pessoa.

A essa pobre classe, a essa esperançosa classe, a essa classe de trabalhadores, a essa classe que não tem uma representação muito expressiva no Congresso e que não tem representação alguma em nenhum dos conselhos da República, aos comerciários a nossa saudação de respeito, a nossa manifestação de esperança de que um dia haverá neste País justiça social para todos, que poderão se orgulhar de viver nesta Nação, nela trabalhar e contribuir para sua grandeza, livres de medo, livres de perseguições mesquinhas, livres de aliciamentos criminosos, livres, portanto de serem remoleiros, os cabeades de uma Nação. (*Muito bem.*)

CONGRESSISTA [illegible] GURGEL
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
DC de [illegible] SF-CN Pg [illegible]
CO Nº [illegible]

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 104

ANEXO Nº 1.31

[illegible] GURGEL:

[illegible] Sem [illegible] do [illegible] Presidente, todos nós [illegible] que [illegible] movimento que [illegible] de 1964 [illegible] estabelecidos [illegible] e de manifestações [illegible] possibilitando [illegible] apoderamento [illegible] a competência [illegible] do Estado. [illegible] sobre o País, [illegible] da Aliança Liberal. A [illegible] do Direito Trabalhista [illegible] velhas estruturas, as [illegible] classicas, essas [illegible] se [illegible] do campo, ou [illegible] os [illegible] para [illegible] dos da [illegible] social, [illegible] só [illegible] de um [illegible] entendimentos. [illegible] que se foram [illegible] depois do aparecimento do Direito Trabalhista, vem [illegible] [illegible] de resistências da [illegible]. Apesar das modificações [illegible], continuou a haver uma [illegible] e uma classe dominante [illegible] País. A classe dominante [illegible] de fazendeiros de [illegible] de impostos comerciantes, [illegible] chamar no Brasil, [illegible] de classes produtoras, [illegible] ofensa, [illegible] vezes, [illegible] de [illegible] própria produção.

[illegible] de 1964, patrocinada [illegible] de uma explosão, [illegible] complexos existentes em [illegible] desta País, decidiu [illegible] conduzir a [illegible] social muito [illegible] de 1930.

[illegible] as áreas que não [illegible] transformações [illegible] de 1930 [illegible] Brigando o País [illegible] Social Democrática [illegible] o Partido Trabalhista [illegible] candidato e [illegible] um [illegible] o PTB para [illegible] do PSD, o [illegible] do PSD fez [illegible] sempre eleitor [illegible] os trabalhadores, [illegible] sempre [illegible] interesse e nos seus [illegible] para [illegible] determinada a combatir [illegible] classe que os explorava [illegible] para votar no PSD [illegible] PSD estava sempre [illegible] votos dos trabalhadores. [illegible] estrutura como a nossa e com uma liderança como a que tínhamos, efetivamente haveria de degenerar no movimento que atingiu o seu ápice em 1964, quando a classe trabalhadora, consciente do seu papel, observando a experiência dos outros povos, sentiu que ela, sim, a classe trabalhadora, contribuía efetivamente para o desenvolvimento do País, sim que houvesse necessidade de uma guerra declarada contra o capital ou de uma hostilidade absoluta entre um escalão e o outro.

Acontece que a outra classe não se conformava. Queria os banquetes, os uísques, as recepções pomposas, os automóveis de último tipo, os passeios à Europa. Queria o mando, o domínio e os privilégios todos para ela e não para os outros.

Surgiu, então, a Revolução de 1964. Que se verificou? Dizia-se por aí que os marítimos ganhavam fortunas, eram os milionários, os barões, percebendo mais do que os Generais do Exército.

Este, sim, foi um trabalho preparativo, psicológico, sutil, de lançar as classes ramadas, os escalões mais superiores, contra a classe trabalhadora. E teve seu êxito, porque a outra classe tinha consigo a televisão, o rádio, o boletim, a administração, os áulicos, e lançou mão de todos esses elementos e ingredientes para organizar o movimento de repulsa, o movimento de combate, o movimento de repúdio ao trabalhador brasileiro.

A lei, Sr. Presidente, estabeleceu que determinadas tarefas exercidas pelo trabalhador se constituem em tarefas perigosas, repugnantes, repulsivas, que não só reduzem, através do tempo e do exercício, a capacidade do trabalhador, do homem, como levam à própria limitação da sua vida.

Sàbiamente, através de reivindicações, de convenções, de lutas, de greves, de movimentos paradistas, o trabalhador foi conseguindo alguns direitos, obtendo algumas prerrogativas, melhorando a condição social da sua área e preparando, por certo, um lastro, um destino melhor para sua família.

Mas a outra classe não queria. Tranquilamente assentada nos altos conselhos, entre o mate gelado, os ventiladores, os tapetes, a iluminação fluorescente, essa classe é que estabelecia o que era certo e o que era errado.

Toda vez que se assentava na mesa redonda o homem simples, o trabalhador mal vestido, que não tinha cultura suficiente para debater aquêles assuntos de alta indagação jurídica, como o da Convenção de Genebra, como o da Convenção de Paris, como o da convenção dos tratados trabalhistas, cujas citadões eram feitas em latim, havia um arrepio, uma espécie de ironia surda, numa manifestação de intolerância de uma classe com a outra.

Veio 1964 e consagrou a vontade da classe dominante.

Adicionais de periculosidade e de tarefas difíceis devem ser pagos a trabalhadores como, por exemplo, ferreiros, caldeireiros, eletricistas e outros, cujos serviços, perícias científicas vieram demonstrar que limitavam a vida. Concordaram os juristas e os cientistas em que essas tarefas davam direito não só a uma aposentadoria mais breve, como também a um aumento de salário que compensasse cuidados especiais com os trabalhadores que as desenvolviam.

A Companhia Vale do Rio Doce, que todos conhecemos, distribui minérios, em pedestais, aos seus hóspedes. Hospeda seus visitantes num prédio monumental, chamado Cauê, com piscinas e jardins; oferece-lhes banquetes. Os seus engenheiros, os seus hóspedes ilustres e os seus técnicos fazem viagens à Europa. A Vale do Rio Doce possui frotas de navios e residências pomposas.

Os carros dos seus engenheiros, dos seus técnicos são sempre automóveis de última moda, para confôrto efetivamente [illegible]. Mas por que, então, nega o adicional de periculosidade aos seus operários? Por que razão se estribam no Movimento de 1964, que foi destinado, segundo dizem os seus autores e realizadores, ao reencontro da Nação com a realidade democrática, que diziam não existir antes; por que razão, então, se utilizam do movimento feito pelos próprios brasileiros, para terem o sagrado direito de trabalhar neste País êles que contribuem com o seu trabalho, com o seu suor e com o seu sacrifício para o engrandecimento da Pátria comum; por que se valem de um movimento revolucionário, para negar o direito de sobreviver a quem trabalha? Sr. Presidente, isto é convidar para o comunismo, para a subversão, para a rebelião. Utilizar a lei para negar ao homem que trabalha, ao desgraçado que, da manhã à noite, trabalha, enquanto os técnicos estão na televisão, suas famílias nas piscinas, nos seus apartamentos com ar refrigerado; negar aos trabalhadores que suam, que lutam, o direito de sobreviver, ou, pelo menos, de viver; isto, Sr. Presidente, redunda em rebelião, em insubordinação. Força-se o homem a conseguir, de qualquer modo, o que se nega em função da lei.

Chamamos a atenção da Companhia Vale do Rio Doce e dos escalões superiores da República para o fato de que não se pode negar o que a lei concedeu ao trabalhador; ou, então, se está desejando saber se o trabalhador tem a coragem de conseguir, por qualquer meio o que a lei lhe poderia conferir tranquilamente. E isto a Lei já fêz (muito bem).

NB-PRO-CSS-221-2-1-P-105

CÂMARA
SENADO
SF-CN Pg 16

O SR. MÁRIO GURGEL:

(Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, escrito-rio da Câmara dos Deputados, peço o favor de me ouvir, para que eu não cometa [illegible] Senhor Presidente, Srs. Congressistas, peço, pelo menos, 15 de Brasília um protesto o mais veemente, contra um estado de coisas que está reclamando desta Nação um pouco de meditação e providências as mais urgentes.

Proclamada a abolição dos escravos em 1888, por aforma como foi feita, a grande massa negra que enchia as fazendas, pela vontade do Brasil, desassistida, desorganizada marginalizada, passou a constituir, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, um triste espêlho da luta na qual se batem tantos homens de letras, tantos professôres, tantos jornalistas, tantos idealistas.

De 1888 a esta data, apesar das conquistas sociais que se registram nesta Nação, apesar de o Brasil ter visto a transformação da Monarquia em República, apesar de termos oferecido o contingente de nosso esfôrço em duas guerras mundiais, das quais participaram negros e brancos, apesar de ter nascido para esta Nação grandes, largos e imensos horizontes de progresso, verificamos, com tristeza, com amargura, que os homens que descendem da raça negra e procuram se assimilar dentro da população brasileira são preteridos. O panorama que se nos apresenta é de profunda marginalização do povo negro, dentro dêste País.

Sofrem-se as restrições dos negros, mulatos e mestiços, sob a alegação hipócrita, farisaica de que não existe preconceito no Brasil. Entretanto, os prostíbulos de nossa Pátria constituem a fôrça de vergonha da desorganização social de uma Nação cristã que tem 70 a 80% de môças negras porque não conseguem colocação decente, oportunidade válida. As cadeias, os presídios e tôdas as formas de aviltamento da pessoa humana estão cheias de negros, total ou parcialmente, reconhecidos pelos [illegible] como [illegible] de cidadãos de segunda categoria. [illegible] da diplomacia brasileira, [illegible] não existe discriminação racial, os negros têm 0% apenas de meninos nas escolas e 1% de jovens nas universidades e as universidades não encontram possibilidade a fim de ingressarem [illegible] e [illegible] oportunidades [illegible] Pois [illegible] os seus Pais.

Ainda ontem, lendo o *Jornal do Brasil*, verificamos que o Conselho Nacional de Mão de Obra Rural, através de uma reunião oferecida pelo Ministério do Trabalho, que [illegible] colocar môças negras [illegible] Pais porque os empregadores se [illegible] sob a alegação de [illegible] boa aparência.

Ainda ontem, também, o *Jornal do Brasil* noticiou que no Rio Grande do Sul, em determinada entidade social é proibido o ingresso de negros.

Sentimos que nos falhem de inspeção, nas escolas primárias, nos ginásios, nos cursos científicos, nas universidades, nos estabelecimentos das Fôrças Armadas, na diplomacia brasileira, nas escolas, enfim onde se exige o acesso de pessoas que possuam cultura e cultura, o negro está quase a zero, porque [illegible] dêle a oportunidade de participar, igualmente, do progresso e do advento da civilização neste País.

Assim sendo, Vamos lutar uma luta por uma oportunidade igual, para todos, brancos e negros.

Já iniciamos [illegible] de pedidos de informações [illegible]. Ocorre, no entanto que os nos respondem ou nos fornecerem dados estatísticos insuficientes para que pudéssemos comprovar a existência dessa hipocrisia brasileira, que é a segregação racial, a discriminação social, atingindo a raça negra de forma muito especial.

Sr. Presidente e Srs. [illegible], acabo de estar a atriz e folclorista Katherine Dunham e, posteriormente, a cantora negra norte-americana Marian Anderson. Essas môças vieram de um país onde o fôlho racial tem estabelecido as batalhas mais gritantes no entanto, se descobriram diante do tratamento nêle recebido. Uma por lhe ser recusada hospedagem no Hotel Esplanada, em São Paulo, a outra, por se ver impedida de se hospedar no Hotel Serrador, no Rio de Janeiro, são capitais de hipocrisia porque, embora digam lá que não existe discriminação racial, os negros têm 0% apenas de meninos nas escolas e 1% de jovens nas universidades.

Não há um dilema de côr, Sr. Presidente, neste País. Não podemos admitir que a inteligência e a cultura sejam privilégios de apenas uma raça dentro da Nação.

Êste o relato que queria fazer, Sr. Presidente, para que ficasse registrado, nos Anais do Congresso, sôbre episódio em que se procura arrancar a máscara da democracia brasileira, a fim de que se dêem aos negros brasileiros as mesmas oportunidades dos brancos, de acesso igual, nos quadros do progresso brasileiro! (*Muito bem. Palmas.*)

N8. PRO. CSS. 221. 2, p. 106

CÂMARA
SENADO
CD-SR-CN Pg

O N.º 1.33

Rel. 50/68

O SR. MARIO GURGEL:

(Com revisão do orador) — [illegible] Presidente, Srs. [illegible] a tribuna da Câmara dos [illegible] seja-me dado iniciar meu [illegible], propondo à Nação a busca de soluções válidas para um problema que tem sido colocado sempre no [illegible] da indiferença dos governos e, sobretudo, da própria população brasileira. Os estudos realizados ultimamente vêm mostrando que, a despeito da busca de soluções lógicas e práticas para o problema, ainda não se pôde ou não se quis — por ignorância ou por comodismo, por temor ou por desejo de não acreplar [illegible] mos que se vêm estabelecendo ultimamente em torno de setores das instituições brasileiras — devassar completamente o panorama em que se situa o negro na vida da sociedade brasileira.

Tôda vez que se aborda êste problema na imprensa, no [illegible] ou mesmo no Parlamento, vozes acomodadas e tímidas levantam de início uma cortina de impedimentos, bradando quase [illegible] que não existe preconceito racial, nem étnico, nem econômico em nosso [illegible]. No entanto, a realidade é tão flagrante, tão chocante, tão alarmante, que, mesmo a despeito de contrariar [illegible], temos de abordar o preconceito, temos de [illegible]-lo, temos de trazê-lo a plena consciência da Nação brasileira, para que ela decida, no retrato de seu próprio panorama, se é necessário ou não tomar providências mais enérgicas, antes que os ventos da rebelião, da violência, da insubordinação e, sobretudo, da [illegible] comecem arrepiar a sensibilidade deste País e, sobretudo, a sua própria segurança social.

Senhor Presidente, diz Martin Luther King, o pastor americano sacrificado nas lutas raciais em sua nação:

> "A tempestade está-se levantando contra a minoria privilegiada da terra e contra ela não haverá abrigo nem no isolacionismo, nem no [illegible]. A tempestade não se abaterá até que uma justa distribuição dos frutos desta terra permita a todos os homens viver com dignidade e decência."

Martin Luther King ofereceu a sua luta, o seu idealismo, o seu entusiasmo e a sua crença em favor da pacificação social do seu país. [illegible] êste país, que alcançou o mais alto ponto de desenvolvimento industrial, e que apresenta ao mundo soluções válidas para vários problemas, não tem encontrado, no seu progresso, na sua civilização, construída — diga-se de passagem, — com os mais efusivos desejos de pacificação, solução primária para um problema que tem desafiado a inteligência da nação americana. Sacrificado diante do ódio racial, êle não teve outras palavras senão estas:

> "Quando um govêrno tem mais riqueza e poder do que jamais houve notícia na história do mundo e não oferece mais do que isso, êle é pior do que um cego, é um provocador."

E dizia:

> "Os deserdados dêsse país, os pobres, tanto brancos como negros, vivem numa sociedade cruelmente injusta. Têm de organizar uma revolução contra essa injustiça, não contra as vidas de pessoas, que são suas concidadãs, mas contra as estruturas através das quais a sociedade se está recusando a tomar as medidas exigidas para levantar o fardo da miséria.

[illegible] Brasil, altos ou baixos [illegible]. V. Ex.ª [illegible]

O Sr. Benedito Ferreira — Sôbre [illegible] estatísticas sôbre o problema [illegible], permita por favor que eu [illegible] aceitar seu modo de ver. [illegible] V. Ex.ª conseguiu-me o [illegible] negro [illegible] papel [illegible]

N8-PRO-CSS-221.2, p. 107

ANEXO N.º

[illegible]

de enormemente e exigir das autoridades que façam os enquadramentos devidos na lei, porque a lei [illegible] para ser cumprida, para ser obedecida, [illegible] respeitada. Da mesma forma que [illegible] atualmente [illegible] entrega [illegible] e [illegible] cada uma com [illegible] suas [illegible] e peculiaridades, temos também essa classe a que V. Exª alude e que deve merecer, [illegible] e permanente, a nossa repulsa, porque é da tradição da gente brasileira [illegible] negros, amarelos, todos os indivíduos, de todas as côres, viverem debaixo da mesma bandeira [illegible] do mesmo [illegible], sob a mesma [illegible] de bem servir a nossa Pátria.

O SR. MÁRIO GURGEL — Nobre Deputado Eu Rosa, vamos ver o que diz Abdias do Nascimento, no seu livro "O Negro Revoltado na Rota do Preconceito". Não se trata, Senhor Deputado, de determinados indivíduos ou energúmenos. O panorama geral dêste País é o da segregação racial. Veja V. Exª: a única atividade em que o negro aparece com destaque e o futebol, com 32%, os pardos com 33% e os brancos com 13%. Nos assaltos e furtos, os negros entram com 85%. [illegible] para os brancos em estabelecimentos e [illegible] indébitas, em que êstes entram com 18%. Quanto à educação, no Instituto de Educação, Colégio [illegible], Colégio Pedro II e Colégio [illegible], registram-se apenas 8% de negros; nas universidades, 6% de negros, 13% de pardos e 24% de brancos; [illegible] ginásios, 9% de negros, [illegible] e 61% de brancos; no curso [illegible]: 18% de negros, 25% de pardos e 57% de brancos.

"[illegible] o negro [illegible] e procura [illegible] aos ambientes mais elevados — diz a reportagem do [illegible] da Manhã" —, "chega a [illegible] de que tem pela frente [illegible] invisível: a segregação [illegible] do Brasil. São tem nome [illegible] é classificada, nem mesmo chega a ser admitida."

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Deputado [illegible] estatísticas mesmas [illegible] que jogar por terra sua [illegible] apresentada é válida. Se V. Exª [illegible] a comparação entre os quantitativos dos pardos e dos chamados [illegible], vai verificar como se [illegible] as vagas no Brasil.

O SR. MÁRIO GURGEL — O próprio Abdias do Nascimento diz que o nobre no Brasil, para ser admitido como gente, tem de virar branco...

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª comete uma injustiça contra a Nação brasileira. V. Exª sabe que a herança que os portugueses aqui nos deixaram não nos consente esse preconceito que V. Exª nos quer dar.

O SR. MÁRIO GURGEL — [illegible] dizo a V. Exª que existe um preconceito. [illegible] ao conhecimento desta Nação — onde se diz que não existe preconceito — a seguinte proposta: como não há preconceito social, racial, econômico e de cor, [illegible] Pois em que é possível constatar estas estatísticas, que não foram inventadas por mim?

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª vai ter um pouco de paciência. O eminente Deputado Eu Rosa colocou muito bem o problema, dizendo que há os fatos, há os quistos, como por exemplo, no caso do Rio Grande do Sul, onde as pessoas receberam dos seus ancestrais influências racistas.

O SR. MÁRIO GURGEL — Ouça V. Exª: entre 516 [illegible] fabris [illegible] pela reportagem, 112 eram negros. [illegible] que eram 124, somente 6 eram negros. Isto não acontece no Rio Grande do Sul, e sim na Guanabara.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Deputado, permita por favor que eu continue. V. Exª concedeu-me o aparte e não vai ser indelicado comigo. Se V. Exª atenta-se para os dados estatísticos e para aquilo que o nobre Deputado Eu Rosa enfocou, V. Exª verificaria que comete uma iniqüidade dando relêvo a um problema que não existe.

O SR. MÁRIO GURGEL — Não vê V. Exª desenvolver [illegible] uma tese.

O Sr. Benedito Ferreira — Pelo contrário. Estou tentando ajudar V. Exª, que [illegible] buscar uma solução para o problema.

O SR. MÁRIO GURGEL — Pedi para o problema uma explicação, que V. Exª não está dando e que o nobre Deputado Eu Rosa [illegible] há pouco, conforme seus sentimentos pessoais.

O Sr. Eu Rosa — Não! Não foi sentimento pessoal.

O Sr. Benedito Ferreira — Não existe segregação.

O SR. MÁRIO GURGEL — Vossas Excelências ofereceram explicações baseadas nos seus sentimentos pessoais.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª também expressa o seu sentimento pessoal.

O SR. MÁRIO GURGEL — É possível que não haja racistas na Câmara, mas o racismo existe.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª apaga dentro dessas estatísticas, mas o problema é muito mais econômico do que pròpriamente político. No caso específico dos negros, V. Exª sabe que a origem dêles é agrária e sabe também das iniqüidades que se cometem contra o homem da zona rural.

O SR. MÁRIO GURGEL — A origem dos brancos é também agrária.

O Sr. Benedito Ferreira — Quando os negros vinham da África eram especialmente levados para os campos agrícolas.

O SR. MÁRIO GURGEL — De onde vinham os brancos, se aqui não havia indústria àquela época?

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª não faz justiça ao povo brasileiro.

O SR. MÁRIO GURGEL — Não faço justiça, nem injustiça; analiso o problema.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª não tem o direito de generalizar esta acusação à Nação.

O SR. MÁRIO GURGEL — Não posso dizer que V. Exª seja racista, mas negar que neste Nação existe racismo, diante daquilo que dizem as estatísticas, é impossível, Deputado.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exª cita 47 % de mulatos...

O SR. MÁRIO GURGEL — Não podemos analisar o problema na Nação à base de nossos sentimentos pessoais. Temos de ser frios, temos de ser conscientes e temos de basear-nos na própria inteligência, civilização e cultura dêste País para fazer a análise isenta dos nossos problemas, confessar humildemente nossos próprios erros e corrigi-los corajosamente.

O Sr. Benedito Ferreira — A estatística que V. Exª referiu agora mesmo, como elemento para corroborar sua tese, é um desmentido formal de que haja racismo no Brasil. Se V. Exª cita 47 % de pardos, isto é a prova sobeja de que não há racismo. Se há fogos, é outra história. Mas queria concluir. O problema do acesso dos negros aos escalões da pirâmide social é eminentemente econômico em nossa Pátria. Se as [illegible] são originárias da agricultura, se vem para os centros urbanos sem qualificação profissional e [illegible], é evidente que não podem propiciar a seus filhos o ingresso à Universidade porque desgraçadamente [illegible] o estudo universitário [illegible] ser privilégio dos ricos, mas [illegible] desta ou daquela côr.

O SR. MÁRIO GURGEL — Negro rico neste País é muito [illegible]. Negro rico neste País é [illegible] muito difícil. A não ser que V. Exª cite outras estatísticas sôbre o problema não podemos aceitar seu modo de ver. Conheço negro apanhando papel, ven-

NE. PRO. CSS. 221.2, p. 108

[illegible]

... Ministério ... Ministro da Marinha ... Escola Superior de Guerra ... [illegible]

[illegible] ... o negro não [illegible] ...

O SR. [illegible] — V. Exª [illegible] ... do que se [illegible] ... nos Estados Unidos [illegible] ... também do [illegible] ... uma faixa [illegible] ... racial, que [illegible] ... do português [illegible] ... essa divisão [illegible] ... procurando desp[illegible] ... sentimento racial, que não [illegible] grave no Brasil [illegible] ... consciência que [illegible] está adquirindo no mundo [illegible] ... problema é dar [illegible] a dignidade também ao homem de côr. Devo lembrar a V. Exª o que aconteceu a José do Patrocínio, o grande orador e escritor de minha terra, de Campos, que só conseguia [illegible] ... quando era [illegible] que o chamava de negro. Uma vez, falando num [illegible] ... do advento da República, [illegible] ... um poeta, que conhecia o seu temperamento, gritou lá das galerias: "Cale a bôca, negro". E êle respondeu: "Negro, sim, porque Deus me deu a côr de ébano, para apagar [illegible] ... com ciúme".

O SR. MARIO GURGEL — Muito obrigado a V. Exª, Sr. Deputado [illegible].

[illegible] um telegrama ao Sr. [illegible], solicitando informações a respeito da presença do negro nos escalões da administração pública no setor da Presidência da República. Respondeu S. Exª:

"Em resposta ao seu telegrama, no qual solicita dados sôbre negros e mestiços, lamento informar, em virtude da ausência absoluta de discriminação racial" — e isto é trágico neste País — "na seleção do pessoal da Presidência da República, não ser possível atender de pronto o seu pedido. [illegible] Pacheco, Chefe do Gabinete Civil da Presidência".

Mas diz a informação:

"No Supremo Tribunal Federal nenhum Ministro é negro".

Como não há nenhum entre os Ministros de Estado, tampouco entre os membros do chamado escalão intermediário da administração do País. Pode não haver discriminação racial nem de côr, mas a verdade é que se constata que, enquanto uma parte da Nação é representada excelentemente na administração pública, Deus privou, neste País, o negro da inteligência, do direito de acesso à cultura e o privou, também, do direito de protestar contra essa injustiça, de protestar contra essa segregação intransponível neste País. E, sobretudo, Deus privou o povo brasileiro da inteligência para compreender que só se resolvem os problemas de uma nação, abrindo o debate em tôrno dêsses problemas. E, com humildade, reconhe-

[illegible] ... afirmação, como V. Exª, que a discriminação [illegible] ... Ela [illegible] ... Deputado [illegible] ... Sabe V. Exª que a origem do negro em nosso País é tôda ela baseada na imigração africana, através do comércio da escravatura. É natural, assim, que o prêto, num processo em [illegible] deslocado quase como animal de trabalho e carga, ocupando as [illegible] camadas sociais, tivesse o [illegible] sôbre êle, naqueles dias difíceis da nossa História, o menosprêzo do [illegible] da população. Esta [illegible] de nível social contribuiu, sem dúvida, para a discriminação a que V. Exª se refere. Ela tem sido diminuída aos poucos através dos anos. Seria — tem razão V. Exª — hipocrisia negar que ela ainda é um resíduo, um resquício mais atuante em determinadas áreas de nosso País. Não ousaria pretender se afirmasse que a discriminação ganha no Brasil aquêles coloridos de ódio que tem, por exemplo, nos Estados Unidos da América do Norte...

O SR. MARIO GURGEL — Nem o estou afirmando.

O Sr. Dola Vieira — Há o aspecto, inclusive, em que vemos o prêto e o mestiço ganhando o aplauso e o entusiasmo até mesmo dos brasileiros. Ainda há pouco tivemos, em concurso de beleza, mulheres de origem negra ocupando lugar de destaque e de realce, merecendo o aplauso e a admiração de todos os brasileiros. Mas não negamos que em áreas específicas e instituições fàcilmente definidas a discriminação haja essa preocupação de impedir a presença de pessoas de côr. Gostaria que V. Exª, nas estatísticas que expôs, lembrasse êsses aspectos. Em primeiro lugar a dificuldade de acesso que tem o prêto aos níveis mais altos da comunidade em função da sua origem humilde na História do Brasil. Êle ocupa as camadas sociais mais baixas porque surgiu como homem escravo, como coisa possuída, como pertence, e só aos poucos, mercê de golpes históricos, inclusive da gloriosa repercussão de uma libertação de escravos feita com sangue e sem sacrifício, tem conseguido galgar alguns degraus na escala social. Ainda hoje sofre essa marca, essa dificuldade de ser aquêle que participa com percentual maior das camadas mais humildes. Por outro lado, insistiria com V. Exª — há, em geral, na índole e na formação do brasileiro uma aceitação para tôdas as raças, para todos os credos e cultos e uma natural tolerância no sentido de que a própria miscigenação se processe, permitindo a formação de um nôvo homem, o homem brasileiro, racial, espiritual e psicològicamente adaptado às características da nossa terra. Insisto em que merece aplausos a posição de V. Exª no [illegible] de combate, com um entusiasmo que cabe muito bem na figura de V. Exª, êsses resíduos de discr

N8. BRO. CSS. 221-2, p. 109

ANEXO N.º

O Sr. Presidente — Não tenho [illegible]. V. Exª é nosso [illegible].

O Sr. Adylson Motta — [illegible] Mário Gurgel, pronunciou [illegible] Será cópia com [illegible] que, como confirma [illegible] o nobre Deputado Fon Rosa. Venho ao [illegible] de agurtes [illegible] para aplaudir a atitude [illegible] que assume, nesta [illegible], o nosso eminente colega Mário Gurgel, e dou [illegible] S. Exª o meu testemunho de que tem razão, sobretudo pela prova [illegible] estatísticas que apresenta perante esta Casa. Quero, ainda, acentuar que o que diz S. Exª aqui nele é exatamente, em outras palavras, o que explicou, em magnífica reportagem, a revista "Veridade". Há cêrca de três meses. Ela mesmo fêz a oportunidade de denunciar também dêste fôro um caso de discriminação racial realizado no meu Estado, onde um estudante de nacionalidade cubana [illegible] sidente de um clube social. Impedia e entrada de um estudante que [illegible] o simples fato de ser negro. E mais um caso. Então, com estas considerações [illegible] disse o Deputado Mário Gurgel que há também uma impunidade [illegible] te no que diz respeito a esta [illegible] racial em nosso País. E estou de acôrdo com S. Exª quando [illegible] êste assunto como hipocrisia racial. Essa hipocrisia chega a ser até chistosa num país miscigenado como o nosso. Ela teria razão de ser na Alemanha, num país ariano. Mas num país como o nosso, caldeado pelo negro, pelo índio e pelo europeu uma hipocrisia chistosa e tem uma classificação bem nítida naquelas palavras de Getúlio Vargas, que disse certa vez: "Quem quiser apontar o seu rabo étnológico no Brasil tem de ir à cozinha ou tem de ir às senzalas", significando que todos nós temos sangue de negro, todos nós temos sangue de índio e todos nós temos sangue de europeu. Portanto, deixo aqui a minha solidariedade ao Deputado Mário Gurgel, que, com a sua autenticidade e com a sua coragem, vem abordar êste problema, o que talvez não agrade àqueles que não querem encarar de frente problemas sociais novos como êste, que se apresenta em nosso País atualmente. Era apenas o registro e a solidariedade que queria deixar neste aparte.

O SR. MÁRIO GURGEL — Senhor Presidente, em reforço aos meus verdadeiros sentimentos pessoais nesta Casa, desejo declarar, de forma solene e enfática, que nada tenho a reclamar. O meu discurso não tem fundamento em qualquer restrição, em qualquer impedimento, em qualquer obstaculização que não a [illegible] recebido, psicológica, ou politicamente, ou de outra forma, de qualquer dos Srs. Deputados ou da Câmara dos Deputados em si. Quero, honesta e sinceramente, na eventualidade de perder êste mandato, prestar à minha raça, aos meus irmãos de côr, o depoimento da luta, o testemunho da minha crença fiel e sinceramente ligada às raízes que fizeram dar minha raça uma grande contribuição na fôrça desta Nação. Nada tenho a dizer contra a Câmara nem contra a Nação. Filho de seringueiro e de lavadeira efetivamente desconhecei na minha cidade tôdas as frações que um homem público pode ocupar. E estou na Câmara como o terceiro mais votado no Estado e o mais votado na região e o primeiro do MDB. Em função disso, em razão também dos significados, do decôro, da necessária contenção dos meus ímpetos [illegible] para servir como [illegible] em [illegible] de [illegible] social da [illegible] [illegible] deveres que [illegible] [illegible] negro, o [illegible] identifica em mim qualquer [illegible] qualquer tropêço, qualquer atitude de [illegible] contrária. Daí a cautela que desenvolvo em tôrno de meus passos e de minhas palavras, que são medidos mais do que os de outras pessoas, pois não desejo imprimir com qualquer palavra ou ação minha, o pêso, no futuro, aos negros que virão a lutar em uma posição na comunidade dêste País.

Agradecendo a V. Exª, Sr. Presidente, a tolerância quase inestinguível que teve para comigo, dedico à Câmara, no final dêste discurso, as palavras de Martin Luther King no desenvolvimento de seus temas:

> "Nada há de errado numa lei de trânsito que manda parar quando o sinal está vermelho. Mas, quando há um incêndio, o carro dos bombeiros avança o sinal vermelho e o trânsito normal se afasta ou para, a fim de deixar passá-lo. Ou, quando uma pessoa está à beira da morte, a ambulância avança todos os sinais vermelhos a alta velocidade. Há um incêndio lavrando agora pelos negros e os pobres desta sociedade. Eles estão vivendo em condições trágicas por causa das terríveis injustiças econômicas que os mantêm confinados numa "sub classe" — [illegible] Estados Unidos, cujos alguns exemplos aqui também — como os servidores a chamam. Por todo o mundo, gente cansada está a um dia de morte, devido a profundos fatalismos suicidas e econômicos. Vós e outros proclamam-se brigada de motoristas de ambulâncias, que se recusam a ignorar os sinais vermelhos do atual sistema, até que a emergência seja sanada". *(Muito bem. Muito bem. Palmas.)*

N8.PRO-CSS.221.2.0.130

CONGRESSISTA MÁRIO GURGEL
PROJETO Nº
CÂMARA
SENADO
DO
DO
Pg 7959

1.34

O Delegado Regional, segundo me foi declarado, a informação de que, apesar da decisão do Tribunal, não daria posse à nova diretoria.

Isto é também, senão desobediência, desacato Sadi Borges, uma provocação do Govêrno, através de um de seus delegados de confiança. Perguntamos ao Sr. Jarbas Passarinho, Ministro do Trabalho: 1º) O Ministério do Trabalho reconhece como válida, reconhece como legítima, reconhece como documento autorizado uma carta de sentença do Tribunal Federal de Recursos, da qual consta uma decisão unânime desta alta instância, ou neste País, nesta República, neste estado de coisas, êste documento não tem valia alguma? 2º) Tem o Delegado Regional do Trabalho do Estado do Espírito Santo autoridade para dizer que não reconhece a decisão do Tribunal Federal de Recursos e, portanto, não há que se corrigir o ato de intervenção, que foi um ato arbitrário, que foi um ato revolucionário, baseado nos dispositivos ainda dos atos institucionais?

Esta intervenção se procedeu de forma surpreendente, através da Capitânia dos Portos, tendo sido requerido, inclusive, o envio de dois navios de guerra, que ficaram com seus canhões apontados para o sindicato, enquanto se procedia a um ato financiado de intervenção em entidade sindicalista.

Sr. Presidente, não somos revolucionários. Aceitamos a revolução como um fato consumado e, tanto quanto possível, lutaremos para minar as suas fôrças naquêles aspectos que não se coadunem efetivamente com a consciência democrática dêste País. Respeitamos a revolução, suas autoridades, seus homens e suas decisões. Mas isso já é demais para nós, que fomos a Genebra, a Paris, à ONU, que convencemos os maiores luminares do Direito Trabalhista numa falsificação, numa contradição, numa hipocrisia sem precedentes na história do mundo civilizado. Enquanto fazemos tudo isso, proclamamos tudo isso, nos atos mais primários, mais banais demonstramos que não somos uma nação pelo menos à altura de respeitar a assinatura que colocamos nos documentos oficiais de suas convenções.

O Sr. Ministro Jarbas Passarinho tem merecido desta Casa respeito, consideração e, sobretudo, prêsto por um comportamento que reputamos de correção, comportamento que tem prestigiado o Govêrno e que serve.

Isto é um teste para S. Exª. O Govêrno interveio arbitràriamente no sindicato. A Diretoria procurou e obteve o pronunciamento do Tribunal competente. Agora precisamos saber porque o Govêrno deseja desprestigiar a decisão do Tribunal, proferida em recurso interposto por um dos homens mais cultos dêste País, o Dr. Jefferson de Aguiar, ex-Senador da República, ex-Deputado Federal, um dos advogados de mais tirocínio, de mais conceito neste País.

Desejamos fazer essa indagação ao Sr. Ministro Jarbas Passarinho e pedir que, com diligência, com urgência determine ao Delegado Regional do Trabalho que cumpra a lei e não desprestigie a Pasta ocupada por S. Exª, pois, apesar dos pesares, os trabalhadores ainda se voltam cheios de esperança, na expectativa de que aquêle Ministério continue a trilhar caminhos largos, limpos, leais, e não desfaça, por atos de prepotência, de arbitrariedade, de fôrça, as tradições que fizeram dêle o órgão onde buscam a solução de suas pendências e de seus problemas. (*Muito bem*)

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Comunicação. Sem revisão do orador.*) — Sr. Presidente, desejo trazer ao conhecimento da Câmara dos Deputados, e por seu intermédio ao conhecimento da Nação, que está ocorrendo no Espírito Santo, em fôrno do Ministério do Trabalho um fato surpreendente, inédito, e, sobretudo, que é assombroso.

Há alguns meses, o Ministério do Trabalho decretou intervenção no Sindicato dos Arrumadores, mais conhecido por Sindicato dos Doqueiros. Alegou-se que a intervenção era feita por ter aquela diretoria composta de homens indesejáveis da direção e inconvenientes legalmente do exercício dos cargos de direção. Lembro-me bem que uma das fichas de um dos suspeitos dizia que o pai tinha sido preso, certa vez, em 1935, em função de atividades subversivas, e como pai foi subversivo, por certo o filho também o será.

Estive pessoalmente com o assessor do Sr. Ministro do Trabalho. Enviei um telegrama, uma petição, uma carta ao Sr. Ministro Jarbas Passarinho, que silenciou sôbre o assunto, mantendo os têrmos da intervenção. A diretoria recorreu ao Tribunal Federal de Recursos, ganhando unânimemente nessa alta instância. Obtendo a carta de sentença, levou a diretoria prejudicada, à Delegacia do Ministério do Trabalho do Espírito Santo aquêle documento; recebendo

CONGRESSISTA: [illegible]
PROJETO Nº [illegible] CÂMARA
Nº [illegible] SENADO
DC de [illegible] CD-31-08 Pg 9997
DO Nº / do / /

N8 Pro CSS [illegible]

SR. [illegible] GURGEL:

[illegible] — *Sem revisão do orador* — Sr. Presidente, o "Diário [illegible]" do dia [illegible] de novembro [illegible] sob o título: "[illegible] Embaixador americano [illegible] O [illegible] do ilustre Embaixador americano [illegible] de tôda natureza:

"[illegible] ter cuidado de não [illegible] o elemento humano no [illegible] vimento agrícola, porque [illegible] que [illegible] e [illegible] — baixa produtividade e a pobreza [illegible] mais estreitamente [illegible].

Ainda há milhões de pobres rurais [illegible] no Brasil [illegible] não [illegible] com a economia [illegible], porque ainda estão [illegible] dela e que, sem [illegible] famintos e ignorantes, [illegible] em [illegible] barracões sem [illegible] das comodidades que [illegible] — aluno da Escola Superior de Guerra — "é para [illegible]" — Embaixador dos Estados Unidos — "[illegible] naturais. A incorporação dêsses milhões [illegible] à sociedade e à economia é hoje uma questão [illegible] desenvolvimento.

A maior parte desta população [illegible] é de pobres rurais, que compreendem cêrca de um [illegible] da população do Brasil e dependem para viver, de uma [illegible] arcaica de agricultura de subsistência. A renda *per capita* dêsse grupo se mantém, assim, em nível baixo, e o grupo constitui um entrave à sociedade e à economia".

Depois de analisar outros aspectos, diz:

"Por vêzes, entretanto, reconhecemos que a necessidade social pode ser mais imediata do que projetos econômicos a longo prazo podem satisfazer, como se evidencia na zona do açúcar no Nordeste brasileiro. Parece duvidoso que a maioria dos 450.000 trabalhadores do açúcar da região recebam sequer o salário mínimo legal. Suas alarmantes condições de vida e de trabalho tem sido causa de considerável preocupação de vosso govêrno, assim como do meu."

"Os Estados Unidos aplaudiram a decisão do vosso govêrno de criar o Grupo Especial de Racionalização da Agro-Indústria Açucareira do Nordeste — GERAN — em 1966, para modernizar a produção de açúcar, diversificar a agricultura na zona açucareira e recolocar os trabalhadores do açúcar deslocados pela modernização. Até hoje, a GERAN não [illegible] decididamente, embora seu govêrno tenha prometido 5 milhões de cruzeiros novos para seu funcionamento, se tornar evidente que a GERAN pode usar o dinheiro eficientemente".

[illegible] Presidente é uma espécie de [illegible] no Govêrno brasileiro que está no [illegible] de determinar aos seus ministros em cada setor competente, uma explicação ao público brasileiro que lê estas notícias e ao público sul-americano que também as lerá, sôbre os [illegible] que o embaixador dos Estados Unidos passou no govêrno brasileiro e na sua equipe administrativa, em [illegible] de problemas que dizem respeito apenas à economia interna de uma nação soberana.

Diz o nosso amigo o Sr. Embaixador:

"Se o Brasil deseja caminhar para o ideal da Carta de Punta del Este, cujos signatários prometeram fazer da terra, nas palavras da Carta, "o fundamento de crescente bem-estar (do homem) [illegible] e garantia de sua liberdade e dignidade", então a nação precisa começar com determinação hoje".

V. Exa. sente, pela linguagem usada pelo Sr. Embaixador, que alguma coisa na ação governamental brasileira não está agradando aos nossos prestimosos, generosos e caros irmãos da América do Norte.

Sr. Presidente, não sou revolucionário, não faço parte do Govêrno, mas esta entrevista, em certos aspectos, causa-me profunda estranheza. Em primeiro lugar, admira-me que ela tenha sido ouvida em silêncio; em segundo, que o Govêrno não tenha dado a público, imediatamente, uma nota determinando aos setores competentes de cada Ministério as explicações necessárias e as corrigendas indispensáveis ao apressado discurso, embora pareça justo, do Sr. Embaixador John Tuthill.

Parecemos uma nação-colônia ouvindo a orientação, as censuras, as advertências de um senhor, de um dono. E isso, Sr. Presidente, não calha bem para um país da idade do Brasil, exatamente na hora em que hospedamos aqui a soberana de uma nação européia, a quem procuramos proporcionar tôdas as comodidades e uma recepção à altura de uma Nação que, embora não seja rica, está em busca do seu desenvolvimento.

Essa linguagem não está muito condizente com as apreciações que um Embaixador de uma nação amiga possa fazer na análise de negócios internos de outra nação.

Diz, então, o Sr. Embaixador:

"Esperar" — isto é, não começar a trabalhar agora — "é correr o risco da acusação de que o desenvolvimento só se interessa pela infra-estrutura econômica e estatísticas favoráveis e não pelos sêres humanos".

Como essa linguagem é usada em outras áreas, nós nos sentimos à cômodo para ouví-la de fonte tão caridosa, tão inspirada e esperamos que a reação dos setores do Govêrno seja a mesma que tem sido na apreciação e na aceitação de críticas da mesma natureza, que são condenadas no seu

Terminando, diz o Sr. Embaixador Americano:

"Nas Nações Unidas estamos sempre ansiosos e prontos a considerar com nossos amigos quais os tipos de garantias de segurança explícitos são necessários e possíveis".

Mas, que é segurança? pergunto eu. Um visitante recente no Brasil, o ex-Secretário da Defesa dos Estados Unidos, Robert Mac Namara, assim a definiu:

"Segurança não é material bélico" (não sei a quem está-se dirigindo; não sei, também, porque usou estas palavras) "embora possa incluí-lo; segurança não é fôrça militar, embora possa incluí-la; segurança não é atividade militar tradicional, embora possa abrangê-la; segurança é desenvolvimento".

Sr. Presidente, esta é [illegible] que soa mal aos ouvidos do[illegible] ros. Nós compreendemos as [illegible] do Embaixador norte-americano; [illegible] numa reunião privada, do tipo daquela reunião presidida pelo Sr. Westmor[illegible] land, talvez fôsse uma palestra pr[illegible] cedente, mas [illegible] para ser distribu[illegible] amanhã êste discurso por todo o co[illegible] ntinente americano e, talvez, p[illegible] mundo, em tôdas as línguas, de[illegible] muito mal o Brasil. O Govêrno br[illegible] sileiro está no dever de se pronunci[illegible] sôbre êle, de apreciá-lo e de determ[illegible] nar aos seus escalões que respond[illegible] às críticas e admoestações do no[illegible] Embaixador americano. (*Muito bem*[illegible]

ANEXO N.º 1.35

N8 - PRO - CSS - 221 - 2, p. 111

CONGRESSISTA: MÁRIO GURGEL
PROJETO Nº
Nº
CAMARA
SENADO
DO de 13/12/63 Pg 8204/10
DO Nº

N8-PRO-CSS-221-2-P-112
ANEXO N.º 1.36

lientamos esta particularidade para o enquadramento definitivo do pessoal abrangido pela Lei 4.069, de 1962.

Sr. Presidente, alegam êstes servidores que, em sua maioria, foram enquadrados com algumas injustiças, principalmente os guardas sanitários, que ficaram no nível 5. Não há injustiça mais se acentua, porque naquela função existiam até insalubres com atribuições de fiscalização, inspeção e supervisão. Outros, que exerciam as funções de guarda-chaves, com atribuições idênticas, embora em áreas mais reduzidas, foram também enquadrados no regime da injustiça.

Sr. Presidente, há fatos no Ministério da Saúde que precisam ser explicados ao País. Por exemplo, não há leitos de urgência e maléria, nem de leptospirose, nem sequer para tratar poliomielites no continente, não existe. Há escola malária somente o mundo tratou com 30 milhões de cruzeiros, tem-se a impressão de que o Brasil ficará com o mosquito de 5 a 6% dêsse cômputo geral. O Ministério da Saúde não tem verba para nada. Não têm meios de atender às suas finalidades específicas. Em nossa opinião que êste Ministério cuidasse à Nação o que seja, por que razão existe e se efetivamente tem meios de resolver os problemas primários da saúde brasileira. Falava-se num Plano Nacional de Saúde; falava-se em privatização da medicina. Falava-se numa série de providências que sofrem consideráveis desvio da própria área governamental. Mas, enquanto isso, os encalhados, e os tuberculosos estão jogados à própria sorte. Os leprosos foram objeto de um discurso contundente, impressionante e do nobre Deputado do meu Estado, Sr. Fed Rosa. Os que sofrem de lépra, do mal de Chagas da esquistossomose e de tôda essa cadeia de moléstias que transforma o Brasil no paraíso dos epidêmicos e endêmicos, da área rural à área urbana estão abandonados. Tudo isso constitui uma daquelas razões pelas quais o Sr. Embaixador Tuthill pôde dizer em sua última conferência na Escola Superior de Guerra, chamou a atenção do Govêrno brasileiro para o problema do homem, enquadrando-o nas bases pelo desenvolvimento dêste País.

O problema dos servidores da Campanha de Erradicação da Malária necessita de solução urgente. Há anos êsses homens reclamam das autoridades uma providência para o seu caso. Conhecemos muitíssimos dêles. Há pelos sertões do rio Doce, à beira dos brejos, que estão contraindo malária. São pobres e miseráveis servidores públicos do Estado, que recebem no inferior de bens, os que recebem sempre atrasados e diárias tão ridículas que constituem verdadeira afronta a homens que servem, de maneira tão arriscada e tão desinteressada, a um dos setores mais importantes da vida nacional.

Não se deseja absolutamente fazer comparações; não se tem a intenção nem a indelicadeza de afrontar a sensibilidade da Nação com comparações que não poderiam evidentemente, vir ao caso. Mas quem viu todo o luxo, tôda a ostentação com que o Govêrno recebeu a Rainha Elizabeth II — e ainda recentemente por aí que só num banquete gastaram 250 milhões de cruzeiros numa Nação que não tem remédios, nem mesmo pílulas vermífugas, numa Nação que em plena Capital da República, tem um hospital de tuberculosos com 21 leitos apenas e onde os doentes fazem fila na porta do cemitério, e não na porta do hospital.

Chega à conclusão de que o embaixador americano, do País que nos fornece dólares, tem razões para advertir o Govêrno, admoestá-lo quanto ao problema do homem brasileiro. Não falamos na mendicância, não falamos da afronta que constitui êsse espetáculo degradante em plena Capital do País onde se investem verbas excessivas no plantio da grama, onde se levantam bandeirolas e se fazem recepções suntuosas nos hotéis, nos palácios, nas residências das altas autoridades, enquanto os desgraçados brasileiros, chegados naqueles ônibus cobertos de poeira ficam deitados, famílias inteiras, no pátio da Estação Rodoviária. Essas mulheres, meninos e trabalhadores, vieram fugindo da miséria e da fome das regiões abandonadas do Brasil e caíram neste cemitério e leito de mármores, cheio de luzes, cheio de grama, cheio de ciprestes, onde o govêrno, por sua ceguera e por sua inadaptação à realidade brasileira, pretende matar e enterrar as esperanças dêste País e enterrar sobretudo, a resistência física e moral dos brasileiros, num dos momentos mais dramáticos da sua vida. (*Muito bem.*)

O SR. MÁRIO GURGEL:

Sem revisão do orador. — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejo mais chamar a atenção do Sr. Ministro da Saúde e dos setores [illegible] para o problema [illegible] servidores do Departamento Nacional de Endemias Rurais, cuja [illegible] exerce atividades na Campanha de Erradicação da Malária. Sa-

N8.PRO.CSS.221.2.p.113

ANEXO N.º 1.37

CONGRESSISTA: Mario Gurgel
PROJETO Nº CAMARA
Nº SENADO
DO da / / 1 CO-SE-DI Pg 8087/88
DO Nº / de / /

...to, sério, dantesco da fome que está grassando em todo o território brasileiro.

José de Castro que foi Deputado nesta Casa e que focalizou êsse tema com a veemência, com a consciência e sobretudo com a eficiência que lhe cabia ser tratado, teve seu mandato cassado pela revolução, sob a alegação de que era um dos fautores da subversão pelos rumos da subversão.

Não sabemos, Sr. Presidente, se o governo revolucionário, cujos líderes nesta Casa e alhures a eficiência e sua ação, teria mesmo de ocorrer à Nação êsse problema de caráter terrível e cruel da fome, que os homens da Maioria não sabem como é e que o Govêrno, no dia da sua queda, não sente, já que êle próprio pode proporcionar, em horas dos coffee breaks, banquetes suntuosos, em que se regalam os homens da Maioria, os homens do Govêrno e todos aquêles que, com parcelas ínfimas, não querem ferir o sofrimento da realidade brasileira e que, sobretudo, têm nas mãos, em nome da segurança nacional, os elementos para calar os que estão inquietos e para assegurar aquêles que querem proteger.

Mas a fome no Brasil, Sr. Presidente, assume, neste instante, aspectos dramáticos. Na Zona da Mata e na zona da cana, em Pernambuco, na zona do cacau, na Bahia, na Região Amazônica, a fome está traçando um retrato terrível da realidade brasileira, da qual muitos coniem, porque a fome é uma endemia no Brasil, que não assola determinadas áreas, não chega a determinados setores.

O Sr. Geraldo Freire — Ouso interromper ràpidamente o seu discurso para discordar de V. Exa., quando afirma que há quem sorria de fome. Estendo que ela é um fenômeno terrível, que existe, infelizmente, no mundo inteiro e que a todos entristece, tanto ao Govêrno quanto à Oposição. V. Exa., estudioso que é, conhece as obras que, se não me engano, o ilustre correligionário de V. Exª Sr. Josué de Castro, escreveu e que ganharam fama de celebridade.

O SR. MÁRIO GURGEL — Patrício nosso.

O Sr. Geraldo Freire — Eu disse correligionário seu. Patrício nosso, até muito me orgulho disso e não hesito em afirmá-lo, como afirmei desta tribuna, quando estava em posição politicamente contrária àquele ilustre escritor. Mas principalmente a "Geopolítica da Fome" nos faz sentir, de maneira muito pungente, que a fome é uma praga universal. Dois terços da humanidade passam fome. Por conseguinte, não vejo como responsabilizar o atual Govêrno por um fenômeno tão antigo, que data de séculos e até de milênios. A fome tem matado mais gente no mundo que todas as pragas reunidas. Apenas quero invocar o espírito justo de V. Exa. para esta verdade: o Govêrno está lutando contra a fome. Não há quem dela sorria; pelo contrário, todos nos contristamos. Ela é, sim, a verdadeira guerra que todos devemos travar independentemente de nossas convicções políticas.

O SR. MÁRIO GURGEL — Talvez tivesse passado desapercebido a V. Exa., no livro "Geopolítica da Fome", o fato de que a Inglaterra, que tinha 1/5 do seu território produzindo alimentos durante o bloqueio que sofreu na última guerra, chegou a aproveitar 4/5 do seu território, venc...ndo, portanto, o *deficit* existente na produção de alimentos. Se o Govêrno revolucionário está procurando resolver o problema da fome, a Maioria não trouxe ainda a esta Casa nenhum depoimento sôbre isso, nenhuma prova disso. O que sabemos é que a fôrça da fome está aumentando neste País. Muito sim, temos o testemunho desta imensa procissão de miseráveis, de famintos que desfilam neste País, nos hospitais, nas ruas e, sobretudo, nas roças. Existe um projeto de reforma agrária que o Govêrno diz encaminhar e les jamais realizou, mas que não saiu dos planos e não passou daquela Carta de Brasília feita pelo Sr. Ministro da Agricultura, e nada mais; apenas relórios, apenas promessa, apenas fome que está ampliando o manto de morte que desgraçadamente se estende sôbre esta Nação.

O Sr. Benedito Ferreira — Realmente, um dos mais sérios flagelos da humanidade é a fome. Mas V. Exa. há de concordar que os fins dêste mundo antes, talvez, é que o homem pôde entender que a fome, como a miséria, não era coisa não é uma coisa inerente à sorte do próprio homem. Com os novos meios de comunicação, com os novos meios de divulgação, com essa mentalidade que se deu às ciências econômicas, enfim com as análises e as estatísticas colocadas à disposição do homem, é que tivemos conhecimento do mal grave é o problema. V. Exa. diz que êste Govêrno não tem tomado providências. E' porque V. Exa., por certo, está mal informado ou não tem acompanhado a preocupação da Maioria desta Casa em trazer ao conhecimento da Nação aquilo que se vem realizando no Ministério da Agricultura. Se V. Exa. me der esse honrado com a sua atenção, por certo teria notado que, há poucos dias, informei à Casa que o atual Govêrno está fazendo para a agricultura brasileira 93 mil tratores, o que significa 130% mais do que já existe neste País. E' verdade que no prelório se cometeram tôdas as iniqüidades com os recursos oriundos da agricultura para implantar-se a indústria automobilística e outras indústrias de bens de consumo, quando não se atentou para a fabricação de bens de produção, especialmente na agricultura. Mas êste Govêrno, que herdou êste colorário, êsse acervo enorme de erros que vêm sendo acumulados através dos séculos, está realmente empenhado em resolver êsse problema. Logo, V. Exa. faria justiça — e bastaria dizer a verdade — se não procurasse transferir para êste Govêrno a responsabilidade de tudo que há de errado, desgraçadamente neste País.

O SR. MÁRIO GURGEL — Sr. Deputado Benedito Ferreira, lamento que, em ocasião passada, um ligeiro incidente tenha impedido o orador de ouvir as considerações de V. Exª Há de ser muito desagradável a posição de V. Exa., homem da terra e conhecedor do problema, também representante de uma área de fome, ver na "Carta de Brasília", mandada distribuir pelo Sr. Ministro da Agricultura por todo o País — e, talvez, até por países estrangeiros — uma bondade a retratar a realidade dêste, de deportar, de exilar, desaparecer, perseguir, envilhar. Este delírio de fuga à verdade devia constranger V. Exª, larem da situação. Cinco anos depois, durante os quais o Govêrno de V. Exa. teve nas mãos autoridade que nenhum outro teve, a fôrça que nenhum poder democrático teve, fôrça, inclusive, de cassar mandatos, de deportar, de exilar depara-se com uma notícia como esta do infeliz Estado de Pernambuco:

> "A dispensa em massa dos trabalhadores das fazendas já se reflete em tôda a região e nos lugares mais próximos — São Vicente, Sumidouro e Vila Geraldo Corrêa — onde aparecem bandos de trabalhadores a pedir esmola para não morrerem de fome. Para uma região onde a população é inferior a 20 mil habitantes, o desemprêgo de 1.500 trabalhadores constitui-se em grave problema social. Homens, mulheres e crianças comem restos de comidas ou fôlhas. Os mais moços saem da região para procurar trabalho, deixando às vêzes parentes

N8. PRO. CSS. 221. 2.P. 114

...nes se refiere a los são os oficiais... de mobilidade na Região Amazônica — região de V. Exª — principalmente de mortalidade infantil. Em Manaus, ... o Estado do Amazonas, essa mortalidade atinge a cifra de impressionante de 2,9 por 1.000. ... se dado que ... encontram piores na América ... na Bolívia, por exemplo, e ... na Argentina, na região de Jujuy. Isso ocorre em áreas de fome ... mesma ... que na Amazônia, muito mais pobres em recursos naturais. Comparemos, porém, essas cifras com as de mortalidade infantil ... dos Estados Unidos. Sr. Deputado, V. Exª sabe tão bem quanto eu que a Rússia e outros países da zona Ártica realizaram o milagre de arrancar ... alimentos daquela zona gelada — pão, ... e todos os demais ... ao povo. V. Exª. sabe que Israel está produzindo o milagre de arrancar do deserto os alimentos necessários ao sustento de seu povo. V. Exª. sabe que a América foi considerada o Eldorado. Para cá emigraram milhões e milhares de estrangeiros, que estavam esfaimados diante da ... de suas terras, expulsados por ... números. Vieram para cá em busca das promessas do Eldorado e se surpreendem, como nós, ao verificar que ... ainda hoje — embora isto não aconteça apenas hoje, mas hoje de maneira mais acentuada — entre as nações mais famintas do mundo. E V. Exa., Sr. Deputado, pode eficientemente observar que nação por que a nossa só a Índia.

O Sr. Floriano Rubim — V. Exa. se equivoca profundamente. ... é um dos países mais ricos, é um dos países mais férteis do mundo. Há fome nesta Nação, mas não como V. Exa. está referindo. Há fome neste País realmente, porém não uma fome coletiva crônica.

O SR. MÁRIO GURGEL — Se o Govêrno não apresentar uma solução, o Nordeste se transformará num novo Vietnam, diz o Padre Crespo. Isso foi em junho de 1968 afirmativa de quem vive na região e se preocupa com os seus problemas.

O Sr. Celestino Filho — V. Exa. tem tôda a razão. O nosso País é subalimentado. Há uma fome crônica. Muita gente tem fome e não sabe que necessita de uma alimentação dirigida, adequada. Nas grandes capitais ... nos mercados, crianças pobres ... no lixo, coisas para comer, para sua alimentação e da própria ... Há os que não querem ... Se V. Exa. fôr ao campo, ... camas de palha, verificará que a ... alimentação é insuficientíssima. Alimentar-se não é apenas comer arroz e batata; é ingerir o suficiente para formação de uma raça forte. V. Exa. faz muito bem em tratar dêste problema com tôda a isenção, não criticando êste ou aquêle Govêrno, mas mostrando o estado atual e as providências que devemos tomar para que o Brasil tenha um povo alimentado e possa formar uma raça superior, à altura da nossa civilização.

O SR. MÁRIO GURGEL — Nobre Deputado Celestino Filho, são os próprios representantes da ARENA que têm ocupado esta tribuna para provar o recrudescimento de determinados problemas sociais neste País.

Se o ilustre Deputado Floriano Rubim, homem nascido no interior, meu amigo, meu líder, grande e querido companheiro, se dissociou do problema, isto é lamentável.

O Sr. Floriano Rubim — Absolutamente. Não me dissociei.

O SR. MÁRIO GURGEL — Não sou eu quem diz. Senão vejamos:

> "A ONU acha que o Brasil tem condições para ser um dos maiores fornecedores de alimentos para a humanidade, no ano 2.000, mas, por enquanto, nosso País se encontra entre os famintos." (Josué de Castro — Prêmio Roosevelt)

O Sr. Benedito Ferreira — Essa é uma frase política de Josué de Castro, que se elegeu Deputado Federal explorando a fome.

O SR. MÁRIO GURGEL — Em 1999, a fome se transformará em tragédia nacional.

O Sr. Benedito Ferreira — O Sr. Josué de Castro não tem valor para mim: é um profissional da fome.

O SR. MÁRIO GURGEL — Prêmio Roosevelt.

Pois bem, em face dos 138 milhões de brasileiros que então seremos, a fome se transformará em tragédia nacional.

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Deputado Mário Gurgel, concordo com V. Exa.

O SR. MÁRIO GURGEL — Não é comigo que V. Exa. concorda, mas com a tese.

O Sr. Benedito Ferreira — Concordo com a tese de V. Exa., porque ... também tenho proclamado dessa tribuna que há realmente êsse drama nacional. Mas V. Exa. sabe, e não poderá negar, porque está também nos dados estatísticos, que o nosso produto interno bruto chegou a atingir 10%. Logo, nobre Deputado, êsse produto interno bruto, êsse crescimento vegetativo não foi bastante para ... ao nosso crescimento demográfico natural, que é da ordem de 3%. Os investimentos governamentais — V. Exa. não vai negar, porque sei que V. Exa. não quer ... à verdade — são apreciáveis, nesse setor. V. Exa. sabe que no Govêrno deposto ... se no mínimo de gastar 35% da receita tributária com o custeio de pessoal. Hoje, nobre Deputado, êsse Govêrno, impopular, incompreendido por V. Exª.

O SR. MÁRIO GURGEL — Incompreendido por êle mesmo. Os próprios Ministros não se entendem. ..

O Sr. Benedito Ferreira — ... êsse Govêrno que tem sofrido muitas vêzes a incompreensão de parcela poderável da Nação, está através de medidas impopulares, gastando apenas 69% da receita tributária com pessoal.

O SR. MÁRIO GURGEL — Então, onde está o dinheiro?

O Sr. Benedito Ferreira — Nobre Deputado, V. Exa. não é cego. V. Exa. está acompanhando o desenvolvimento do País. Quero prosseguir na tentativa de ajudar V. Exa. a encontrar a solução para o magno problema.

O SR. MÁRIO GURGEL — V. Exª deve orientar o Govêrno. Eu estou fazendo a crítica e sei que é o latifúndio improdutivo, protegido do Govêrno, uma das causas principais da fome neste País. Sei disso e o Govêrno também.

O Sr. Benedito Ferreira — V. Exa. vai acabar confessando que ignora as leis vigentes. Sabe V. Exa. que a tarefa do IBRA é progressiva. Vê V. Exa. nesta Casa, todos os dias, protestos contra a tarefa progressiva do IBRA para acabar com os latifúndios improdutivos. Portanto, não foi êste Govêrno que criou o latifúndio improdutivo. Êle quer liquidá-lo. E o está conseguindo.

O SR. MÁRIO GURGEL — As leis de moratória, sempre benevolentes para com as dívidas à União, estão surgindo dia a dia e surgirão também para aquêles que não pagam impostos sôbre seus latifúndios improdutivos. O que se precisa é dar terra ao trabalhador, é dar assistência ao operário. Em Pernambuco, patrícios nossos, por nós representados nesta Casa, estão comendo restos de comida e fôlhas.

O Sr. Benedito Ferreira — Queria aparteá-lo, dizendo a V. Exa. que, se nós gastávamos 85% da receita da União, se não havia justiça fiscal neste País hoje há, através do instrumento da democracia, — aquêle que tira mais daqueles que ganham mais — que é o impôsto de renda. V. Exa sabe que até muito recentemente

V8 Proc 555-221.2, p. 115

ANEXO N.º

O SR. MÁRIO GURGEL — Sr. Presidente, devo, portanto, concluir, dizendo que o Govêrno tem nas mãos, através dos coordenadores que foram postos à disposição da administração pública, os meios de minorar, combater e, sobretudo, eliminar o drama da fome desta Nação.

O Govêrno sabe. É preciso que êle não faça o que diz o "Correio da Manhã", no editorial da primeira página de hoje. Na plenária Tancredo de Pernambuco — que, no momento, não dispõe aqui de um representante, para afastar s'a falsa verdade nessa afirmativa — livre IV Exército interfere em favor do latifúndio, colocando sargentos à disposição dos usineiros para vigiarem em Jaqueira a propriedade, juntamente com o contrôle do sindicato, com os associados.

Num País em que se colocam as Fôrças Armadas a serviço do proprietário, impedindo que os trabalhadores se reúnam em sindicatos, para defender seus direitos e combater o êxodo e as emanações entreguistas mais descaradas que dêle se inspiram, evidentemente nunca se conseguirá reforma alguma, nunca se conseguirá sequer publicações vistosas representativas como especial, e que o Ministro Gilberto Freire, recentemente, publicou para mole nos Deputados para que fôssemos a favor de uma efetiva reforma, se trabalha nesta Casa.

Sr. Deputado Brandão Monteiro, Membro da Região Amazônica, área de fome representante do Brasil, País faminto, segundo as estatísticas e os dados da ONU, feita, é o Deputado Fernando Pinheiro que vive num Estado de poderosos, que não tem fome. Vale, sim, ou o direito de dizer que a fome é uma ilusão, é uma aventura, é uma mirabolância. Mas a V. Exa. cabe mostrar aos homens da Bahia, terra do cacau, aos homens do Nordeste, não concedo o direito de dizerem que o Govêrno está trabalhando, nem que não existe fome, porque isto não é verdade.

O Sr. Israel Pinheiro — Permite-me V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE:

(Arnaldo Carvalho) — Nobre Deputado Israel Pinheiro, já dirigi apêlo ao nobre orador que está na tribuna no sentido de que não conceda mais apartes, porque seu tempo está esgotado, e de que procure encerrar suas considerações. Há ainda dois oradores inscritos no Grande Expediente, aguardando oportunidade para falar.

O SR. MÁRIO GURGEL — Sr. Presidente, representamos um Estado da Federação que, em 1952, era o quarto em arrecadação *per capita*. Evidentemente, não posso atribuir tôdas as desgraças do Espírito Santo ao atual Govêrno. Mas a parte aguda da nossa desgraça, a parte mais expressiva da nossa infelicidade, como povo e como Estado, deve-se à política nefasta do IBC, em pleno regime revolucionário, quando erradicou, sistemàticamente, quase 70% do nosso café. E, hoje, anda juntando grãos de café com entulho para aproveitar nas futuras fábricas de café solúvel. Destruiu a nossa economia, eliminou o nosso trabalho, séculos e séculos de trabalho de homens que abandonaram a Europa, vieram da Áustria, da Alemanha e de outras regiões, para molhar com o seu suor a terra e, com suas unhas, construir os alicerces de um edifício de uma nação estável, de uma nação pelo menos suficientemente alimentada onde desejavam criar os seus filhos e ver nascer a nova geração. O Espírito Santo é hoje um espêlho de Estado, graças à política da revolução.

Sr. Presidente, o Professor Mário Magalhães, especialista brasileiro no assunto da fome, "acha que se o mundo adotasse modernas técnicas de agricultura, como faz o Japão produziria alimentos para 50 bilhões de pessoas — 14 vêzes a população terrestre. Assim, a fome não é uma fatalidade, mas um problema político e econômico que não está sendo resolvido. Que ninguém quer resolver.

Ilustre Sr. Presidente, é o primeiro pronunciamento de um deputado que deseja fazer sôbre o problema da fome, um ruído dos milhares e milhares que, nesta Nação, vieram fecundar, com o humus dos seus corpos, a terra em que nasceram. Numa terra em que ninguém não morre de fome, ninguém morre de fome; terra fecundíssima, como sendo o celeiro do mundo, como sendo a grande promessa, nela vivem milhões e milhões de seus filhos estão morrendo de fome, ou vivendo em estado de fome crônica, com benefício rendendo ração e parcial, com uma metade ou menos da metade das calorias necessárias à existência humana.

É preciso que na Câmara dos Deputados, onde existe a verdadeira representação do povo brasileiro, a Casa se divertamente visada pelas fôrças negativas de um lado e de outro, se deporte a atenção para o grave problema da fome. Deixar milhões de brasileiros morrer de fome, numa nação farta, onde não faltam sequer os recursos essenciais para de comida, no gôzo, isso é traição à Pátria, nova traição desta Casa, traição da maioria popular. Todos do Govêrno ou da Oposição, devem exigir do Govêrno as providências indispensáveis, obrigando a tomar medidas efetivas e imediatas. A reforma agrária, por exemplo, de que forma fôr, tem de ser feita, contanto que no tempo de evitar as calamidades mundiais da saúde, da política e da economia com a confissão da nossa incapacidade, da nossa ignorância, do nosso atraso e da nossa incapacidade. *(Muito bem. Palmas).*

NB-PRO-CSS-221-2, p. 116

ANEXO
2

N8. Proc CSS. 221. 2, p. 117

2 - INFORMES E INFORMAÇÕES

2.1 - Carta de junho de 1964 - Doc 72-P 58/64.

2.2 - Sumário de Informações de 13 JUN 64, do CIE.

2.3 - Informe nº 2180/CENIMAR, de 10 DEZ 65.

2.4 - Informação nº 2285/CENIMAR, de 28 DEZ 65.

2.5 - Extrato do Informe nº 25/66, do I Ex.

2.6 - Extrato do Of 1656-A, de 16 OUT 67, do CIE/ADF.

2:7 - Cópia de bilhete de 15 JAN 68.

2.8 - Cópia de discurso pronunciado em 05 NOV 68.

2.9 - Extrato de prontuário do DPF.

2.10 - Informação nº 742, de 27 DEZ 68, do CENIMAR.

NB. PRO. CSS. 221.2.p. 118

ANEXO N.º 2.1.

DRC 72

P 58/69

Vitoria, [illegible] 1964

Senhor General.

Ha V.Excia que a revolução salvadora não estará concluida se não cobrar no Espirito Santo. Temos um governo estadual [illegible], facilitando todas as negociatas possiveis. Um [illegible] riquissimo. O estado está arado, sem obras, sem realisações de especie alguma. O funcionalismo com 3 meses de atraso em seus vencimentos. Em Vitoria e no interior é enorme o numero das chamadas guias falsas do café. Na Secretaria da Fazenda estão vários [illegible] e nada se faz. Haja visto um desfalque na Coletoria de São Mateus, em mais de 40 milhões e o funcionário está até hoje impune. O governador Lacerda Aguiar foi eleito com os votos dos comunistas e vem amparando estes por todos os meios e formas, por intermedio do Sr. Eurico. Basta dizer que todos estão soltos. Até concorrendo a cargos publicos como é o caso de um [illegible] a promotor - Ezequiel Ronqui em cujo escritorio em Barra do S.Francisco tinha retratos de Fidel, Nikita e Mao. Este advogado ao lado do medico Orlando [illegible] eram os lideres brizolistas da região. Em Ecoporanga o Prefeito João Corcino, grande [illegible], nada faz. Compra propriedades com dinheiros da prefeitura. E' um grande matador, além disso mantem no corpo de fiscais celebres matadores profissionais. O prefeito tem apoio do governador que se manda delegados coniventes. Aqui em Vitoria a situação é de [illegible], pois o filho do governador que é Ministro do Tribunal de Contas é tido como o apanhador das propinas do jogo do bicho na capital. O deputado Mario [illegible], celebre pelos seus votos de congratulações a China, Russia e Fidel está impune na Assembleia, seus discursos ainda não foram publicados, mas fala-se em rasgar os anais que estão com as publicações atrasadas para deixa-lo impune. Porque não verificar através das notas dos jornais e taquigraficas.

O sr. Lacerda de Aguiar foi quem mais festejou Jango e sua camarilha, inclusive sua esposa Maria Teresa que aqui veio para fazer demagogia no carnaval pelos clubes operarios da cidade, com a cobertura da policia do estado. O Promotor Hilton Amorim, pronunciou violento discurso em praça pública na presença de Jango e por ocasião da crise da central Brasileira e até hoje está em pleno exercicio de suas funções. E, por aí vão as coisas que precisam acabar no Estado.

Este Governador é um dos hmens mais ricos do Estado com 3 ou 4 fazendas, [illegible] que só viva em bacanais. E' necessaria uma ação.

Atenciosamente

NB-PRO-CSS-221.2.p. 119

DOC 291

ANEXO N.º 2.2.

[illegible]

[illegible] 64

[illegible]

2. [illegible] dos [illegible]
[illegible]
Assembléia [illegible] não [illegible]
vantado próprio.

3. [illegible] não chega a se constituir [illegible].

4. A opinião pública é [illegible] nos dirigentes locais face ao recrudescimento, [illegible] à Revolução, dos [illegible] "hábitos administrativos", [illegible].

5. Os três grupos fortes da [illegible] são articulados e dirigidos:

— o 1º, pelo próprio Governador FRANCISCO LAGENDA DE AGUIAR.

— o 2º, pelo Senador [illegible].

— o 3º, pelo Senador [illegible].

Tem

N8.PRO.CSS.221.2,p.120

[illegible] dirigentes locais, não [illegible] o [illegible] do Sr. Presidente da República [illegible] dirigir ao Governo do Estado com as [illegible] das indústrias: "[illegible] do Governador".

V. A construção do [illegible] é um [illegible] da [illegible] do Vale do São Mateus (SVD) que tem por finalidade aumentar a capacidade das exportações. Entretanto, carece de [illegible] e planejamento em entrosamento com o Estado, pela inexistência de 60 ciclos, o que forçará a SVD a instalar [illegible].

B - [illegible]

Os 3 grandes grupos [illegible] da seguinte forma:

1.a. O 1º grupo, do Governador [illegible] LACERDA DE AGUIAR, através de seu [illegible] que é o coletor-chefe do [illegible] no Estado.

b. RENATO VIANA [illegible] FERREIRA AMARAL, também [illegible] por "Ferrinho", protegido do Senador [illegible] na série de irregularidades e operações [illegible] ilícitas, lesando o Estado.

2.a. O 2º grupo, dirigido pelo Senador [illegible], através de seu irmão [illegible] que à testa da Secretaria de [illegible] realiza [illegible] escusas.

b. A ação de [illegible] é feita através de seus irmãos [illegible] e do Dep [illegible].

c. O Senador [illegible], LYCURGO [illegible] e o Dep [illegible] estão ligados ao grupo econômico JOÃO SANTOS do caso [illegible], hoje Itabira.

NB. PRO. CSS 221 2.p. 121

S.a. O 30 [illegible], [illegible] dia [illegible] de [illegible], candidato em [illegible] à [illegible] do [illegible] Tribunal, o que, [illegible] de [illegible] FERREIRA DO [illegible], participa das [illegible] [illegible] VIANA [illegible].

NB. PRO. CSS. 221. 2, p. 122

ANEXO Nº

I

A - [illegible] de [illegible]

1. Polícia Militar

- Maj PM [illegible]
- Ten PM JOSÉ [illegible]

2. [illegible]

- [illegible] WALDIR [illegible]
- Arcebispo Dom JOÃO [illegible]

3. [illegible]

- GUILHERME [illegible] - [illegible], representante da [illegible], [illegible] sindicatos rurais.
- CARLOS AUGUSTO [illegible] - da Frente de Mobilização Popular, orientando as [illegible].
- MANUEL SANTANA - Presidente do Conselho Sindical dos Trabalhadores.

4. Políticos

- Dep Fed [illegible] - [illegible].
- Dep Fed RAMON DE [illegible] - esquerdista.
- Dep Fed [illegible] - esquerdista e amigo de JOÃO GOULART.

B - Lutaram contra a conturbação do Estado

1. Jornalistas

- DJALMA JUAREZ [illegible]
- Dep JOÃO DE [illegible]
- Dep NELSIO [illegible]

Obs - O PTB local não [illegible] de [illegible] e comunicação do Estado.

NB. PRO. CSS. 221.2, p. 123
10 Dez 65

ANEXO N.º 2.3.

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

AVALIAÇÃO e SELÃO

CONFIANÇA 2

VERACIDADE 2

[illegible]

Este CENIMAR teve conhecimento do seguinte [illegible]:

"1) A comissão da Assembléia do Estado do Espírito Santo encarregada de julgar o [illegible] do Governador [illegible] [illegible] [illegible] entre outros, é constituída dos elementos abaixo:

RELATOR: MARIO GURGEL. Deputado pelo PTB juntou-se com [illegible] para exploração da Escola de Pesca Caboclo Fernandes. Colocaram lá crianças abandonadas de Vitória. Fundaram uma célula comunista que presume-se continua ainda em atividades. Escreve artigos no Jornal do Governador.

OTTO [illegible] - pertencente ao extinto PCB e amigo de MARIO GURGEL, é esquerdista notório, ligado à Frente de Mobilização Popular como MARIO GURGEL. MARIO GURGEL homem de côr, filho de [illegible] [illegible], advogado, inteligente, complexado de sua origem, sente grande gratidão pelas atenções que recebe do Governador.

JOSÉ MORAIS - Presidente da Comissão, porque procurou o Governador para tratar de seus interesses, alguns o dizem sócio do Governador. Possue uma ilha próxima à praia Comprida onde está loteando terrenos e onde um trator da Patrulha Mecanizada (SATC) [illegible] [illegible]. Alguns dizem que o Governador prometeu e parece que já deu ordem para ser construída uma ponte entre a Praia Comprida (local de maior valorização de terreno, "Copacabana de Vitória") e a ilha de Morais, com que o seu loteamento muito se valorizará.

LUCIO MERÇON - Elemento tímido, talvez a melhor dos três do Governo escolhidos, mas além de medroso (medo dos pistoleiros) tem bem está nas mãos de Ferinho por ter recebido do presente de Ferinho a quantia de Cr$ 349.000 conforme cheque nº 571142, que consta do IPM. (cheque do Banco Predial do Rio de Janeiro de 9/12/1964)

Os dois elementos da oposição, isto é do PSD, provavelmente não conseguirão maioria, a não ser que MERÇON, com seu voto consiga [illegible] a 2.

Original sem nitidez.

N8. PRO. CSS. 221.2, p. 124

2) Consta que o Governador do Estado, garantido pelas medidas protelatórias da Assembléia Legislativa em julgar o seu "impeachment" continua na tarefa de fazer desaparecerem tôdas as provas contra suas fraudes.

Entre estas, figura a testeminha RAUL GUIMARÃES CARNEIRO, / construtor e empreiteiro do "FERINHO", Fez construções para o Governador e Desembargador CARLOS ABOUDIB, utilizando a mando de Ferinho Material do Govêrno. Ferinho lhe devia Cr$3.500.000 que lhe foram pagos / com dinheiro extorquido à HÉLIO VIANNA, para calar a bôca.

Ao que se sabe, RAUL GUIMARÃES CARNEIRO, foi enviado para / Colatina, e de lá chegaram informações dando-o como desaparecido e // mesmo morto. Os autores do sequestro são CARLOS BEZERRA e SALERMO, matadores profissionais fortemente conhecidos. Sendo que CARLOS BEZERRA recebeu do Governador uma fábrica de farinha de mandióca, inicialmente como auxílio de uma cooperativa, em Nova Almeida, cooperativa esta situada em terras de CARLOS BEZERRA. Ambos ligados ao Senador RAUL // GIUBERTI.

3) Em anexo, segue cópia (termo-fax) do Diário Oficial de 26/ /11/65 do Espirito Santo".-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

---oOoOo---

ORÍGEM: Espirito Santo.

DISSEMINAÇÃO:

SNI/ARJ.....1
2ª.Seç:EMEx.....1
2ª.Seç.EMAer.....1
SSN/MJNI.....1
CENIMAR.....1
5

Mário Jurgel

NB.PRO.CSS.221.2,p.125

ANEXO N.º 2.4.

MINISTÉRIO DA MARINHA

ESTADO - MAIOR DA ARMADA

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

AVALIAÇÕES	GRAU
CONFIANÇA	A
VERACIDADE	1

INFORMAÇÃO Nº 2285/CENIMAR

28/12/65

Êste CENIMAR teve conhecimento da seguinte informação:

Conforme conhecimento geral,o Governo Federal deu uma chance à corrupta Assembleia Estadual do Espirito Santo de julgar seu corrupto Governador e com este no poder.Conforme era previsto,o Governador utilizando o fato de ser julgado em exercício adulterou documentos,inutilizou outros,ameaçou pessoas / etc.. Os militares estão atentos,mas não interferem ostensivamente.A interferência vem do Governo Estadual,que manda secretários,ex-secretários servindo de advogados,Deputados etc.. às reuniões da CPI.Esta CPI já é composta por 3 deputados do Governo e 2 da oposição.Pois bem,ainda tem de discutir com os / membros e advogados do Governo durante suas seções.A bem da verdade,deve-se dizer que os Deputados Estaduais JOSE MORAES (Presidente da CPI) e LUCIO // MENÇON,Governistas vêm até agora se conduzindo bem.No entanto o comunista / MARIO GURGEL (Relator da CPI) vem como esperado truncando os trabalhos e // criticando os militares.O Deputado HELCIO CORDEIRO ex-UDN,bicheiro,e tambem incriminado por "PENHINHO" no IPM vem indevidamente apartando e ameaçando / a CPI;igual atitude vem tendo o ex-secretário do Interior AYLTON BERNARDES / servindo como advogado.

O Governador apresentou sua fraca defesa com fotocópias adulteradas. A CPI pediu os originais.Estes foram extraviados pelo pessoal do Governador. Êste conforme ja era esperado tenta colocar seus 2 secretários de Aviação e Agricultura como responsaveis totais.Depois exoneram-os e mandam que pedissem habeas - corpus para não depor,porque não eram mais secretários,embora quando a denuncia foi recebida na Camara ainda o fossem.O da Viação não concordou e quer contar tudo e vem sendo por este motivo ameaçado e coagido. O de Agricultura pediu habeas-corpus e teve liminar aceita pelo corrupto Desembargador DERMEVAL LEITO,amigo do Governador.A reação pública foi tão contraria a esta liminar que ao ser julgado o habeas-corpus no dia 15 de dezembro de 1965,o Governo perdeu por 7x0.

A ideia de colocar a culpa nos secretários,exonera-los e depois conseguir / que nada sofressem por meio de "chicanas" de advogado partiu do Senador ENRICO DE REZENDE contumaz defensor de contrabandistas e aplicador dêstes golpes todos. Nêste caso, o Senador não fêz jús a sua fama de "hábil" e inteligente.

Há interêsse do Govêrno em protelar a crise, para vêr se consegue algum jeito de se salvar para continuar a roubar. Há interêsses de Deputados da oposição em se manterem no cartaz pór mais tempo. Não se nota patriotismo, / nota-se em todos oportunismo. O Cel. DILERMANDO ao sair de Vitória no dia /

NB.PRO.CSS.221.2,p.126

10 de dezembro falou à Comissão para apenas em cêrca de dez dias as alegações do Govêrno. O Governador já tivera 20 dias para procurar fraudar a defesa e agora quer mais 20 dias para cada indiciado.

Caso não sejam tomadas providências este CPI ficará "ad-eternum" e o resto, digo o Estado continuará parado. Já era pèssimamente administrado quer no lado moral como no baixo gabarito, vontade de trabalhar, conhecimento das coisas públicas etc. Agora há 2 meses nada funciona. Só houve uma vantagem: parou o roubo também durante o IPM e agora. Mas o Estado não comporta a continuação do "statu-quo".

O Senador EURICO DE REZENDE, que não se sabe como ainda como é respeitado pelo Govêrno Federal e fala em seu nome, ameaça em seu nome etc. ainda dizendo duas coisas: 1) - que será o Presidente da ARENA no Estado; 2) - // ue fará seu genro WALTER VALENTE Juiz Federal aqui".

ORIGEM : ESCOLA DE APRENDIZAGEM DE MARINHEIROS DO ESPIRITO SANTO.

NE. PRO. CSS. 221.2, P. 127
ANEXO N.º 2, 5,

MÁRIO GURGEL

1. Existem, agindo tanto no setor administrativo quanto no político, elementos cuja vida colide frontalmente com os princípios mestres da Revolução Democrática de 31 de março de 1964, minando as estruturas do arcabouço revolucionário, com reflexo na opinião pública que, perplexa, procura uma explicação para a manutenção de tais elementos no cenário Estadual e Federal.

2. Num trabalho de triagem feito metódica e incansávelmente podemos aponta os nomes abaixo que não suportam uma sindicância, sumária que seja, para serem expostos à execração pública pela falsidade ideológica com que compõem diuturnamente um patrimônio alicerçado na fraude, chantagem, corrupção ativa e passiva, em tôdas as matizes do crime, nas suas mais amplas definições.

3. Estes são os principais nomes dos agem, principalmente no Espírito Santo, da maneira esclarecida acima:

1.....

2.....

3.....

4.....

5.....

6.....

7.....

8.....

9.....

10. - MARIO GURGEL.

Obs: Info nr 25/66 do I Ex - P 21B/66

NB-PRD-C55-221,2,p.128

N8.Pap.CSS.221.2,p.129

ANEXO N.º 2.6.

MARIO GURGEL - Dep

Em pronunciamento na tribuna, apontou Che Guevara como o símbolo de protesto de inconformação dos que não aceitam a espoliação e os demandos do imperialismo no Continente Sul-Americano.

O deputado Mario Gurgel ia entrar para a Frente Ampla, desistiu após conversar com a deputada IVET VARGAS. (Of 1656-A de 16 Out 67 da EsAv).

MÁRIO GURGEL - Dep Est

"Deputado Estadual. Comunista. Getulista. Homem de Côr. Inteligente. Filho de lavadeira. Explora temas sôbre a miséria. Muitos consideram-no apenas um revoltado. Escreve no "Diário" utilizando dialética marxista".

(Doc 146 - Pasta Comunismo - fls 20

N8-PRO-CSS-221-2,p-130
ANEXO N.º 2.7.

MÁRIO GURGEL

CÂMARA DOS DEPUTADOS Brasília, 12 jun. 1963

Li o recorte de jornal que me enviou sôbre a opinião de um jornalista americano a respeito de problemas de sexo e divórcio na União Soviética. Leu as percentagens de desajustamento? Comparou-as com as outras grandes civilizações? Vamos fazer isto?

Um abraço

Mário Gurgel

MINISTÉRIO DO EXERCITO
ASSESSORIA PARLAMENTAR
CONGRESSISTA: MÁRIO GURGEL MDB- ES
PROJETO Nº CÂMARA
Nº SENADO
DC de 5 / 11 / 68 Pg 1059
DO Nº / de / / DCN 93

N8.PRO.CSS.221.2.p.131
3812 ANEXO N.º 2.8. FICHADO

- PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

O SR. MÁRIO GURGEL:

(*Sem revisão do orador*) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos registrando na Câmara dos Deputados para o início de uma luta que, se não marcar época nos Anais do Congresso Nacional, pelo menos, há de ficar como um protesto, o mais veemente, contra um estado de coisas que está reclamando desta Nação um pouco de meditação e providências as mais radicais.

Proclamada a abolição dos escravos em 1888, pela forma como foi feita, a grande massa negra que enchia as fazendas, pelo interior do Brasil, desassistida, desorientada, marginalizada, passou a constituir, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, um triste espólio da luta na qual se bateram tantos homens de letras, tantos professôres, tantos jornalistas, tantos idealistas.

De 1888 a esta data, apesar das conquistas sociais que se registraram nesta Nação, apesar de o Brasil ter visto a transformação da Monarquia em República, apesar de termos oferecido o contingente de nosso esfôrço em duas guerras mundiais, das quais participaram negros e brancos, apesar de ter nascido para esta Nação grandes, largos e imensos horizontes de progresso, verificamos, com tristeza, com amargura, que os homens que descendem da raça negra e procuram se assimilar dentro da população brasileira são preteridos. O panorama que se nos apresenta é de profunda marginalização do povo negro, dentro dêste País.

Sufocam-se as aspirações dos negros, mulatos e mestiços, sob a alegação hipócrita, fantasiosa de que não existe preconceito no Brasil. Entretanto, os prostíbulos de nossa Pátria constituem a triste herança da desorganização social de uma Nação cristã que tem 70 a 80% de môças negras, porque não conseguem colocação decente, oportunidade válida. As cadeias, os presídios e tôdas as formas de aviltamente da pessoa humana estão quase que, totalmente, preenchidos pelos moços, môças e mulheres da raça negra. Não encontram êles oportunidade de participar da diplomacia brasileira, não encontram oportunidade acesso aos ginásios e às universidades não encontram meios válidos a fim de disputarem decente, legal e juridicamente as oportunidades imensas que se abrem neste País para os seus filhos.

Ainda ontem, lendo o *Jornal do Brasil*, verificamos que o Departamento Nacional de Mão de Obra denúncia, através de uma repartição oficial, que é o Ministério do Trabalho, que não é possível colocar môças negras datilógrafas neste País, porque os empregadores as rejeitam sob a alegação de que não têm boa aparência.

Ainda recentemente, também, o *Jornal do Brasil* noticiou que, no Rio Grande do Sul, em determinada entidade social, é proibido o ingresso de negros.

Sentimos que nos jardins de infância, nas escolas primárias, nos ginásios, nos cursos científicos, nas universidades, nos escalões superiores das Fôrças Armadas, na diplomacia brasileira, nas escolas, enfim onde se exige o acesso de pessoas que possuem arte e cultura, o negro está quase a zero, porque não lhe dão a oportunidade de participar, igualmente, do progresso e do avanço da civilização neste País.

Assim sendo, vamos iniciar uma luta por uma oportunidade igual para todos, brancos e negros.

Já iniciamos a formulação de pedidos de informações necessárias. Ocorre, no entanto que ou nos negaram ou nos forneceram dados estatísticos insuficientes para que pudéssemos comprovar a existência desta hipocrisia brasileira, que é a segregação racial, a discriminação social, atingindo a raça negra de forma muito especial.

Sr. Presidente, em 1951, aqui esteve a atriz e bailarina Katherine Dunham e, posteriormente, a cantora negra norte-americana Marian Anderson. Essas môças vieram de um país onde o ódio racial tem estabelecido as batalhas mais gritantes no entanto, se assombraram diante do tratamento aqui recebido. Uma por lhe ser recusada hospedagem no Hotel Esplanada, em São Paulo, a outra, por se ver impedida de se hospedar no Hotel Serrador, no Rio de Janeiro, são capitais de hipocrisia porque, embora digam lá que não existe discriminação racial, os negros têm 8% apenas de meninos nas escolas e 1% de jovens nas universidades.

Não há um diplomata de côr, Sr. Presidente, neste País. Não podemos admitir que a inteligência e a cultura sejam privilégios de apenas uma raça dentro da Nação.

Êste o relato que queria fazer, Sr. Presidente, para que ficasse registrado, nos Anais do Congresso, sôbre episódio em que se procura arrancar a máscara da democracia brasileira, a fim de que se dêem aos negros brasileiros as mesmas oportunidades dos brancos, de acesso igual, nos quadros do progresso brasileiro! (*Muito bem Palmas*)

N.I. Pro. Css-221. 2, p. 132

ANEXO N.º 2.9.

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍCIA FEDERAL DE SEGURANÇA
DIVISÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

PRONTUÁRIO Nº

NOME: **GURGEL - MÁRIO**

OBS: **Deputado Federal - MDB/ES**

14 - 11 - 68	**Informe desta data sôbre as aitivd, digo, atividades de IVONE AMORIM (membro ativista do / PC).** **O epigrafado e JOSÉ LEÃO BORGES, DARLY SANTOS, HERMÓGENES LIMA DA FONSECA, FERDINANDO BERREDO DE MENEZES, HÉLIO CARLOS MANHÃES, JOSÉ PARENTE FROTA e RAMON DE OLIVEIRA NEVES (êstes últimos são deputados cassados), todos pessoas de reconhecida atuação subversiva no Estado do Espírito Santo, mantinham ligações com IVONE AMORIM.** **O epigrafado dos demais acima citados, por vêzes, pernoitavam na residência de IVONE (Rua / Graciano Neves nº 25 - Ed. Joana D'Arc - Vitória/ES), desconhecendo-se se essas estadias tinham a finalidade de evitar serem prêsos em decorrência da Revolução de 31 Mar 64.** **Infção/368/DR-BA/68 Ref. P. 400/368**

DSG-DSG. SAv. 0066-E, 66

NB.PRO-CSS.221.2,p.135

Deputado MÁRIO GURGEL

Nascimento: 12/6/22
Estado Civil: Casado
Profissão: Advogado - Professor
Obervação: Comunista convicto

N8.PRO.CSS.221.2,p.134

ANEXO N.º 2.10

PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CEL. DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 27 / 12 /1968 Nº 742

ORIGEM: xxx

XXXXXXX/INFORMAÇÃO/XXXXXXX

REFERENCIA: xxx

DISSEMINAÇÃO: GMM - CEMA - CENIMAR.
CSN

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	xx
VERACIDADE	xx

INDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR xxx

PARA ADIDOS - País de origem---------País/área a que se refere------

MARIO GURGEL - Deputado Federal (MDB/ES)

- Como Deputado Estadual, em 1966, foi autor do relatório, aprovado por êle e por outros membros de uma COMISSÃO ESPECIAL, que abandonando os depoimentos e provas colhidas exaustivamente, pela Comissão, defendeu de maneira pueril e inconsistente o então Governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR.
- Compadre de FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR;
- Comunista notório, associou-se a OTTO NETO, membro registrado do Partido Comunista, para exploração da Escola de Pesca Caboclo Bernardes, para onde levou dezenas de crianças apanhadas nas ruas de Vitória, a título de obra social, obra essa que tem sido a sua plataforma política, e ideológica, que nada mais e que a exploração eficaz da miséria da Ilha do Príncipe, reduto da pobreza em Vitória(1966).
- Foi denunciado, durante a Revolução, perante a Comissão de aplicação do Ato Institucional, que deixou de examinar o seu caso por não ser êle funcionário estadual, optando pelo envio do processo à CGI.
- A CGI determinou que fôssem realizadas investigações que deixaram de ser feitas por achar a Comissão Estadual não ser atribuição sua e o Governador então determinou o arquivamento do processo, por ter expirado o prazo permitido pelo Ato Institucional.
  Tal processo teve início a 22 de maio de 1964 e o prazo expirou a 10 de outubro do mesmo ano.
- No plenário da Assembléia Legislativa do Espírito Santo votou pela absolvição do ex-governador FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR, apesar de tôdas

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

NB. PROCESS 221.2.P.135/135

FERNANDO PESSOA DA ROCHA PARANHOS
CF - DIRETOR

CONFIDENCIAL
GRAU DE SIGILO

MINISTÉRIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

DATA / 27 / 12 /1968 Nº 742

ORIGEM: XXX
XXXXXXX/INFORMAÇÃO/XXXXXX
REFERÊNCIA: XXX
DISSEMINAÇÃO: (Continuação...)

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	XX
VERACIDADE	XX

ÍNDICE DE CLASSIFICAÇÃO
(Preenchido pelo recebedor)

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXX

PARA ADIDOS - País de origem----------País/área a que se refere------

as provas contrárias, propiano com o seu voto, que fôsse atingido o "quorum" mínimo de 23 votos, suficiente para absolver o acusado.-x-x

--ooOoo--